

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

BÁRBARA SANTOS ANDRADE NASCIMENTO

**“DEU UM BRANCO” NA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE BRASILEIRA:
eugenia, racismo e a desonra política da psicanálise no Brasil (1920- 1940).**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

BÁRBARA SANTOS ANDRADE NASCIMENTO

**“DEU UM BRANCO” NA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE BRASILEIRA:
eugenia, racismo e a desonra política da psicanálise no Brasil (1920- 1940).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Psicanálise e Cultura Contemporânea. Orientador Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

Nascimento, Bárbara Santos Andrade

N244d “Deu um branco” na história da psicanálise brasileira : eugenia, racismo e a desonra política da psicanálise no Brasil (1920-1940) / Bárbara Santos Andrade Nascimento ; orientador Daniel Menezes Coelho. – São Cristóvão, SE, 2024.

157 f.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Psicologia. 2. Psicanálise – Brasil - História. 3. Eugenia. 4. Raças. I. Coelho, Daniel Menezes, orient. II. Título.

BÁRBARA SANTOS ANDRADE NASCIMENTO

**“DEU UM BRANCO” NA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE BRASILEIRA:
eugenia, racismo e a desonra política da psicanálise no Brasil (1920- 1940).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Psicanálise e Cultura Contemporânea. Orientador Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Leomir Cardoso Hilário (UFS)
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a. Cristiane de Oliveira Santos (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Karen Emanuely. Amor que sempre me rouba as melhores palavras, agradeço por tantos anos de luta ao meu lado e por todas as apostas que me auxiliaram a chegar à conclusão deste mestrado. Meu “Duetto”, minha melhor melodia de vida. Meu amor, obrigada. Por tudo. Obrigada por nós.

A todos os educadores que marcaram minha trajetória nesta universidade e a tantos outros que conheci e dialoguei por meio dos seus escritos.

Agradeço aos meus colegas de Pós-Graduação, por todos os encontros de pesquisa, todas as sugestões, críticas e diálogos travados que seriam indispensáveis neste processo.

À professora Dr^a. Cristiane Santos e ao professor Dr. Leomir Hilário, por toda generosidade e pelas valiosas contribuições para a produção desta pesquisa.

Às minhas filhas pets Zooey, Muriel e Jujubola, por todas as distrações e companhias que eu não sabia que eram necessárias para continuar este caminho.

Agradeço à Beatriz Barbosa, minha mãe, por lutar pela minha educação nesses tantos anos e por ter aconselhado que eu fosse forte para eu ser quem eu quisesse ser.

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente auxiliaram para a produção desta pesquisa.

A todas as pessoas que me contam as suas histórias e que me permitem acompanhá-las enquanto construo minha escuta analítica a partir dos nossos encontros.

À professora Dr^a. Maria Lúcia Boarini que, gentilmente, junto ao Grupo de pesquisa e estudo sobre higienismo e eugenismo – GEPHE, disponibilizou os dados utilizados nesta pesquisa.

Ao meu orientador, Dr. Daniel Menezes Coelho, por ter apostado nas minhas marginalidades, pelos anos de ensinamentos, pela confiança e por tantos momentos que serviram de amparo para minha própria formação, dentro e fora da psicanálise.

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para construção deste trabalho.

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.
Qual questão, me dirão.
Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente
para ter significado político.
Basta ser petróleo bruto,
ração concentrada ou matéria reciclável.
Ou mesa de conferência cuja forma
se discuta por meses a fio:
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte
numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens,
morriam os animais,
ardiam as casas,
ficavam ermos os campos,
como em épocas passadas
e menos políticas.

RESUMO

A emergência da psicanálise no contexto europeu é marcada por uma subversão diante do conceito de degeneração e suas articulações com hereditariedade e perversão. Apesar disso, uma das suas entradas no território brasileiro se deu como ferramenta de um programa de higiene mental e eugenia, construído por uma elite de médicos, psiquiatras e intelectuais. O presente estudo teve como objetivo investigar a emergência da psicanálise no contexto brasileiro no século XX, especificamente, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, momento de discussão sobre a viabilidade da nação e construção de um projeto de civilização. Para isto, tomamos como objeto o discurso eugênico, que pode ser identificado a partir dos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, publicados pela Liga Brasileira de Higiene Mental, entre 1925 e 1947. A partir das publicações realizadas, nos valem do método de análise foucaultiano para identificar os tipos de racionalidades que fizeram emergir o discurso psicanalítico como operador da educação dos instintos. A função da apreensão da psicanálise como tecnologia dos instintos aparece como uma ferramenta eugênica para construção de um discurso-objeto de modo a perpetuar os regimes de poder vigentes à época. Nesse sentido, verificamos que as ideias da psicanálise operaram na imbricação do dispositivo da sexualidade e da racialidade com objetivo de criar privilégios de brancos sobre não brancos. Com isso, oferecemos um contraste possível com a historiografia oficial, que se produz em torno de uma proposta de psicanálise apolítica, e propomos a reflexão dos efeitos da abstinência do debate racial no interior das discussões da psicanálise. Por fim, propomos uma postura ético-política que possibilite ao campo psicanalítico abordar suas histórias e seus traumas, a partir de uma historiografia política capaz de considerar contextos locais e identificar as marginalidades necessárias ao seu campo.

Palavras-chave: Psicologia; Psicanálise; História; Eugenia; Raça.

ABSTRACT

The emergence of psychoanalysis in Europe was marked by a subversion of the concept of degeneration and its links to heredity and perversion. Despite this, one of its entries into Brazilian territory was as a tool in a program of mental hygiene and eugenics, constructed by an elite of doctors, psychiatrists and intellectuals. The aim of this study was to investigate the emergence of psychoanalysis in the Brazilian context in the 20th century, specifically in the 1920s, 1930s and 1940s, a time of discussion about the viability of the nation and the construction of a civilization project. To do this, we took as our object the eugenic discourse, which can be identified from the *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (Brazilian Archives of Mental Hygiene), published by the *Liga Brasileira de Higiene Mental* (Brazilian League of Mental Hygiene) between 1925 and 1947. Based on these publications, we used the Foucauldian method of analysis to identify the types of rationalities that led to the emergence of psychoanalytic discourse as a operator in the education of instincts. The function of the apprehension of psychoanalysis as a technology of the instincts appears as a eugenic tool for the construction of a discourse-object in order to perpetuate the regimes of power in force at the time. In this sense, we find that the ideas of psychoanalysis operated in the interweaving of the device of sexuality and raciality with the aim of creating privileges for whites over non-whites. With this, we offer a possible contrast with the official historiography that is produced around a proposal of apolitical psychoanalysis and propose a reflection on the effects of abstinence from the racial debate within the discussions of psychoanalysis. Finally, we propose an ethical-political stance that enables the psychoanalytic field to approach its histories and traumas from a political historiography capable of considering local contexts and identifying the marginalities necessary for its field.

Keywords: Psychology; Psychoanalysis; History; Eugenics; Race.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. URGE MELHORAR A RAÇA	28
2.1 Ameaças à vista.....	28
2.2 Cenas de resistência.....	33
2.3 Aspectos formais dos <i>Archivos</i>	39
2.4 Melhoria da raça e eugenia.....	41
3. URGE EDUCAR AS MASSAS	69
3.1 Um instrumento moderno.....	69
3.2 Focos de intervenção: escola e família	78
3.3 Melhoria da raça e psicanálise	88
4. A HONRA POLÍTICA DA PSICANÁLISE, NA EUROPA E NO BRASIL .	107
4.1 A honra política da psicanálise: Europa.....	107
4.2 A desonra política da psicanálise: Brasil	121
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

1. INTRODUÇÃO

Ao escrever algumas recomendações sobre a técnica da psicanálise, Freud (1914) utilizou a metáfora do jogo de xadrez. Para quem buscava aprender como jogar, uma apresentação sistemática sobre as jogadas iniciais e finais poderia ser encontrada; entretanto, a mesma apresentação não seria possível em relação às ações, durante o jogo, dada a infinidade de possibilidades. Assim, como no jogo de xadrez e na análise, as jogadas iniciais de uma pesquisa abrem muitas possibilidades de jogadas, mas outras se tornam impossíveis pela forma como as peças foram movimentadas inicialmente (Tenório, 2000).

Nas aproximações e afastamentos entre clínica e pesquisa em psicanálise, a partir destas ideias, os movimentos iniciais se mostram de relevante importância para uma pesquisa que aposte em ser um lugar de possibilidade para enunciação do inconsciente (Coelho; Cunha, 2021). Um inconsciente tomado como o que ocorre no mundo, que subjaz o que dizemos e o que fazemos, que envolve nossa história, as relações sociais das quais participamos e que nos constituem. Um inconsciente que é feito de história, sociedade, ideologia, cultura e economia (Parker; Pavón-Cuéllar, 2022) e que, portanto, coloca nossa relação com o inconsciente em termos da nossa relação com a política.

É necessário situar, primeiramente, que a minha própria relação com a pesquisa em psicanálise é marcada por um tipo de interrogação sobre as suas relações com a biopolítica. Investigamos o conceito de *sintoma* como uma resistência ao modelo psicopatológico-psiquiátrico (PIBIC-2018/2019) e, para o Trabalho de Conclusão de Curso (2020/2021), pesquisamos sobre a emergência da psicanálise em relação aos discursos da *hereditariedade e degeneração*. Nosso interesse se situava na dialética de *absorção e marginalidade* das ideias da psicanálise, na qual suas teorias respondem às pressões para moldar os sujeitos às normas preestabelecidas socialmente, enquanto a marginalidade se refere a resistir a esta absorção, sustentando um lugar à margem que não seja capturado por um regime de controle (Zaretsky, 2006). Foi neste trabalho que pudemos constatar que, de fato, a *honra política*¹, comentada por Foucault (1976), pode ser identificada no momento da emergência das ideias freudianas acerca da sexualidade infantil perverso-polimorfa, que marcavam oposição ao discurso de cunho

¹ Sob este aspecto, afirmava ser uma honra política da psicanálise ter “suspeitado (e isto desde o seu nascimento, ou seja, a partir de sua linha de ruptura com a neuropsiquiatria da degenerescência) do que poderia fazer de irreparavelmente proliferante nesses mecanismos de poder. que pretendiam controlar e gerir o cotidiano da sexualidade: daí o esforço freudiano (sem dúvida por reação ao grande crescimento do racismo que lhe foi contemporâneo) para dar à sexualidade a lei como princípio.” (Foucault, 1976, p.163)

moral, presente nas teorias da degenerescência e hereditariedade, no meio psiquiátrico do século XIX, no cenário europeu (Oliveira, 2016; Medeiros; Carvalho, 2018; Nascimento, 2022). Entretanto, um incômodo se fazia permanente. Se o estudo de Freud sobre a histeria provocou uma revolução no modo de compreensão sobre a normalidade e a patologia, o complexo de Édipo inseria, na psicanálise, por outro lado, uma visão desenvolvimentista, tornando-a normalizadora e normativa (Van Haute; Geyskens, 2017).

O debate entre a psicanálise e a teoria da degeneração, na chave de leitura sobre a *honra política*, nos colocou em contato com o estudo sobre tecnologias de poder, mais especificamente, sobre o que Foucault (1975) chamou de *tecnologia eugênica*, na qual encontramos discussões sobre hereditariedade, purificação da raça e correção dos instintos. É neste último que a psicanálise se inseria, segundo o autor, como tecnologia de normalização e correção. Se, no cenário europeu, a psicanálise teve uma posição de marginalidade, como teria sido sua posição no cenário brasileiro, “Espetáculo” do Cais do Valongo?

A história do cenário brasileiro nos coloca importantes questões, e a história do Cais do Valongo nos dá algumas pistas. De acordo com a arqueóloga Tânia Lima, o Cais do Valongo, localizado no Rio de Janeiro, era onde funcionava o desembarque de milhares de sujeitos para serem escravizados, sendo o principal ponto de entrada deste tipo de tráfico nas Américas. Não se sabe ao certo quando o cais começou a funcionar, mas supõe-se que seu início date por volta de 1811 e que tenha ficado ativo até 1843, quando foi aterrado e, sobre ele, foi construído o Cais da Imperatriz, em 1843, para receber a Princesa de Duas Sicílias, que chegava ao Brasil para se casar com D. Pedro II. Foi apenas em 2011, por ocasião de uma obra de águas pluviais da prefeitura do Rio de Janeiro, que uma equipe de escavações arqueológicas foi solicitada para o acompanhamento da obra, pois a região pertencia a um monitoramento arqueológico. Iniciadas as escavações, a 1,80 m de profundidade foi encontrado o Cais da Imperatriz e a 0,60 m abaixo, o Cais do Valongo — possível de identificação pelo achado de um fragmento de cachimbo cerâmico utilizados por escravizados. Este fato nos parece um sintoma de como a história dos afrodescendentes é tratada no território brasileiro, e como o país possui uma tendência de tentar soterrar tais histórias e produzir uma amnésia das violências que o constitui. Foi irresistível interrogar a psicanálise e sua história no cenário brasileiro, a partir de um lugar que não deveria coincidir com uma suposta neutralidade política, negando, portanto, a produção de silenciamento de algumas especificidades brasileiras, na recepção das ideias de Freud, e recolocando questões sociais que, sistematicamente, sofrem tentativas de permanecerem enterradas no debate brasileiro.

Partimos para um esforço de historicização da psicanálise, das suas condições de emergência e influência (Zaretsky, 2012). A partir da perspectiva histórica, alguns autores têm levantado questões que nos fazem questionar a suposta neutralidade da psicanálise, evidenciando a intrínseca presença do viés político em sua trajetória (Danto, 2020; Gabarron-Garcia, 2023; Zaretsky, 2012). Essa constatação solapa o argumento de que a psicanálise deve se *abster* de discussões políticas. Os achados resgatam histórias de práticas, nas quais podemos encontrar uma psicanálise politizada, que, ao mesmo tempo, parece omitida, negada e desacreditada. Tais histórias dos seus ativismos políticos revelam seu caráter revolucionário e instigam a necessidade de mais investigações sobre essas *histórias dos possíveis* (Gabarron-Garcia, 2023), de forma a questionar e contrastar a “história oficial” com as práticas que foram excluídas da historiografia psicanalítica. Diversas pesquisas² podem ser encontradas acerca do período da recepção das ideias freudianas, no território brasileiro, onde situam sua inserção no movimento modernista, na educação e no projeto higienista. Cada uma com suas especificidades, as ideias pareciam ser recebidas como ferramentas para a construção de um mundo moderno e civilizado que, no Brasil, tomava forma sob o discurso em torno da necessidade de construção de uma identidade nacional. O debate da identidade nacional nos faz considerar elementos sociais, culturais e intelectuais da época em que as ideias de Freud começam a circular no Brasil, onde um fator chama atenção.

As discussões da elite intelectual brasileira, até o fim da escravatura em 1888, davam pouca importância para as discussões sobre raça e seu desenvolvimento futuro. Tal “elite intelectual educada” de setores da burguesia possuía formação europeia com grande influência francesa, mas vivia em uma outra realidade, pois se situava em um país com grandes desafios marcados por algumas anomalias políticas, sociais e econômicas (Skidmore, 2012). O Brasil havia se constituído um Império com monarquia hereditária; era uma economia essencialmente agrícola e operava a escravização, apesar do tráfico negreiro ter sido extinto nas vias jurídicas em 1850³. O que se seguiu, a partir de 1850, foi uma dinâmica calcada na produção escravagista ancorada em duas classes distintas: classes de senhores e classes de escravos. Dessa forma de escravismo teria nascido esta burguesia subalterna “*condicionada, dependente, apêndice e*

² Dentre algumas pesquisas, para melhor compreensão da historiografia da recepção das ideias da psicanálise no Brasil indicamos: Ponte (1999), Russo (1998, 2002a, 2002b), Russo e Carrara (2002), Facchinetti (2001, 2003), Facchinetti e Ponte (2003), Oliveira (2002), Mendonça (2006), Santos (2010), Castro (2014), Torquato (2014), Perestrello (1986).

³ A Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, definia medidas para repressão do tráfico negreiro como resposta às exigências e pressão britânica sob o governo brasileiro. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>.

colaboradora dos interesses dos compradores, vendedores ou investidores da Metr pole” (Góes, 2018, p. 72).

A forma de organiza o brasileira o colocou no patamar de um país com uma forma o social supertardia, que se desdobrou em algumas consequências: falta de capitalismo nativo, conserva o de propriedade latifundiária, subordina o aos interesses imperialistas, existência de aparelho de Estado repressivo, dentre outros aspectos, o que fez com que as transforma es realizadas no Brasil fossem de cima para baixo, sem transforma o democrática e participa o popular (Góes, 2018). Assim, diferente do contexto europeu, no Brasil, o advento do liberalismo decorreu de tendências intelectuais, antes de qualquer transforma o econ mica.

Se l  fora as potências europeias se fortaleciam economica e politicamente, justificando seu ‘sucesso’ por meio da produ o da superioridade da raça e herança genética, o Brasil era visto como país tropical de constitui o racial miscigenada, relegado   impossibilidade de produzir civiliza o comparável. Tais análises eram comumente direcionadas   América Latina e   África, regiões que sucumbiram   explora o europeia desde o século XV (Skidmore, 2012). Estes fatores preocupavam a elite intelectual brasileira que, diante dos desafios que possuía acerca dos seus aspectos hist ricos e sociais, passava a tom los a partir do crivo biológico e do debate sobre as raças para pensar o futuro da na o, que será uma constante dos discursos psiquiátricos da época.

Concorrendo com as teorias raciais e com a tese do branqueamento, começava a ganhar fôlego o discurso de aposta na educa o e na saúde, como meios de promover civiliza o na nacionalidade em forma o (Reis, 1994). A ideia era que, educando as classes ‘incultas’, seria possível proteger a popula o contra o mal e auxiliar na regenera o da na o, cabendo ao Estado assumir as responsabilidades pela ‘saúde’ da popula o. Apostando na educa o como meio de sanar/prevenir o aparecimento das doenças, a psiquiatria mostrava que detinha elasticidade suficiente para ocupar posi es díspares como *determinismo racial versus carência de aten o do Estado* como explica es das condi es físicas e morais da popula o (Facchinetti; Ponte, 2003).

Foi nesse contexto, de discussão do projeto para uma na o civilizada, que as formula es da psicanálise passaram a interessar os psiquiatras, que viam nelas um instrumento profilático que poderia se dar por meio da educa o (Castro, 2021). A psicanálise começava a ser pensada pelos adeptos da eugenia como uma terapêutica que possibilitaria o tratamento para uma “classe débil” e “impotente” da na o, que precisaria ser “reformada” para se modernizar e evoluir (Torquato; Rocha, 2016). Sua posi o também possibilitava afirmar o determinismo contra o livre-arb rio, sustentando teses deterministas, mas seu determinismo proposto

pressupunha *recuperabilidade*, uma possibilidade de educar os que se afastavam de um processo civilizador (Russo, 1998).

Outro interesse também se dava a partir das discussões sexuais presentes nas campanhas higiênicas e pedagógicas, que apontavam para um modelo normalizador e de controle de práticas e normas sociais. As discussões sobre a sexualidade empreendidas por Freud reverberaram nas reflexões dos intelectuais brasileiros sobre o debate da construção de possibilidade de civilizar os brasileiros; o que, segundo Torquato e Rocha, representava a interlocução do discurso psicanalítico com o eugênico:

É nesse ponto de amálgama que une psicanálise e via eugênica que a sexualidade se apresenta aos médicos da época como ponto nevrálgico de intervenção: no plano biológico era preciso pensar em formas de cruzamentos adequados para melhorar a raça; no plano moral, seria preciso educar o povo quanto aos hábitos e comportamentos condizentes aos de uma vida sadia (Torquato; Rocha, 2016, p. 430).

Desta forma, constatamos que discutir higiene, sanitarismo e eugenia, para compreender a recepção das ideias freudianas no Brasil, é estar no terreno de tensões políticas que foram naturalizadas pelo discurso sobre a melhoria da raça. Tais concepções teóricas foram alçadas como ferramentas de forte teor nacionalista, em que a nação só seria rica e racialmente próspera na medida em que possuísse linhagem hereditária sadia, produtora de riquezas e sujeitos adaptados às normas (Mota, 2003).

Tendo as condições de higiene asseguradas, acreditava-se que os esforços deveriam se voltar para o aperfeiçoamento da raça. De forma que o movimento eugenista foi uma resposta das elites dos países centrais para assegurar, para as elites proprietárias, ferramentas de natureza científica que podiam ser utilizadas como armas institucionalizadas contra pobres, trabalhadores e qualquer sujeito que não atendesse às normas (Góes, 2018).

Na busca de dispositivos de controle diante da população, foram criadas algumas instituições médicas da elite psiquiátrica, sendo uma delas a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada em 1923 e que passou a incorporar ideias freudianas no seu programa. Esta era uma entidade civil que funcionava com subvenção federal, auxílios de filantropos e com a renda dos anúncios publicados nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* (ABHM) (Costa, 2006). Era composta por diretor, presidente, vice-presidente, secretário geral e um conselho executivo com um número variável de membros. Seus componentes, em geral, eram responsáveis por outros serviços psiquiátricos, o que fazia com que a LBHM fosse uma instituição elitizada que concentrava grandes nomes da psiquiatria carioca e brasileira, e de

personagens políticos como presidente da república, ministros, senadores, deputados etc. (Souza; Boarini, 2008; Ponte, 1999; Reis, 1994).

Segundo alguns autores, o objetivo inicial da Liga era a melhoria da assistência aos doentes mentais, a partir da modernização do atendimento psiquiátrico, conduzindo suas propostas, a partir da aproximação com ideias consideradas progressistas, por esses personagens (Costa, 2006; Ponte, 1999; Reis, 1994; Torquato, 2014). Além disso, seria um espaço de aprofundamento de debates sobre profilaxia mental, realização de trabalhos profiláticos, proteção e amparo no meio social, divulgação de temas relacionados à higiene, educação e prevenção de doenças mentais (Castro, 2021; Góes, 2018; Seixas; Mota; Zilbreman, 2009). A ideia era de que, superando uma suposta inferioridade do povo brasileiro advinda da mistura racial, poderia ser atingida a modernização da nação (Facchinetti, 2012). Deste modo, a instituição também tinha, no seu programa, um declarado compromisso com as estratégias profiláticas inspiradas nos princípios da eugenia, no domínio das atividades individuais, escolares, profissionais e sociais (Engel, 2001; Ponte, 1999), das quais gostaríamos de chamar a atenção. A componente eugênica permitia que a Liga ampliasse seu campo de ação e garantia a sua inserção no debate sobre identidade nacional que mobilizava a intelectualidade brasileira. A crença era que a presença de caracteres degenerados de raças inferiores teria resultado em um “*povo indolente, preguiçoso e indisciplinado*” (Ponte, 1999, p. 41), que havia se constituído como ameaça ao progresso civilizatório.

De acordo com Costa (2006), entre 1923 e 1925, a Liga teria seguido a orientação de Gustavo Riedel, seu primeiro presidente, de que o objetivo da instituição seria o aperfeiçoamento da assistência psiquiátrica. A partir de 1926, no entanto, teria ocorrido uma mudança na concepção de prevenção, se aproximando da ideia de prevenção da medicina orgânica, na qual a ação terapêutica deveria ser exercida antes do período patogênico. Esta mudança explicaria a expansão da psiquiatria da sua prática tradicional para o domínio cultural e incidiria na invasão do campo social pela higiene mental, sendo caucionada pela noção de eugenia.

No entanto, um cuidado parece necessário quando nos deparamos com essas afirmações. De fato, havia uma expressiva discussão sobre a necessidade de melhorias na assistência psiquiátrica por parte da instituição, mas isso não retira o fato de que a eugenia sempre esteve em pauta, nas suas ações, desde sua criação. A constituição racial do povo brasileiro já era uma preocupação nos programas da LBHM, desde sua fundação em 1923, e tal preocupação racial precede à própria história psiquiátrica, no Brasil. A LBHM é apresentada como uma liga de higiene mental e não como uma liga eugênica, embora participem desse

programa alguns eugenistas. Do mesmo modo que não é apresentada como uma Liga de Psiquiatria, embora seja composta, na sua maioria, por psiquiatras. Então, por que sublinhar que a eugenia era pauta imprescindível para a instituição, quando foi fundada?

Na “*Ata de Fundação e organização da Liga de Higiene Mental*”, de janeiro de 1925, vemos as afirmações de Gustavo Riedel sobre o objetivo da associação, que deveria orientar os estudos sobre: 1) *a etio-patogenia das afecções nervosas e mentais* e 2) *a psicofisiologia normal e mórbida em suas aplicações às diversas atividades sociais*. Isso possibilitaria a criação do que ele chamou de *códigos de recursos profiláticos* das perturbações nervosas, a partir dos quais seria possível levantar propostas que pudessem ser levadas ao governo e uniformizá-las, de acordo com os demais países latino-americanos, evidenciando, assim, que sempre houve aspiração política expressa na LBHM. O segundo momento é o seguinte trecho:

Felicita os presentes pela oportuna ideia de organizar uma instituição que vem fornecer à nossa população os benefícios da divulgação e propaganda das noções exatas de eugenia mental, num plano uniforme de defeza da mentalidade da raça e em colaboração com os demais países latinos, propondo que a mesma se denomine simplesmente “LIGA DE HIGIENE MENTAL” (Ata, da Fundação, 1941, p. 92, grifo nosso).

Apesar do significante *eugenia* e suas noções não aparecerem na denominação da Liga, suas ideias eram centrais no programa da instituição. Desse modo, defendemos que uma das jogadas iniciais de uma pesquisa sobre a LBHM deve recolocar, com toda ênfase necessária, que a Liga era direcionada à higiene mental e eugenia. A partir disso, deve-se situar que essa mesma instituição, que afirmamos ser eugênica por excelência, foi uma das vias de entrada das ideias da psicanálise, no Brasil, a “não festejada” via da elite médico-psiquiátrica (Russo, 2002a).

Tomar a LBHM para análise é se deparar também com a heterogeneidade de sua formação. Embora os psiquiatras possuíssem a questão da prevenção eugênica como eixo unificador de suas propostas, Reis (1994) nos lembra que apresentavam divergências quanto aos seus modos e limites. Interessante verificar, por exemplo, a posição de alguns dissidentes das teorias racistas da época.

Roquette-Pinto, em divergência com o coro eugênico da época, contestava que a raça brasileira seria degenerada (Oliveira, 2014). Embora acreditasse que a eugenia poderia contribuir para o aperfeiçoamento humano, defendia que os males que acometiam o Brasil não eram de origem biológica ou racial, mas de origem política, sanitária e educativa (Souza, 2022). No I Congresso de Eugenia, Roquette Pinto apresentou o trabalho “*Nota sobre os typos*

anthropologicos do Brasil”, defendendo que faltava no país uma “organização nacional”, o que significava “*educação do povo, nacionalização da economia e circulação das ideias e da riqueza*” (Roquette-Pinto, 1929, p. 123). Seguindo a afirmação de Alberto Torres de que o Brasil tinha que ser “*obra de arte da política*”, negava a raça como elemento de deficiência e chamava atenção para o que chama de “*maus expedientes*” da política de povoamento que, segundo ele:

a) Trucidou o índio. b) importou negros escravos – o que foi uma necessidade – mas os deixou absolutamente embrutecidos. Não deu um passo para elevá-los e prepará-los para a liberdade. c) Mandou buscar, a peso de ouro, gente branca, sem escolha, nem fiscalização, entregando-lhe desde logo um capital apreciável; terra, casa, ferramentas, assistência...d) abandonou á triste sorte da sua indigência os melhores elementos nacionais (Roquette-Pinto, 1929, p. 123).

Também postulava que não havia inferioridade dos mestiços em relação aos brancos e era contundente na sua afirmação de que “*O problema das raças não existe no Brasil.*” (Roquette-Pinto, 1929, p. 138). A partir dos dados do seu relatório, afirmava que nenhum dos tipos da população brasileira apresentava qualquer estigma de degeneração antropológica, considerando uma intervenção educativa como proposta: “*A antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído*” (Roquette-Pinto, 1929, p. 147).

Alguns nomes ligados à história da psicanálise, no Brasil, também assumiram caráter dissidente em relação às formulações racistas da instituição. Pesquisadores mencionam que, na historiografia da psicanálise, os registros mais remotos sobre a circulação das ideias da psicanálise no Brasil teriam sido por meio de Juliano Moreira, durante suas aulas na Faculdade Medicina, na Bahia, em 1899 (Castro, 2017; Nunes, S., 1988; Ponte, 1999; Salim, 2010; Russo, 2002b; Torquato, 2014). Apesar de também não termos encontrado nenhum material que confirmasse a informação, pudemos ler as seguintes palavras de Porto-Carrero:

Ainda não havia elle deixado a cathedra da Bahia: FREUD publicara apenas os seus estudos sobre hysteria, com BREUER e os artigos esparsos em que delineava os primeiros traços da sua sciencia, a Traumdeutung acabava de sahir talvez a lume (1899); já o nosso excellenteste mestre communicava aos seus alumnos a boa nova. Mais tarde, em 1914, fazia elle comunicação a respeito de psychanalyse, na Soc. Brasileira de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal; esse documento, guarda-o o mestre, avaramente, na sua modestia que só é superada pela sua sabedoria (Porto-Carrero [1929] 2002, p. 154).

Juliano Moreira (1873-1933) era baiano, negro, de família pobre e filho de uma empregada doméstica. Foi apadrinhado pelo patrão de sua mãe, um barão benfeitor da Faculdade de Medicina da Bahia, instituição na qual ingressou por volta dos 13 anos, formando-

se aos 18 anos com a tese sobre ‘*Sífilos maligna precoce*’ (Moretzsohn, 2018; Oda, Dalgalarondo; 2000). Afinado com as produções europeias que iam de Kraepelin a Freud (Russo, 2002b), a posição de Juliano Moreira, acerca da realidade racial brasileira, era contrária aos determinismos raciais que buscavam identificar, nos caracteres étnicos, a pretensa causa da inviabilidade do futuro da nação. Para Moreira, a degenerescência não deveria ser atribuída às características étnicas inatas ou à miscigenação, mas às condições deletérias, incluindo aí os “bárbaros processos de colonização” (Reis, 1994).

Para Venancio e Facchinetti (2005), a direção de Juliano Moreira fazia uma contraposição ao “racismo científico” difundido por médicos que viam a solução dos ‘males’ do povo pela via da arianização. Segundo as autoras, Moreira ampliou o debate em relação aos fatores hereditários, colocando em questão as complexidades que deveriam ser levadas em conta e que não advinham da raça, apostando na higiene, na educação e no saneamento como saídas para a questão.

No campo psiquiátrico brasileiro, especificamente, Juliano Moreira tomava parte na discussão teórica sobre as relações entre pathos e raça. Ao contrário de Nina Rodrigues, que defendia a tese de que a mestiçagem era um fator degenerativo (apud Moreira, 1908, p. 431-432), Juliano subtraía para as unidades orgânicas individuais a carga de uma hereditariedade nefasta que, para ele, não poderia ser atribuída nem à nossa problemática racial da miscigenação, nem à nossa nacionalidade; seriam, antes, expressões de um pathos mental universal que, se aqui se expressava de modo mais recorrente, poderia ser sanado pela via da educação (Venancio; Facchinetti, 2005, p. 360).

Outro nome importante presente na história da psicanálise, no Brasil, que pertence ao cenário dissidente aos determinismos raciais da época, é Arthur Ramos. O médico nasceu em Alagoas, em 1903, e se formou na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926, com a tese “*Primitivo e Loucura*”, que encontrou uma boa recepção no meio acadêmico. A tese foi enviada a Freud que, em carta, agradece o envio e se desculpa por não dominar a língua portuguesa (Freud, 1927). Em 1928, produziu a tese “*A sordície dos alienados*” e, em uma nova carta, Freud afirma que os resultados aos quais ele havia chegado estavam em conformidade com os trabalhos psicanalíticos conhecidos até então (Freud, 1928)⁴.

⁴ Também podem ser encontrados registros de envios de carta de Freud para Marcondes e Porto-Carrero. Ao receber o primeiro exemplar da Revista Brasileira de Psicanálise, Freud mostra-se interessado em compreender as publicações realizadas, no Brasil, mas tinha dificuldade de compreensão da língua. Segundo Castro (2015), muitos dos trabalhos enviados a Freud estavam em português. Um mês após o lançamento da revista, funda-se uma seção, da Sociedade Brasileira de Psicanálise, no Rio de Janeiro, tendo como uma de suas primeiras iniciativas comunicar, ao próprio Freud, sua fundação, que respondia a Marcondes e a Porto-Carrero com o pedido de que se elaborasse uma exposição das ocorrências e que fossem enviados a Eitingon. Após as cartas trocadas com Freud e Max

Essa obra marcou o interesse de Ramos pela relação entre indivíduo e cultura, pela psicologia dos povos e pela noção de alma ancestral. A partir de 1930, se destacou nos estudos do campo da antropologia, psicologia e psicanálise. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1933; em 1934, foi chefe do Serviço de Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro e dirigiu, até 1939, o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro (Nascimento; Mandelbaum, 2019; Dacome, 2003).

Em 1935, fez parte do grupo de intelectuais que assinou “*O manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial*”, chamando atenção para a expansão do racismo e de ideologias que estimulasse rivalidades, a partir de distinções raciais. Afirmam que, em épocas de transição, quando grandes acontecimentos imprimiam novas diretrizes de desenvolvimento histórico, a confusão de ideias poderia resultar em aplicações errôneas que se transformavam em ferramentas para apaixonados preconceitos. Tomando como análise os acontecimentos, após a guerra de 1914, afirmavam que o espírito nacionalista estava aliado à proposta de imprimir sentido político às diferenças étnicas, que fazia surgir os ‘modernos racismos’. Alertavam que o Brasil estava importando uma atitude de deslocar antagonismos de ordem e de natureza política para rivalidade entre grupos raciais.

Estamos em face de um movimento meramente político e social que procura aproveitar-se de uma base pseudo-científica, para criar questões que veem agravar de modo ameaçador a já tremenda complexidade dos problemas do mundo contemporâneo. Esse perigo assume proporções particularmente graves no caso de nações, cuja formação étnica acentuadamente heterogênea, como precisamente acontece no Brasil (Ramos, 1943 [1935], p. 173).

Assim, dentro da própria matização de posições teóricas e políticas, dentro da LBHM, podemos encontrar autores que fazem parte da recepção das ideias da psicanálise e possuem caráter dissidente com relação às teorias de degeneração racial como causas de problemas pelos quais passava a sociedade brasileira (Nascimento; Mandelbaum, 2019). Entretanto, essas formulações fazem parte de um campo discursivo maior, com suas correlações de força, que podem nos informar sobre a história de construção e institucionalização do campo psicanalítico brasileiro, que se dará nas décadas seguintes, bem como de suas especificidades.

Assim, o presente trabalho buscou compreender a emergência das ideias freudianas e seus usos no cenário carioca por meio das publicações da Liga Brasileira de Higiene Mental. Apostamos em uma pesquisa que procura possibilitar a ultrapassagem das linhas do

Eitingon, a Sociedade Brasileira de Psicanálise foi reconhecida pela International Psychoanalytic Association (IPA) como Study Group, em 1929 (Castro, 2015).

estabelecido, rastrear o que um conceito ou uma teoria se propõem a responder e restituir uma ideia deslocada ao seu lugar original no discurso. Para esta tarefa analisamos as revistas científicas publicadas pela LBHM, os *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* (ABHM).

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A primeira posição tomada nesta pesquisa foi situar que não se busca uma produção cientificamente neutra. Além de sermos marcados por um lugar e época, utilizamos materiais que possuem uma organização característica, que é formada historicamente e que aponta para as “*condições de possibilidades de conhecimentos dentro de uma formação discursiva*” (Hacking, 2009, p. 17). O que investigamos nos inquieta e parte de condições de insatisfação com uma rede de significações que desejamos questionar e, a partir de um movimento de investigação, fazer aparecer outras redes de significações e valores. Ao mesmo tempo se fazem necessárias *estratégias e táticas de suspeição* (Corazza, 2002), diante da nossa própria formação histórica, para interrogá-la sobre se o que dizemos e vemos é, de fato, tudo que pode ser dito e visto. O que propomos é assumir uma posição política para colocar em suspeição a formação histórica de um campo de ideias psicanalíticas e questionar o que ainda há para vermos e dizermos sobre história da sua emergência, no Brasil. Tal tarefa é possível se tomarmos os ABHM pelo que de fato eles são: *arquivos*.

Quando tivemos acesso aos trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), publicados na forma de *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* e disponibilizados digitalmente pelo Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Higienismo e Eugenismo (GEPHE), nos pareceu a oportunidade de realizar uma pesquisa de arquivo sobre a recepção das ideias de Freud em relação ao debate hereditariedade/degeneração, dessa vez no Brasil.

O recorte geográfico tem como escopo o Rio de Janeiro, cidade onde se concentrava a Liga, e onde, diferentemente do caso paulista, as ideias freudianas foram menos rejeitadas pelo meio médico (Castro, 2014). Assim, para atender o interesse desta pesquisa de investigar a história da inserção das ideias da psicanálise no meio psiquiátrico, tomaremos como ponto de análise o caso carioca, no qual ela pôde se inserir e contribuir em diferentes campos de conhecimento e se mostrava apropriada para o intuito de interpretação da sociedade e modificação da estrutura social.

A escolha em pesquisar, nesses *Archivos*, a emergência das ideias da psicanálise e as razões políticas que sustentaram os discursos em prol da higiene mental e racial, se deve por acreditarmos que, como *arquivo*, eles guardam o que permitiu sua própria enunciabilidade, a

“lei do que pode ser dito” (Foucault, 1969, p. 158). A partir da compreensão foucaultiana de que os enunciados não têm aspecto de “planície monótona”, que não são elementos inertes e neutros que afloram com seus próprios movimentos, compreendemos nosso objeto como um conjunto heterogêneo, que se desenrola em práticas, a partir de uma organização científica.

[...] temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimento (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses *sistemas* de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas do outro) que proponho chamar de arquivo (Foucault, 1969, p. 157, grifo nosso).

Tomaremos os *Archivos* como um sistema, sendo possível identificar e descrever seu discurso, a partir da utilização do método traçado por Foucault em “*A arqueologia do saber*”. Nessa obra, vemos a proposta de Foucault em especificar um método de investigação que compreendesse a ordem interna de um determinado saber. Ao propor entender o discurso como dispersão, sua descrição deve buscar as regularidades que funcionam sob regras capazes de reger as formações dos discursos. Ou seja, essas regras disciplinariam objetos, enunciados, conceitos e temas que confeririam ao discurso certa regularidade, a qual Foucault chama de formações discursivas (Foucault, 1969). Para Foucault, o arquivo organizaria os enunciados nessa dispersão:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desaparecem ao simples acaso de acidentes externos, mas que agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (Foucault, 1969, p. 158).

As formulações de Foucault, sobre a ideia de arquivo, sustentam a possibilidade de compreender o que torna possível a emergência das ideias da psicanálise, no interior da LBHM. Não pretendemos uma busca de origem ou de compreensão da validade dessa apreensão teórica, pois a arqueologia não investiga a ciência, mas sim o saber. Aqui, trata-se de descrever a formação de um saber para estabelecer suas condições de existência, o feixe de relações que torna possível sua emergência, ou, em termos foucaultianos, as condições de enunciação de um discurso e do que o sustenta como critério de verdade. Identificar os tipos de racionalidades e os seus efeitos, para ser possível interrogar as transformações que operaram para a renovação de continuidades, é dizer, nos dirigindo tanto às condições de enunciação e de formação de

discursos, naquilo que constituiu os objetos, formação dos conceitos quanto às posições que se procurou colocar o sujeito na ordem discursiva em um jogo permanente com práticas extradiscursivas (Yazbek, 2015).

[arqueologia] Este termo não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise à busca de nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo (Foucault, 1969, p. 161).

Entretanto, se consideramos que uma pesquisa em psicanálise deve possibilitar a enunciação do inconsciente, como não apontar para o “oculto” ou ao que escapa da “consciência”? Uma outra operação é necessária, pois, aqui, compreende-se o inconsciente nas suas relações com a política, como o que opera no mundo. Assim, apontar o que não é dito, é considerar, para análise, o que sustenta aquilo que dizemos e fazemos, sem a necessidade de corroborar com formulações sobre o inconsciente em uma imagem popular de algo misterioso e nebuloso. Assim, buscar um sentido não enunciado nos discursos é estender nossa compreensão para as relações das quais participamos e que nos constituem, evocando vínculos com nossos passados, que ficaram de fora do controle consciente (Parker; Pavón-Cuéllar, 2022), o que corrobora com nossa busca de compreender o feixe de relações que sustentam a emergência das ideias de Freud, na LBHM, compreendendo, os próprios *Archivos*, como um efeito de emergência de um feixe de relações; podemos, então, compreender que, neles mesmos, e não fora deles, encontraremos a lei do que os organiza.

Se nos valem das formulações de Foucault sobre os métodos arqueológicos e genealógicos, sem tratar exatamente como uma perspectiva duramente metodológica, é porque as entendemos como designações alternativas pertencentes a um método maior, que informam sobre uma trajetória de constituição de uma história de relações entre pensamento (ato que articula sujeito e objeto) com a verdade (Yazbek, 2015). Assim, propomos uma perspectiva de trabalho que diz de discursos presentes em instituições e em práticas extradiscursivas que definem formas de exercício de poder. Uma articulação metodológica que pode ser entendida como uma “*techné* de investigação” (Veiga-Neto, 2009), que sustentará nosso olhar, a partir da perspectiva foucaultiana.

A partir desse entendimento, tomamos os *Archivos* como um sistema de enunciados em que pode ser observada a lei do que pôde ser dito, o que permitiu que os enunciados se formassem, transformassem, substituíssem e fossem úteis como uma *descrição sistemática de*

um discurso-objeto (Foucault, 1969). Se, a partir dos ABHM, buscamos revisitar a história da psicanálise, no Brasil, a tomada da sua análise, pela perspectiva de trabalho foucaultiana, se justifica, ainda, pela possibilidade de não os compreender como um conjunto de documentos, o que nos permite lidar com o material de forma a desnaturalizar esse discurso-objeto. Essa é uma possibilidade que Foucault apresenta, diante das suas formulações sobre o arquivo:

Fazendo uso de sua estratégia de desestabilizar os conceitos congelados, ele dará ao arquivo uma existência renovada. Nas suas palavras, o arquivo deve ser entendido não como um conjunto de documentos, mas sim como lei que organiza o campo do enunciável (Oliveira, 2008, p. 170).

Compreende-se que o arquivo/*Archivo* se localiza em um “aquém” e “além” de práticas discursivas que lhe conferem uma *condição extemporânea*, uma condição de alteridade com o tempo presente. Permite que seja possível definir o sistema da sua enunciabilidade e funcionamento e que se possa desprender de nossas continuidades, valendo, portanto, para diagnósticos (Lima, 2015). Tomar a história da recepção das ideias freudianas, a partir dos ABHM, permite uma análise de elementos que nos são próximos, mas que requerem um afastamento no tempo para que possamos nos desprender das nossas próprias continuidades e colocar, em debate, nossas relações com a política e com o racismo.

A ideia é poder interpelar a ordem da regularidade, buscar deslocar acentos, descentralizar essencialismos de uma história oficial e lançar luz no feixe de relações entre sujeitos e objetos que mantiveram um “discurso verdadeiro”, coibindo e soterrando outros sentidos possíveis (Lima, 2015; Oliveira, 2008). Isto tem sua importância na medida em que, tendo uma história oficial eurocentrada, a contrapomos fazendo aparecer outras histórias que ficaram de fora da historiografia oficial.

Aqui, a pesquisa requer mais um cuidado. Segundo Munanga (2015), as ideologias de dominação tiveram, como estratégia, falsificar, negar e destruir a história dos povos que dominaram. No Brasil, não foi diferente, o que nos coloca diante da tarefa de compreender que, nesta pesquisa, a atividade de deslocar centros de gravidade, na história da recepção das ideias de Freud, no Brasil, passará pelo desafio de recuperar histórias que não foram apenas descentralizadas, mas que foram ativamente, constantemente e permanentemente, alvo de aniquilação. Neste sentido, as histórias institucionais da medicina e psiquiatria, no Brasil, apesar de sua importância, não foram sistematizadas neste trabalho, pois foi adotada a perspectiva da medicina social (Foucault, 1974), compreendendo-a como braço de poder

médico, diante das tensões sociopolíticas da época analisada; estas, sim, a serem rastreadas a partir dos *Archivos* e de seu contexto.

Deslocando o acento para a difusão do higienismo, na instituição familiar brasileira, entre os séculos XIX e XX, acentuamos os efeitos e a constituição de um modo de subjetivação que se engendrou na família moderna, a partir dos processos de normalização social (Costa, 1989). Este processo de normalização também é enredado com as considerações feitas por Foucault, a partir da emergência da medicina social e da disciplinarização do hospital, no qual verificamos o controle dos indivíduos e das populações. As formulações de Foucault chamam atenção para a medicina social que se constituía como “*uma medicina do meio que está se constituindo à medida que a doença é concebida como um fenômeno natural obedecendo a leis naturais*” (Foucault, 1974, p. 183).

Chama-nos atenção o modelo francês da medicina urbana, sistematizado por Foucault, no qual há o entendimento de que era necessária uma organização do espaço urbano para que fosse possível um todo coerente, em que houvesse condições de lidar com questões econômicas e políticas inerentes ao desenvolvimento industrial. É nessa análise que Foucault aponta que as revoltas populares, o aumento da população urbana, as epidemias etc. constituíram o que ele chama de “medo da cidade”, sendo a quarentena o modelo médico e político que a burguesia encontrou para lidar com a situação (Foucault, 1974). As lógicas atuantes no esquadramento da cidade e nos sistemas de vigilâncias nos parecem muito similar às discussões higienistas e sanitaristas da realidade brasileira. Daí, decorrem também três observações feitas por Foucault que nos parecem indicar a validade dessa análise.

Segundo o autor, a medicalização do espaço urbano foi importante por três motivos: por ter possibilitado uma medicina do meio de existência e condições de vida urbana; pela emergência da noção de salubridade, como perspectiva de melhores condições de vida e, por fim, por inserir a prática médica no discurso físico-químico. Esses três pontos parecem, de fato, se aproximar do que eram os debates brasileiros acerca da medicina social, o que pode nos dar melhor compreensão sobre as particularidades da medicina social brasileira.

Se a tecnologia disciplinar é vista como condição de possibilidade para a transformação do indivíduo em cidadão perfeito, livre e trabalhador, a articulação necessária entre o sujeito do contrato social e o sujeito à disciplina, não pode, face à escravidão, se concluir. Esta dificuldade está na base das diferenças táticas do discurso médico sobre a desumanidade da condição escrava, a presença corruptora do escravo na cidade e as raras propostas de um escravo higienizado no campo (Machado *et al.*, 1978, p. 354).

Para Machado *et al.* (1978, p. 372), um exame da análise médica da escravização permite compreender melhor as especificidades da medicina brasileira, justamente por sua constituição ser de uma medicina urbana, como suspeitado: “*no momento de sua constituição, a medicina social brasileira não é uma medicina no trabalho ou do proletário, mas uma medicina urbana*”. O caráter político da medicina social, diante de um discurso-objeto, na sua relação com a escravização, fica evidente, colocando a tarefa para que qualquer análise sobre medicina no Brasil precise, necessariamente, levá-lo em consideração, ainda que não seja objeto primário de sua análise.

Olhar para os *Archivos* e para o interesse dos psiquiatras cariocas, pelas ideias da psicanálise, pode fornecer uma dica para buscar melhor compreensão da posição política das ideias da psicanálise. A partir das publicações realizadas pela LBHM e nos valendo do método foucaultiano, a questão, que se coloca, é: quais foram as condições de emergência das ideias freudianas no interior da Liga Brasileira de Higiene Mental?

Para isso, apresentamos os *Archivos* em seus aspectos gerais, percorrendo o que eles guardam, como se organizam e como os discursos se ligam. Com isso, buscamos identificar o eixo da preocupação política que constituía seus objetos e como emergiram os postulados da psicanálise, e não qualquer outro. Buscamos descrever a recepção das ideias da psicanálise, no interior de instituição e suas articulações estratégicas, com os discursos da higiene e eugenia — em seus aspectos de alianças e/ou recusas; portanto, são capítulos que compreendem um trabalho de descrição do próprio arquivo, a partir da lei de enunciabilidade, como sistema de formação e transformação de enunciados em suas correlações de força. Aqui, vale ressaltar que os *Archivos* são pertencentes a uma formação discursiva mais ampla, que convoca a psicologia e a psicanálise para manter uma estratificação escravista, buscando um novo modo de subjetivação que pudesse dar continuidade a esse modo de exploração. Assim, a higiene mental apareceu como uma tática de produção de uma “modernidade brasileira”, perpetuando hierarquias raciais e os seus debates, anteriores às publicações dos *Archivos*, estabelecendo, portanto, um limite para algumas análises que partiram do material arquivado. Considerando que as ideias freudianas não foram utilizadas a partir das questões raciais, mas que isso se deu de forma indireta, pela via do dispositivo da sexualidade — este sim, foco de interesse enunciado — imbricado com o tema da raça, tivemos a tarefa de não nos atermos apenas aos escritos, arquivados pela LBHM, para analisar a emergências das ideias de Freud, nessa rede de discursos, principalmente estando diante de um país de história colonial.

Como apontado, as posições dos psiquiatras são heterogêneas, sendo possível identificar nomes importantes na história da psicanálise, no Brasil, que aparecem como vozes

dissidentes em relação às teorias raciais da época. Identificando-os, precisamos avançar e questionar sobre o que possibilitou as imbricações da psicanálise com a eugenia, que possam nos servir de diagnóstico da relação entre psicanálise e política, no nosso contexto, atitude necessária diante da constatação de que, remexer na história da psicanálise, faz aparecer um passado, um trauma histórico e coletivo, produzido por escravização e colonialismo, que cabe a todos nós, principalmente psicanalistas brancos e brancas, descolonizar (Siqueira, 2021).

Vale dizer que lidamos com um extenso material histórico e digitalizado. O desafio da sua extensão se refletiu em necessidade de exclusão de materiais reconhecidamente importantes, mas impossíveis de serem abarcados. Mesmo com esses cortes, ainda lidamos com cerca de 1.200 páginas que reuniam artigos, atas de reunião, noticiários, resenhas, panfletos, campanhas e editoriais. A leitura de todo esse material também colocou outra dificuldade, para esta pesquisa, relacionada ao tempo e ao tamanho do próprio trabalho. Apresentar esse material de forma sistematizada recaía sobre mostrar duas possibilidades narrativas que saltaram aos olhos na leitura do material e que foram se organizando em torno de duas urgências: a de melhorar a raça e a de educar uma massa. Isto quer dizer que o próprio material pareceu produzir ao menos dois capítulos distintos dentro da pesquisa, o que nos colocou uma limitação do que poderíamos abarcar no presente trabalho. Renunciando às análises que ficarão para pesquisas futuras, optamos por apontar o que nos pareceu mais imprescindível de demonstrar. Se Foucault (1976) argumenta que a moral da burguesia se constituiu a partir de uma afirmação de si, em que o dispositivo da sexualidade se mostra no entrecruzamento das tecnologias de poder, que se investiram no corpo dos indivíduos e na regulação das populações (Santos, 2010), no Brasil, a questão racial se coloca como uma questão a ser pensada nas suas relações com esse dispositivo.

No primeiro momento, buscamos mostrar de que forma a produção discursiva, em torno da ideia de uma urgência acerca da melhoria da raça brasileira e suas subsequentes propostas eugênicas e higiênicas, estava vinculada aos debates de um momento sócio-histórico e político pós-abolição, em que se debatia o projeto de modernidade nacional. Posteriormente, mostramos como, na esteira dessas discussões, emergia a preocupação com a educação do povo e dos seus instintos, terreno em que as ideias da psicanálise são acionadas, no interior das ideias eugênicas, com objetivo de controle sobre os corpos. Com isso, buscamos melhor compreensão sobre a história da recepção das ideias da psicanálise, no caso brasileiro, a partir da sua posição imbricada entre *dispositivo da sexualidade* (Foucault, 1976) e *dispositivo de racialidade* (Carneiro, 2023), nos quais suas ideias operam para a construção de um discurso-objeto, de

modo a perpetuar os regimes de poder que Mills (2023) conceituará a partir das noções do *contrato racial*. Isto marca um caráter de desonra política na história da psicanálise brasileira.

2. URGE MELHORAR A RAÇA

2.1 Ameaças à vista

Para compreender o contexto sócio-histórico, em que emerge uma urgência acerca da melhoria da raça, é necessário ter em vista uma pista importante, que Jurandir Freire Costa oferece, acerca das preocupações eugênicas, com o povo brasileiro. O autor nos lembra que tais discussões foram introduzidas no Brasil, primeiramente, pelos intelectuais: historiadores, sociólogos, antropólogos e, só depois, pelos médicos.

A eugenia não foi uma criação dos programas de higiene mental. Esta ideia teria que ter precedido a própria fundação da LBHM para poder figurar nos seus primeiros estatutos de 1923. Deste modo, pode-se supor legitimamente que a eugenia era um tema cultural retomado pelos psiquiatras nos seus programas de higiene mental. De fato, se recuarmos um pouco mais longe na História, podemos notar que a paternidade da preocupação eugênica não pertence à Psiquiatria. Esta última simplesmente reelaborou, à sua maneira, a discussão de um tema corrente nos meios intelectuais da época (Costa, 2006, p. 42-43).

Os primeiros esforços de controle da cidade e da população, para atender aos interesses do Estado, datam do século XVIII, com a descoberta de ouro no Brasil, onde cidades se expandiam e surgia uma elite diferenciada dos interesses do reino de Portugal, que se dava conta de que precisava intervir e dominar a região. O Rio de Janeiro, por sua posição estratégica na época, sendo local de instalação de um Vice-Reinado, se constituiu como um laboratório para estas experiências de controle de ordem colonial. Dali a pouco, entretanto, o aparelho jurídico-policial da colônia esgotou as possibilidades de ação.

Havia resistência à velha ordem colonial, tendo as divergências entre a elite brasileira e a Coroa Portuguesa se acalmado apenas com a abdicação de D. Pedro I. Segundo Schwarcz e Starling (2018, p. 242), a abdicação foi entendida como um marco inaugural e fundador, uma revolução exemplar, e chamavam até de uma “regeneração brasileira”. A calmaria, no entanto, teve sua brevidade, pois, no período de Regência, tiveram que lidar com as províncias que contestavam a legitimidade dos novos governantes.

O governo colonial havia criado um obstáculo ao controle da cidade e da população, pois instâncias eficazes não se identificavam com o Estado e o aparelho jurídico-policial não conseguia ordenar a cidade. A questão que se formava era de como seria possível implantar sujeição, como criar indivíduos que compactuassem com a ordem estatal sem riscos de insurreição. Costa (1989, p. 28-29) afirma que, para isso, a medicina higiênica e Estado

formaram aliança em que o Estado “*aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das, ações médicas*”. A chave para esse acordo, segundo o autor, foi a noção *salubridade*, que suplantou a inoperância da burocracia:

Diante de um saber colonial estribado em noções médicas dos séculos XVI, XVII e XVIII, pré-experimentais e em sua quase totalidade filosóficas e especulativas, a higiene surgiu arrasadoramente convincente. No entanto, é preciso sublinhar que sua força foi impulsionada pelo interesse político do Estado na saúde da população. [...] O Estado brasileiro que nasce com a abdicação é o moto-propulsor do súbito prestígio da higiene. A atividade médica coincidia e reforçava a solidez de seu poder, por isso recebeu seu apoio (Costa, 1989, p. 63).

A higiene familiar foi alçada como estratégia para penetrar na família e instaurar mecanismos de poder, sendo herdeira e solução da tensão entre o modelo familiar colonial e a consolidação de um Estado forte. Esse também foi o momento de institucionalização e oficialização das faculdades de medicina⁵ e as políticas de saúde direcionadas às famílias burguesas, sendo, o *resto* da população, uma questão policial. Para Costa (1989), essas são algumas matrizes de como a família foi tomada no âmbito brasileiro, revelando traços fundamentais da política de sua higiene, que seguiu seu curso em relação direta com o desenvolvimento urbano. A medicina, ao seu ver, foi capaz de produzir normas capazes de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados em posição de sujeição ao Estado.

Desenvolvendo uma nova moral da vida e do corpo, a medicina contornou as vicissitudes da lei, classificando as condutas lesa-Estado como antinaturais e anormais. Todo o trabalho de persuasão higiênicas desenvolvido no séc. XIX vai ser montado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado (Costa, 1989, p. 63).

Com isso, o que queremos demonstrar é que a medicina social, por meio da higiene da família, mostrou suas garras de poder diante da desordem. Além disso, parecia poder exterminar focos de resistência frente ao poder Estatal e criar formas de sujeição. Ela se organiza como um poder político em que preservar a saúde exige providências que precisam ser impostas em lutas políticas para uma nova ordem social (Machado *et al.*, 1978). Não tardou, por exemplo, que, na ordem médica, o discurso do patriotismo fosse inscrito como um sinal de sanidade e sua ausência um sinal de deficiência físico-moral. O efeito é que a submissão do sujeito deixava de ser resistência política para ser analisado no crivo da saúde (Costa, 1989). A adaptação dava

⁵ A criação das faculdades de medicina deixa entrever que havia necessidade de novas formas de regulação política da vida (Santos, 2010), sendo parte de um movimento mais amplo de constituição de uma elite intelectual que tocasse um projeto de nação através de discursos que mantivessem as estratificações sociais até então vigentes (Schwarcz, 1993).

sinal de que as coisas não só estavam em ordem, mas a família reurbanizada estava progredindo dentro de prescrições que visavam à “*re-europeização dos costumes*”, o que fazia parte da estratégia de nacionalização (Costa, 1989, p. 64). O racismo é nítido ao aproximarem um corpo forte, saudável e moralmente regrado ao corpo branco, elegendo a figura das pessoas escravizadas como exemplo de degeneração física e moral (Costa, 1989).

A tradição anatomopatológica, que influenciava essas ideias, tem suas raízes no contexto europeu do século XIX, em que a medicina mental era atormentada pelo sentimento de fracasso diante da incapacidade de recuperação dos doentes mentais (REIS; 1994). O ‘tratamento moral’ de Pinel e Esquirol mostrava suas insuficiências diante da definição de patologias orgânicas, a partir de lesões no corpo (Caponi, 2012). O quadro se altera com a teoria de August Morel, lançada em “*Traité des Dégénérescences Physiques, Intellectuelles et Morales de l’Espèce Humaine*” (1857). Sua teoria postulava que haveria um modelo de homem primitivo que representava uma síntese perfeita da criação divina e que decairia de acordo com a impossibilidade de seguir uma conduta ou moral, uma espécie de *desvio*. Essa decadência seria gradual e progressiva, configurando uma degeneração que seria transmitida hereditariamente entre as gerações até a sua esterilização (Nascimento, 2022). Morel se propôs a criar uma classificação de patologias mentais, nas quais substituiria uma classificação sintomática por uma etiológica. O esperado era que, estando determinadas as causas das patologias, poderia ser criada a classificação nosológica que indicasse uma terapia ou profilaxia apropriadas.

A preocupação com a degeneração dos organismos pelo desvio do tipo originário da espécie está presente no discurso de naturalistas como Buffon ou Lamarck. Essa concepção da degeneração das espécies, própria da história natural, foi transformada no fim do século XVIII, quando Cabanis (1802) começou a associá-la a um novo olhar médico. A partir desse momento, a degeneração passaria a ser aplicada a modificações indesejadas nos tecidos e órgãos, articulando-se, desse modo, o discurso da anatomopatologia com as teorias clássicas dos naturalistas (Caponi, 2012, p. 93).

Essas noções foram retomadas por Valentin Magnan, em 1876, que estendeu a teoria da degenerescência, à luz da teoria de Darwin, sobre a eliminação dos inaptos (Oliveira, 2016), de modo que o seu entendimento, em relação ao homem primitivo, era de que não se partiria de perfeito, mas o ideal era algo a ser atingido. No Brasil, o que se seguiu foi a utilização do conceito de degeneração como artefato político-discursivo que se constituiu, em meio ao processo de legitimação social da psiquiatria, como mediador de higienização social, que já operava desde o início do século XIX (Santos, 2010).

A higiene buscou esquadrihar o meio urbano e controlá-lo socialmente. Sustentada pelas concepções da degeneração, a linguagem da prevenção ganhava cada vez mais notoriedade, na qual a medicina irá buscar preservar o meio e a população de males futuros e definir os ‘riscos’ que pareciam ainda não solucionados. Assim, a medicina se desenha como um instrumento de intervenção política que tem como meta o controle dos indivíduos. Ainda que não se percam de vista os avanços produzidos pela higiene da época, como as políticas lideradas por Oswaldo Cruz, ressaltamos a inquietação dos médicos diante das condições de higiene e dos destinos da raça brasileira. Acreditavam que, a eles, caberia resolver as mazelas brasileiras, discutindo o atraso econômico e progresso social dos quais os destinos da nação eram dependentes (Mota, 2003). Buscavam civilidade para alguns e controle sobre os outros, que estariam de fora de perspectivas ‘progressistas’ e ‘civilizatórias’.

Os médicos já tinham, pelo menos, realizado seu diagnóstico e discutido sobre o futuro possível do Brasil. E seria nesse terreno que os eugenistas tentariam vincular a sua proposta. Ora, se os sanitaristas e higienistas, em seu projeto erradicador de doenças e endemias, não conseguiram trazer a civilidade e higiene esperada aos abandonados da terra, seriam eles os “Prometeus do darwinismo” a resgatar o que consideravam as causas dos desvios nacionais. O povo brasileiro precisaria ganhar “características raciais de estirpe” e, para isso, eles teriam seu plano e seus argumentos erigidos. Só faltaria colocar em prática (Mota, 2003, p. 38).

Com as publicações de Francis Galton⁶⁷, sistematizando uma ciência da hereditariedade humana, as discussões nos meios científicos internacionais se interessaram pelos debates sobre sua utilização em prol de um processo civilizatório (Góes, 2018) e movimentavam os postulados sobre os efeitos culturais e físicos da miscigenação (Costa, 2006; Skidmore, 2012). Nesse processo, é importante pontuar que a eugenia chegava, ao Brasil, em um momento oportuno, pois a intelectualidade brasileira ainda enfrentava problemas os quais a eugenia parecia poder solucionar (Costa, 2006).

A consideração de que a eugenia era um movimento cultural é crucial para observamos que, juntamente com a higiene, o que se tinha como pano de fundo era a difusão, no meio familiar, de discursos que buscavam normalizar a sociedade brasileira, produzindo modos de

⁶ Francis Galton (1822-1911) foi um antropólogo, matemático e estatístico inglês. Descobridor da individualidade das impressões digitais também produz sua marca como pai da Eugenia como uma ciência de aprimoramento da raça humana. Acreditava na eugenia como um processo civilizatório para os povos fornecendo a base de expansão civilizatória para os povos não civilizados (Góes, 2018).

⁷ Importante apontamento foi realizado pela pesquisadora Maria Lúcia Boarini que afirma o apontamento realizado por Renato Kehl, sobre Licurgo, como o primeiro eugenista prático do mundo, através das suas tentativas de eliminar criaturas ‘débeis e inválidas’, para construir em Esparta uma pátria de homens ‘fortes e valentes’. Assim, Boarini (2003) discute a preocupação com o aperfeiçoamento da espécie sendo anterior às discussões de Francis Galton, recorte comumente tomado nas pesquisas sobre o tema.

subjetivação que solidificassem formas de sujeição. Se a noção de higiene foi a mola propulsora para os propósitos de controle social no Brasil colonial, a eugenia repete esse movimento, sendo utilizada quando os modos de controles anteriores já estavam se esgotando. De acordo com Mota (2003), os eugenistas argumentavam que as ações da higiene e do sanitarismo, pela restauração nacional, não pareciam haver solucionado os impasses do dia a dia da população, pois apenas a educação sanitária não seria capaz de lidar com a constituição de sujeitos ‘escravos’ de sua constituição hereditária. A ideia do branqueamento tornava-se central, na medida em que o tipo ariano ocupava o primeiro lugar no ranking eugênico.

Num diagnóstico preliminar dos sanitaristas e dos eugenistas, o brasileiro tinha um potencial genético e civilizatório que ameaçaria o progresso da nação, devendo ser apurado e transformado. A inferioridade brasileira, considerada pela comunidade científica o grande cancro nacional, era atribuída a uma vida bárbara e miserável que, somada às suas peculiaridades miscigenadas, corroboraria a degeneração de todas as forças que deveriam impulsionar o país. Assim, para as elites dirigentes, que buscavam construir uma identidade nacional, colocando o Brasil junto aos países mais civilizados e altivos, as críticas contra esse homem ‘quase brasileiro’ eram tidas como fundamentais para o desenvolvimento da nação e da sua história (Mota, 2003, p. 60).

Esses esforços vão erigir todas as discussões presentes nas instituições médicas da época, como a LBHM, em que a medicina buscava o lugar de tutora-saneadora da sociedade, pensada em termos raciais (Schwarcz, 1993). Acreditavam que doença e pobreza deveriam ser solucionadas por meio de uma política que tivesse como base preceitos da eugenia, influenciada pelas ideias de Galton. Se a emergência da eugenia na América latina é atravessada e condicionada por ideologias raciais, sendo cenário de intensos debates sobre a ‘degeneração’ e possibilidade ou não de avançar como civilização (Stepan, 2005), no Brasil, preconceitos de classe e raça aparecem imbricados e situados na longa preocupação da elite, diante da necessidade de controle social pela ordem médica.

No cenário eugênico do mundo, havia o discurso de temores de um suicídio da raça ou ‘degenerescência da raça’. No caso do Brasil, os médicos que debatiam o “*grave problema da composição racial do brasileiro*” (Reis, 1994, p. 41) procuravam afastar as incertezas de tornar o país branco pela eugenia. Se o conjunto *eugenia-prevenção* (Reis, 1994) ocupava um espaço significativo nos programas de ação, esperamos que o esforço de constatar a constituição do poder médico, a partir do controle da população pela elite, possa situar esse temor, diante de um “suicídio da raça”, como um temor diante da força e resistência de uma grande população, em sua maioria, negra. Com isso, queremos dizer que a higiene e a eugenia apareceram como respostas à necessidade de controle dos corpos que não estavam dentro de uma ordem. A produção do *anormal* no Brasil, do fora no normal, o desordeiro, o outro, o não ser, o

animalizado, o degradado, o incivilizado, tinha como objetivo naturalizar e manter hierarquias que já eram fortemente contestadas e que precisavam se renovar.

O princípio da raça foi, então, crucial para a legitimação e efetivação tanto da expropriação quanto da exploração colonial. Ao distinguir o homem do selvagem ou do negro, o colonialismo retirou alguns sujeitos da esfera da razão e da lei (Pimenta, 2022, p. 51).

O tamanho da violência das proposições e do esforço teórico e político, em direção à parcela subalterna da população, indica, para nós, que nela havia uma resistência proporcional que buscava ser sistematicamente destruída e enterrada. Partindo da constatação de que as discussões sobre higiene, sanitarismo e eugenia tinham, como pano de fundo, uma preocupação política no controle da população, propomos mais um passo. Recolocar o quadro do início da Primeira República, o caos urbano, as epidemias, os problemas de higiene dentro de uma perspectiva de urgência política colonialista. Parece haver uma forma de racismo que buscava destruir a força política que não poderia ser passada pelos sujeitos ‘anormais’ para os seus herdeiros (Foucault, 1975).

2.2 Cenas de resistência

Ao fim do período colonial, tínhamos uma das maiores populações negras do mundo moderno, quando fomos o último país a abolir a escravidão por impossibilidade de continuidade de sustentação da lógica escravagista (Ribeiro, 2015, Schwarcz, 1993). É importante lembrar que a população de descendentes de africanos e libertos no Brasil já chegava a aproximadamente 7 milhões de pessoas e as classes dirigentes de brancos, na sua negativa de negociar termos de um pacto social e assimetricamente violento, avançaram de forma material e simbólica em direção à opressão dessas populações. A elite buscava se resguardar de revoltas que vinham ocorrendo ao longo do século XIX, como a Cabanagem (1831), Setembrada (1832), Farroupilha (1835), Sabinada (1837), Balaiada (1839), Praieira (1839) e Malês (1835) (Schwarcz; Starling, 2018).

O caso do Haiti⁸ ainda deixava todos sob alerta, após a sangrenta revolta em São Domingos ter, como protagonistas, negros que se rebelaram contra a escravidão e causaram

⁸ Queiroz (2023) argumenta que a modernidade branca se caracteriza por ser mimesis do haitianismo, do medo da repetição dos eventos em São Domingos. Sobre este aspecto, ver: Sa, Miguel Borba de. *Haitianismo: colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

efeitos fatais para senhores de escravizados, suas famílias e propriedades, no final do século XVIII, declarando sua independência em 1804. Para Miskolci (2013), na visão das classes dominantes brasileiras, nada assegurava que o mesmo não ocorresse por aqui, já que também se verificavam assaltos às fazendas, movimentos de insurreições, resistências individuais e coletivas e outros acontecimentos. Segundo o autor, a situação de uma progressiva libertação de escravizados e o cenário, que se aproximava da abolição completa do sistema de escravização, materializavam o medo de revoltas políticas e do rompimento de barreiras de classe e raça, ameaçando hierarquias vigentes. O medo da “onda negra” aparece mesclado com um pânico moral sobre o futuro do país, que os intelectuais consideravam, ainda, sem nação (Miskolci, 2013).

Importante enfatizar que os últimos anos de funcionamento da escravidão no Brasil experimentaram revoltas de grandes vultos com fugas em massa e apoio de populares e de intelectuais e dirigentes progressistas. Azevedo (2004) alerta para a impressão equivocada que se tem de que as pessoas escravizadas foram passivas durante todo esse processo ou que estavam impossibilitadas de dar sentido político às suas ações. Os esforços das classes dirigentes pela modernização não devem ser entendidos como únicos determinantes para abolição, que ocorreu em 1988. Nesse sentido, a autora chama atenção para as lutas que ficam de fora da historiografia oficial, que estavam presentes no cotidiano e que figuraram nas primeiras preocupações daqueles que tinham força, em sua posição social, para coibi-las.

Em São Paulo, na virada dos anos 1860 para os 1880, os relatórios dos chefes de polícia expressavam preocupação diante das lutas dos escravizados que, ao invés de fugir como era costumeiro, se rebelavam contra os fazendeiros, matavam-nos e começaram a se apresentar espontaneamente à força policial. A partir da década de 1870, esse cenário convergia para a preocupação acerca dos crimes cometidos por escravos contra senhores, administradores etc., tornando visível o acirramento das lutas dos escravizados contra os exploradores. A preocupação estava na concretização de cenas de resistências:

É possível que as relações sempre conflituosas entre senhores e escravos estivessem agora a vivenciar um novo momento histórico, com o espaço da produção tornando-se palco privilegiado das revoltas individuais e coletivas dos negros escravizados. Isso quer dizer que a resistência estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho (no eito e no interior das moradias dos senhores), muito mais do que fora dele, tal como nas tradicionais fugas e quilombos (Azevedo, 2004, p. 156).

Sebastião José Pereira, chefe de polícia em 1871, produziu um relatório chamado “*Projetos de Insurreição*”, no qual relata revoltas que foram realizadas ou descobertas antes de

ocorrerem, mas que tinham como objetivo realizar uma insurgência em fazendas vizinhas em Campinas, Jundiaí e Indaiatuba (Azevedo, 2004). Alguns eram feitos por vingança — como o assassinato de um fazendeiro por um escravizado por conta de castigos sofridos por sua mulher —, por outros homens que combinavam matar o senhor em razão de castigos rigorosos aos quais eram submetidos e outros motivos.

Nos anos 1880, ocorriam inúmeras revoltas coletivas em fazendas de diferentes municípios. Os fazendeiros chegavam a pedir medidas disciplinares para que aqueles atos não se propagassem, mas elas já não eram capazes de recrudescer a violência de um regime já desacreditado e que perdia adeptos. Azevedo (2004) comenta que, em 1881, apareciam apoios populares às causas dos escravizados pelos abolicionistas. Em Santos, por exemplo, havia um crescimento popular contra a escravidão e, para que isso se realizasse na prática — mesmo que à força — pessoas anônimas atacavam a visada polícia regional para obter a libertação de escravizados fugidos e por ela capturados.

No centro de São Paulo, fazendo um contraste com as regiões rurais, Azevedo (2004) traz um relato que dá uma dimensão de como era o clima na época nas regiões urbanas sobre esses aspectos. Em 22 de outubro de 1887, às 21h, a prisão de um ‘desordeiro e ébriol habitual’ por um chefe de polícia teve a oposição de homens negros que estavam em uma festa na igreja do Largo de São Francisco. Um grande número destes homens arremessou pedras e foi ao encontro dos guardas para resgatarem o preso. A polícia tomou conhecimento de que, nesse movimento de resistência, os homens haviam atirado contra a polícia e, assim, ordenou que a força de Cavalaria fosse ao local, auxiliada por uma Infantaria, até que conseguissem afastar os homens à 1h da madrugada. No dia seguinte, os ataques à polícia retornaram:

(...) os pretos que, no dia anterior, haviam provocado a força pública voltaram à carga, já desafiando as praças de polícia, que faziam a guarnição da cidade, já promovendo grande desordem no largo do Palácio, por ocasião em que ali tocava, como é costume, a música do Corpo Policial. As praças foram agredidas a cacete e os desordeiros procuravam desarmá-las, o que não conseguiram, por ter acudido a força de Cavalaria, à qual se ordenou que dispersasse os amotinadores. Vendo-se, porém, que o tumulto aumentava e com ele o número de negros, que erguiam *vivas à liberdade e morras aos escravocratas*, estabelecendo desta forma o pânico entre as famílias que estavam no jardim do Palácio, mandou-se que os portões de entrada fossem guardados por praças de Cavalaria, sendo postada uma força em frente ao Palácio, a fim de salvaguardar as famílias contra os ataques dos amotinadores. Assim impedidos de penetrarem no jardim, os desordeiros lançaram então mão de outro expediente, qual o de utilizarem-se das pedras que achavam-se em frente à nova Tesouraria, para arremessa-las contra as praças que guardavam os portões, e o mesmo fizeram aos soldados que nessa ocasião tentaram prender dois dos desordeiros que, de cacete, acometiam a força. Apesar, porém, de redobram de valor, não conseguiram os outros revoltosos tomarem os preses, e a polícia, ajudada pela força de linha, conseguiu às 9 horas da noite a dispersão desses perturbadores da ordem pública (Azevedo, 1886, p. 5 apud Relatório).

Chamamos atenção para o entendimento de que a ordem pública estava perturbada e que parecia próxima a um momento de acerto de contas entre os senhores e as pessoas escravizadas. Para desespero das classes dirigentes, as forças policiais já não conseguiam conter a situação, principalmente em um cenário de mudanças políticas. Segundo Azevedo (2004), em janeiro de 1888, não era possível fazer perdurar a escravidão com as fazendas despovoadas, municípios se emancipando e um ‘não quero’ generalizados dos escravizados. De acordo com a autora, os políticos partiram para uma saída que fosse ‘ordeira e honrosa’ e decretaram a abolição. A questão era o que fazer com a massa liberta; diante disso, a elite percorreu a urgência de uma união nacional:

No início de maio de 1888, os políticos dos três partidos — Liberal, Conservador, Republicano, aos quais se filiavam escravistas, emancipacionistas e abolicionistas indistintamente — deram-se as mãos num consenso quase absoluto e votaram a Lei da Abolição, clamando em meio a loas e hinos à pátria pela conciliação, o que queria dizer esquecimento dos conflitos passados e sobretudo não-revanchismo (Azevedo, 2004, p. 183).

Antônio Santos (2015) também chama a atenção para o fato de que os povos da África, trazidos para o Brasil, imediatamente se rebelavam contra os colonizadores em fugas pelas matas, formando comunidades com povos nativos, reconstruindo modos de vida em grupos comunitários contra os colonizadores etc. Segundo o autor, o uso comum da terra e o que nela era produzido, garantia o abastecimento da comunidade diante de situações climáticas, guerras ou períodos de festividades, comunidades que foram denominadas de “Mucambos, Quilombos, Retiro, etc.” e tomadas como organizações criminosas até a promulgação da Lei Áurea em 1888, quando cai em desuso o termo “Quilombo” e a legislação que o criminalizava. O autor nos lembra que, a partir da Constituição Republicana de 1891, foi estabelecido que analfabetos, na sua maioria, negros e indígenas, perderiam direito ao voto e se deparariam com cerceamento do direito de falarem na própria língua; festejarem cultos; manterem vivos os seus simbolismos.

De acordo com Antônio Bispo, essas opressões novamente não ficaram sem respostas e o acúmulo de tensões, durante o regime republicano, explodiu em insurreições, até dentro da própria organização dos colonizadores, momentos que ocorrem a Revolta da Chibata (1910), Revolta dos Tenentes (1922) e a Revolta de 1924. Com o enfraquecimento da organização político-social, tivemos o golpe militar que mais tarde se desenhou na Ditadura Vargas.

Antônio Santos (2015) narra a história de Caldeirões, Canudos, Pau de Colher e Palmares, chamando a atenção para o modo como os ataques foram sistematicamente perpetrados por uma autodenominação dos colonizadores como Império Ultramarino,

República e Estado Novo. Para Antônio Bispo, os ataques às comunidades demonstram a força e resistências destas comunidades em relação à elite colonizadora:

O que podemos perceber é que, independente da religião que essas comunidades professavam (no caso de Palmares uma religiosidade de matriz africana e no caso de Canudos, Caldeirões e Pau de Colher uma religiosidade pejorativamente chamada de “messiânica”), os colonizadores sentiam-se tanto num caso quanto no outro, ameaçados pela força e sabedoria da cosmovisão politeísta na elaboração dos saberes que organizam as diversas formas de vida e de resistência com elementos da natureza que fortalece essas populações no embate contra a colonização (Santos, 2015, p. 64-65).

Essa é uma perspectiva que estendemos para compreender a higiene e a eugenia como aliadas do Estado para controle dos sujeitos e dos corpos, pois as tensões da lógica escravagista e colonizadora permaneceram presentes nas primeiras décadas do regime republicano (Costa, 1989), época em que vai ganhar proeminência o discurso que o Brasil deveria se modernizar. A ordem modernizante vem no movimento de cima para baixo em uma época de implantação de um novo regime político. Declarada a república, buscava-se estabelecer um poder fazendo valer uma ordem diante das classes populares, que tinha como base um Estado biopolítico, que, como verificamos, já havia demonstrado o seu poder de aliança pelo disciplinamento da higiene e de interferências em relações íntimas (Costa, 1989; Miskolci, 2013). É diante desse cenário que devem ser compreendidas as políticas de higiene que lançavam seu olhar para as habitações populares.

A saúde pública foi um conceito imposto à força à população. No início do século, o Rio de Janeiro passou por um processo de reurbanização, por exigência do sanitarista Oswaldo Cruz. Grande parte da população pobre teve suas casas destruídas pela administração municipal; centenas de casebres e cortiços foram derrubados, avenidas abertas, esgotos canalizados, a fim de acabar com as epidemias de doenças transmissíveis, como a febre amarela e a varíola. O grande número de desalojados viu-se obrigado a construir barracos de emergência nos morros da cidade. Começaram a surgir as favelas. Nesse mesmo contexto, em 1904, houve uma verdadeira revolta popular no Rio de Janeiro, com mortos e feridos, contra a vacinação obrigatória antivaríola, outra exigência de Oswaldo Cruz. A população brasileira aprendia duramente a entrar no mundo moderno (Moretzsohn, 2018, p. 163).

Os ex-escravizados, trabalhadores livres, pobres, migrantes nacionais e imigrantes europeus, todos marginalizados em busca de sobrevivência, que se aglomeravam em habitações coletivas, modificavam o modo como a pobreza era enfrentada: a relação entre tais habitações e as epidemias foi produzida. Se eram entendidos como “perigo”, aqui devemos entender que a questão de “saúde” deve ser lida a partir da preocupação diante dos potenciais riscos para as classes hegemônicas.

As teses higienistas, mesmo com seus avanços diante das produções de condições melhores de saúde, devem ser compreendidas como aliadas aos interesses econômicos determinantes para as reconfigurações dos espaços e relações (Nielsson; Wermuth, 2018). Aqui, cabe uma observação sobre essas políticas de higiene e seu caráter autoritário. Essas políticas tinham, na mira, as habitações populares, na medida em que representavam, para as classes dirigentes, a potência para revoluções escravas. A demolição do cortiço Cabeça de Porco, em janeiro de 1893, no Rio de Janeiro, período entre a monarquia e a república, ilustra a violência com que as ações eram implementadas:

Uma operação policial é montada com o objetivo de destruir um dos mais famosos dentre os cortiços cariocas da incipiente República, o “Cabeça de Porco”, que chegou a abrigar uma população de aproximadamente quatro mil pessoas. Os moradores da estalagem haviam sido intimados, três dias antes, para desocupar o local. Como muitos permaneceram em suas casas, o prefeito Barata Ribeiro resolveu dar cumprimento à promessa de destruir o cortiço à força, recorrendo, então, à polícia, que invadiu o local, cercado-o e impedindo a entrada e saída de moradores. Fechado o cerco, trabalhadores da Intendência Municipal e bombeiros deram cabo às casinhas, colocando-as abaixo com machados e picaretas. Muitos moradores ainda estavam no interior das casas quando os escombros começaram a cair sobre suas cabeças. Em virtude disso, bem como da inexistência de qualquer projeto de realocação daquela população, quando a destruição terminou, pela madrugada, muitos habitantes do cortiço vagavam pelas ruas apenas com a roupa que vestiam (Nielsson; Wermuth, 2018, p. 597).

A reconfiguração urbana lançava mão de uma aniquilação física e simbólica de modo que, caso devesse ocorrer o apagamento de conflitos raciais para ser ‘moderno’, a elite não renunciaria aos termos do pacto social. Não sendo uma novidade, portanto, que as teorias raciais foram utilizadas para justificar a continuidade da exploração de pessoas escravizadas (Flauzina, 2006). Ou seja, as condições de higiene inquietavam os médicos porque a preocupação com os destinos da raça e os laços que integravam a pátria era uma discussão de como perpetuar uma relação colonizadores-colonizados. Eram discussões marcadas pelo período escravagista e pelas tentativas de conservar traços de dominação de classe, mantendo os subalternos nessa posição.

Portanto, seguimos Flauzina (2006), na consideração de que as discussões sobre modernização e civilização devem ser empreendidas como reformulação de estratégias de controle, violência e morte de uma parcela da população brasileira, em que se reinventa uma desumanização de uma massa liberta, convertendo uma inferioridade jurídica no argumento de uma inferioridade biológica. A seguir, expomos os discursos, nos *Archivos*, que faziam coincidir a proposta de saúde, a partir da melhoria da raça no sentido de um embranquecimento com a ideia de um país moderno e civilizado.

2.3 Aspectos formais dos *Archivos*

Os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* compreendem um total 35 publicações, no formato de revista científica, realizadas entre 1925 e 1947. Em relação à sua composição, alguns números eram acompanhados com um texto editorial na primeira página, geralmente apresentando aquela edição e trazendo informações relevantes. Também fazem parte da composição várias seções relativamente constantes como *'trabalhos de anti-alcoolismo'*, *'Resenhas e analyses'*, *'factos e commentarios'* e *'Actas'*. Em algumas edições, apareciam: *'Publicações recebidas'*, *'Secção de informações bibliograficas'*, fotos dos membros e/ou eventos, informes de livros recebidos, estatutos, trabalhos das seções de estudos e outros assuntos de relevância. Para esta pesquisa, analisamos as publicações dos *"trabalhos originaes"* que fizessem discussão sobre temas como *'hereditariedade'*, *'educação'*, *'psicanálise'*, *'degeneração'*, *'eugenia'* e textos que fossem publicados por autores ligados à psicanálise ou à eugenia. Também fizeram parte das nossas análises, as seções de noticiários, atas, estatutos, resenhas e os editoriais.

Grande parte da composição da revista correspondia aos *'Trabalhos originaes'*, geralmente artigos científicos de autores como Henrique Roxo, Ernani Lopes, Renato Kehl, Juliano Moreira, Júlio Porto-Carrero⁹, Plinio Olinto, Arthur Ramos, Adauto Botelho, José Carneiro Ayrosa, Maurício de Medeiros, Mirandolino Caldas, entre outros. Dentre os temas tratados nesses trabalhos, encontramos diversas publicações sobre alcoolismo — espécie de carro-chefe da LBHM —, educação, escola, crianças, testes psicométricos¹⁰, enfermagem, eugenia, imigração, toxicomanias, delinquência, psicanálise etc.

As publicações foram realizadas no período de 1925 a 1947, mas não de forma ininterrupta, expondo alguns sintomas de dificuldades financeiras, institucionais e políticas que

⁹ Júlio Pires Porto-Carrero (1887-2937) nasceu em Pernambuco, iniciou seus estudos na Bahia e formou-se no Rio de Janeiro, onde foi catedrático de Medicina Legal na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e membro honorário da Ana Academia Nacional de Medicina. Foi um dos maiores entusiastas das ideias freudianas na instituição.

¹⁰ As questões políticas sobre a psicologia experimental não fazem parte das nossas análises, mas pudemos constatar a vastidão de publicações sobre o tema nos *Archivos*, principalmente no que se refere à influência das formulações de Alfred Binet (1857-1911) e Theodore Simon (1872-1961) que formularam a escala Binet-Simon de mensuração de inteligência, em 1905. Para o aprofundamento sobre o debate racial acerca da psicologia experimental e suas aplicações na liga, indicamos a leitura de Gould (2014). Nessa obra, o autor irá apresentar o tema do determinismo biológico a partir de uma perspectiva histórica situando-o em sua utilidade para os grupos detentores de poder. Seu argumento é que o valor de indivíduos e grupos foram determinados pelas medidas de inteligência como quantidades isoladas, abstraindo a inteligência como entidade única localizada no cérebro. De acordo com o autor, a partir da inteligência quantificada, seus números eram utilizados em uma hierarquização de pessoas que indicavam, invariavelmente, que grupos oprimidos seriam naturalmente inferiores e merecedores de tal posição.

retornam algumas vezes sob a alcunha de que estavam diante de “uma nova fase”. O importante de notar, é que, à medida que as pausas se repetiam e o número de publicações diminuía, vemos um inegável declínio da instituição, a partir de 1938 (Reis, 1994). Na penúltima edição publicada – que englobava de dezembro de 1945 a dezembro de 1946 –, comentavam: “*Uma série de contratempos, tão comuns deste após-guerra, veio impedir que os ‘Archivos’ se editassem com a regularidade que os nossos leitores já se haviam habituado.*” (Editorial, 1946, p. 3). Comunicavam também, em 1947, que pretendiam regularizar a situação com publicações semestrais, já tendo sido feita a seleção dos textos para a publicação do segundo semestre daquele ano, que não aconteceu.

Mesmo que os motivos das pausas divergissem ou até fossem identificados de forma esvaziada como, por exemplo, ‘*motivos superiores*’, o que se constata é que nenhuma interrupção foi anunciada nos *Archivos* previamente. O que o último número publicado previa, como mencionado, era uma publicação para o semestre seguinte, tendo seu material já sido selecionado.

Apesar de não haver nenhuma menção a uma necessária interrupção ou paralização nas publicações, destoando das publicações dos anos anteriores, nas duas últimas edições aparecem notas destinadas aos leitores, em que ressaltam os *Archivos* como repositório das atividades da LBHM e difusor de ensinamentos úteis, para a população, que diziam respeito à *saúde do espírito*. Na última publicação, retomam esta ideia:

A Liga Brasileira de Higiene Mental, que tem a presidi-la a figura acatada e dinâmica do Prof. Henrique Roxo, presta inestimável serviço à comunidade nacional com a difusão de ensinamentos úteis e práticos, contidos nesta revista, e que se destinam não apenas aos círculos científicos ou aos setores especializados da psiquiatria, mas visam diretamente a massa popular, a quem procura orientar no sentido da conservação da saúde do espírito (Editorial, 1947, p. 3).

A aposta da LBHM, na ‘*conversação da saúde do espírito*’, era algo que passava pela orientação das massas, no sentido de educação para adaptação e normalidade da conduta para a cooperação social. Compreendendo a higiene mental como uma zona comum entre pedagogia e medicina, a ideia era proteger “*a saúde do espírito para que ele seja educável.*” (Bittencourt, 1941), objetivo que sempre esteve presente nos programas da Liga e é defendido até o último número dos *Archivos*.

Segundo Facchinetti *et al.* (2022), ao contrário do que os integrantes da LBHM esperavam, a Era Vargas trouxe um revés para a instituição. Foram aprovadas apenas leis tímidas sobre a higiene mental, pois o regime não estava interessado em uma intervenção

exagerada na vida privada, tal como ocorria na Alemanha. Além disso, a antropologia cultural de Gilberto Freyre contribuiu para o declínio do racismo e determinismos biológicos, nos anos 1930 (Souza, 2017). Apesar disso, segundo Facchinetti et. al (2022), mesmo com o fim das publicações, entre as décadas de 1950 e 1960, a LBHM permanecia ativa, organizando anualmente a semana antialcoólica, tendo, possivelmente, a última posse da diretoria da Liga ocorrido em abril de 1960. Nessa direção, estavam Henrique Roxo (presidente), Aduino Botelho (vice), Silvio Moura (secretário), Lopes Rodrigues, Pedro Pernambuco Filho, Inácio da Cunha Lopes, Heitor Peres, Ernani Lopes, dentre outros.

Para Facchinetti et. al (2022), o discurso preventivo da LBHM ia sendo questionado na medida em que surgia, no Brasil e no mundo, uma nova geração de psiquiatras com repertório crítico inspirado em nomes como Michel Foucault, Thomas Szass, Erving Goffman, e Georges Canguilhem. Os autores chamam atenção que esse era um movimento também de maior circulação de ideias da psicanálise e da influência das ideias de Franco Basaglia, o que nos indica um forte movimento antipsiquiátrico que parece marcar o declínio da higiene mental no Brasil.

2.4 Melhoria da raça e eugenia

No fim de 1917, greves paravam a cidade de São Paulo. Nesse cenário, Renato Kehl¹¹ convoca uma reunião com médicos para que fossem discutidas as revisões propostas ao código matrimonial que permitiriam casamentos consanguíneos, aproveitando para vincular a discussão às questões apresentadas pela nova ciência: a eugenia de Francis Galton. Após a reunião, fez a proposta da criação de uma sociedade científica que se dedicasse à eugenia e, em 25 de janeiro de 1918, foi criada a Sociedade Eugênica de São Paulo, tendo como presidente Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. A Sociedade, no entanto, não permaneceu em atividade após a morte de Arnaldo Carvalho e a ida de Renato Kehl para o Rio de Janeiro, em 1919 (Stepan, 2005).

¹¹ Renato Ferraz Kehl (1889-1974) foi o grande expoente das ideias sobre eugenia no Brasil. Formou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia de São Paulo e em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Publicou mais de 30 obras sobre o tema da eugenia e foi editor de revistas e periódicos nacionais, dentre eles *Boletim de Eugenia*. Participou da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, da Liga Brasileira de Higiene Mental e da Comissão Central Brasileira de Eugenia (Góes, 2018).

Esforços eugênicos também eram realizados no Rio de Janeiro. Por iniciativa de Gustavo Riedel¹², o Ambulatório Rivadávia Correa foi fundado em 1919 e oficialmente inaugurado em 1920, com o objetivo de ser transformado em um instituto eugênico em prol da profilaxia das doenças mentais e nervosas. Na época, havia uma tentativa de elaborar uma caracterização do tipo ‘degenerado mental’ que possibilitasse, por um lado, definir o tipo “normal” e, por outro, definir a estigmatização dos estados degenerativos. O ambulatório foi o primeiro serviço de profilaxia mental instituído oficialmente na América do Sul, visando ao estabelecimento de uma estratégia de prevenção para a ‘*defesa da raça*’, na busca do seu tipo eugenizado, além de divulgar os princípios da eugenia junto à elite e às camadas populares. Apesar de receber elogios e reconhecimento, a instituição ainda parecia insuficiente como forma apropriada para divulgação e implantação dos programas de eugenia e de higiene mental. É nesse contexto que, em 1923, foi fundada a LBHM, uma instituição exclusivamente dedicada à propagação desses temas, reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Decreto nº 4.778, de 27 de dezembro de 1923. Era o ápice da penetração dos ideais de eugenia e do saneamento preventivo da população, nas discussões e ações psiquiátricas (Reis, 1994).

De acordo com o seu Estatuto (1925[1923]), a Liga era administrada, dirigida e composta por uma diretoria formada por três membros (presidente, vice-presidente e secretário geral) e por um conselho executivo composto por 12 membros, eleitos por assembleia geral, a cada quatro anos e pertencentes às *Secções de Estudos*. Constavam 12 seções com no máximo 10 membros que deveriam refletir “*elevada cultura e destaque social*” (Estatuto, 1925 [1923], p. 226), tendo como temas de interesse a delinquência, o sistema nervoso, a puericultura, a higiene infantil, a medicina militar, a educação, entre outros.

Os interesses e finalidades da instituição refletiam a preocupação com o tema da prevenção e assistência, mas era expressamente um dos seus objetivos realizar um programa de caráter eugênico, que deveria estar presente também no domínio escolar. No Brasil, a discussão ligada sobre a educação fazia parte da transição do trabalho escravizado para o livre, fazendo parte das questões políticas e de transição da industrialização nacional, em que se buscava uma forma de criar uma “consciência nacional” (Maestri, 2000). Assim, pensavam em uma educação formal, em programas de profilaxia e em melhorias na formação de professores, que pudessem atender às demandas surgidas nas escolas. As discussões sobre a Escola-Nova aparecem nessa

¹² Gustavo Kohler Riedel (1887 – 1934) formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1903. Nomeado diretor da Colônia dos Alienados de Engenho de Dentro em 1918, um ano depois criou o Ambulatório Rivadávia Correa (Boarini, 2018).

época trazendo a proposta de um foco da “pedocêntrica” em detrimento de uma “magistrocêntrica”, na qual a criança era colocada no centro da atenção.

Essa é uma das forças atuantes na concepção de educação abordada pela LBHM, ao eleger a criança como protótipo do trabalho de promoção de higiene mental. Trabalhavam com iniciativas como a Clínica de Euphrenia; “*campanhas anti-alcoólicas*”; nas escolas; aplicação de testes psicológicos, em escolares; orientação às mães em como melhor educar e cuidar dos seus filhos etc. Dessa forma, a LBHM direcionou também seus trabalhos às escolas e convergiu sua atenção para a criança, acreditando, tal como os escolanovistas, que a educação, pela escola, poderia ser a redentora dos “males sociais” que afligiam o país (Maestri, 2000, p. 68). Convergiam, à época, as ideias circulantes do movimento de higiene social com os ideais do movimento de renovação da educação (Mendonça, 2006), posição que podemos constatar, a partir dos objetivos presentes, no Art. 1º do Estatuto da LBHM:

a) prevenção das doenças nervosas e mentaes pela observância dos princípios da Higiene geral e especial do systema nervoso; b) protecção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentaes passíveis de internação; c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentaes em asylos públicos, particulares ou fora delles; d) realização de um programma de Higiene Mental e de Eugenetica no domínio das actividades individual, escolar, profissional e social (Estatuto, 1925 [1923], p. 226).

A elite intelectual se empenhava na construção de um projeto civilizatório educativo, durante a primeira república, em que se deveria disciplinar um povo miscigenado, entendido como entrave para realização de um projeto de nação, a partir dos postulados da teoria da degenerescência (Ortiz, 1985; Torquato, 2014). De acordo com Luciana Torquato (2014), nesse momento em que a herança afro e indígena eram tomadas como empecilho para a afirmação de um estado nacional moderno e civilizado, a psiquiatria se apresentava como um saber que auxiliaria no projeto educativo e civilizador na nação (Torquato, 2014).

Para a realização dos objetivos previstos no Estatuto, previam atuar junto aos poderes públicos, por meio de auxílios, nas mais diversas áreas, e frentes à sugestão de medidas, obtendo suas realizações, propagação das ideias da profilaxia mental, estudos dos problemas relativos à higiene do sistema nervoso, promoção de congressos de higiene e eugénica, mantimento de relações com associações congêneres e instalação de uma biblioteca relativa à higiene mental e ciências afins¹³. Além disso, objetivavam à publicação periódica dos trabalhos realizados em

¹³ A primeira doação de livros referentes à psicanálise registrada nos Archivos foi a obra “FREUD, SIGM. – On Dreams, trad. Inglesa, por Eder”, realizada por Ernani Lopes (Noticiários, 1925b).

revista, os *Archivos*, com a proposta de ser o órgão oficial de orientação mantido pela instituição para difusão das suas ideias. A LBHM era uma instituição para propagação de ideias e os *Archivos* um meio de sua divulgação e de orientação para os profissionais.

O Dr. J.P. Fontenelle, na primeira publicação da revista, orientava uma compreensão acerca da higiene pública como uma atividade voltada para o social. Baseado nas ciências físicas e biológicas, incluía no seu trabalho uma postura ativa e não apenas uma posição de passividade na defesa contra as doenças. A higiene mental era apresentada a partir de duas faces: a primeira dizia respeito à profilaxia mental, um trabalho defensivo contra as causas da degeneração psíquica; a segunda, a higiene mental propriamente dita, buscava um equilíbrio entre a mentalidade individual (que dependeria em grande parte da hereditariedade) e o meio físico e social no qual o sujeito estava inserido, meio que poderia criar condições adversas e perturbar até as mentalidades ‘equilibradas’. Assim, a saúde mental era definida, em termos de adaptação do sujeito, como “*comportamento mais adequado ao ajustamento do individuo ao meio physico e social*” (Fontenelle, 1925, p. 2). A partir da noção de adaptação, discutia as propostas de educação das crianças, como forma de preparação da saúde do adulto futuro, com criação de bons hábitos mentais, de modo a automatizar as ‘*boas normas de conducta*’.

As crianças deveriam “*dominar os proprios instinctos, que gritam exigindo satisfação, mas que precisam ser solidamente dominados*” (Fontenelle, 1925, p. 4). Caberia às mães aprenderem sobre como formar bons hábitos passando, elas mesmas, por essas mudanças: não deveriam mais deixar suas crianças sob o cuidado de pessoas incapazes de ensinar bons hábitos.

Mas a verdade é que não poucas mães abandonam os cuidados educativos iniciais a amas e criadas, e que ellas próprias, na grande maioria dos casos, não estão em situação de levar a cabo este trabalho. Por isso, o desenvolvimento das escolas maternas e jardins de infância, em numero e qualidade, é uma de nossas maiores necessidades, para fazer a educação dos sentidos, preparar a adaptação das crianças e tornar mais fácil e econômico o futuro trabalho escolar. Isso seria um elemento importante de acção de um systema de ‘Hygiene da criança’, que é preciso estabelecer entre nós (Fontenelle, 1925, p. 8).

Amas e criadas são marcadas pelo autor como, em na sua maioria, incapazes do ensino de bons hábitos, para ele entendidos como sinônimo de adaptação e saúde. Seriam as amas e criadas inadaptadas e, portanto, doentes? A degeneração, vista como um grande perigo, podendo ser transmitida hereditariamente, acidentalmente ou por falha educativa, parecia justificar um terror a qualquer comportamento ou sujeito potencialmente contra suas normas e regras. Discurso inicialmente voltado para a família burguesa, vemos sua ampliação para as camadas pobres e marginalizadas, no final da Primeira República.

As políticas diante de famílias burguesas e populares se davam de formas distintas, sendo a natureza das operações produtoras de efeitos opostos (Donzelot, 1980). O que vemos nas formulações de Fontenelle é, justamente, o discurso da produção de pessoas escravizadas ou recém-libertas como uma fonte de perigo e de desgraças (Costa, 1989). Ao analisar “*espaços públicos de vulgarização científica*”, Carula (2012, p. 3) aponta que os discursos científicos serviram de argumento para projetos de modernização nacional que tinham como ideia retirar a parcela de barbárie do país, para que ele progredisse; que perpassavam pelo emprego de um darwinismo, na sociedade; hierarquização racial e a elaboração de uma mãe para a família burguesa. Era preciso educar a mulher para que ela executasse suas funções maternas e domésticas e criasse educadamente as crianças, o futuro da nação. De acordo com a autora, o discurso sobre o aleitamento fez parte do aburguesamento da maternidade à medida que operava a construção de uma mãe burguesa higiênica em contraposição à mulher escravizada.

Submetidas à força à alcova do senhor escravista, elas experimentavam, no corpo, a violência do sistema. Davam de mamar aos pequenos senhores e senhoras, sendo muitas vezes obrigadas a abandonar seus próprios filhos na “roda dos expostos” ou “dos enjeitados” – um mecanismo empregado para abrir mão (“expor” ou “enjeitar” na linguagem da época) de recém-nascidos que ficavam aos cuidados de instituições de caridade; sujeitavam-se a regimes árdios de trabalho, acumulando funções domésticas. Data também desse período que a preserva representação da “mulata” como uma mulher mais “propensa” à sexualidade e à lascívia. Estes são estereótipos, construções históricas e sociais, que nada devem aos dados da realidade. Carregam, porém, a faculdade de construir realidades e criar grande prejuízo (Schwarcz, 2019, p. 28).

Fontenelle defendia que o trabalho da LBHM deveria organizar uma defesa preventiva das mentalidades individuais para instruir uma obra que cuidasse da educação na infância e na puerícia, com objetivo de preparar a adaptação dos futuros adultos. Caberia à instituição a função de propagar o trabalho educativo da higiene mental para despertar a atenção geral, colocando-a como uma instituição consultiva¹⁴ para as organizações oficiais, podendo instruir tecnicamente as professoras primárias para organizar, em bases lógicas e úteis, o ensino da Psicologia, nas Escolas Normais. Tal trabalho de defesa estaria voltado também para a questão biológica, a partir das ideias eugênicas, que deveriam visar malefícios hereditários por meio da regulação de casamentos, de políticas de imigração, deportação e esterilização. Vemos que, desde o início das publicações, buscavam eliminar as más características hereditárias para

¹⁴ A defesa do caráter consultivo da LBHM apareceu, com destaque, no editorial publicado em 1934, com o título “*As ligas de higiene mental não devem ser oficializadas*” que apontava para a impossibilidade de se oficializar todas as funções que constituíam o programa de uma liga de higiene mental. Devendo, portanto, permanecer como instituição consultiva (Editorial, 1934).

assegurar as boas reproduções e o progresso dos homens, em que a questão da reprodução sexual passava a ser tomada como uma responsabilidade coletiva.

É preciso regular as forças instintivas sexuais em favor da modificação dos costumes nacionais em direção de um projeto civilizatório em curso nos países mais avançados. Além disso, a seleção eugênica comparece como um dos problemas enfrentados pelos médicos na captura discursiva da experiência sexual. Eugenia e civilização são dois termos que articulam o sexo à vida social. Em outras palavras, o projeto civilizatório em questão tem como marca fundamental a indissociabilidade entre a qualidade moral e o patrimônio biológico de seus membros (Santos, 2010, p. 146).

Reis (1994) observa que boa parte das propostas de eugeniização da raça terão como alvo a sexualidade. Partindo do conjunto perversão-hereditariedade-degeneração, é traçado o discurso de responsabilidade biológica, no qual se exigirá uma gestão correta e controlada do sexo e reprodução para assegurar a saúde da espécie contra os comprometimentos patológicos.

Nos *Archivos*, vemos que as considerações de Fontenelle (1925) colocavam, para o poder público, um trabalho de defesa, no qual as questões em relação à sexualidade e reprodução aparecem como uma preocupação acerca do futuro de uma nação. Sugeriria, por exemplo, que o Departamento Nacional de Saúde Pública e repartições estaduais e municipais criassem e desenvolvessem serviços de higiene materna, pré-natal e obstetrícia, para que fossem realizadas as prevenções da sífilis, infecções, intoxicações e traumatismos que atuassem sobre os encéfalos dos bebês. A educação higiênica em prol de uma preparação individual deveria contar com as repartições públicas, o que mostra o anseio de ampliação de esfera da ação do Estado no seu papel intervencionista. Um Estado mais autoritário deveria trazer soluções para a precária situação de saúde pública e dos impasses que se somavam para o empecilho da construção da nação.

A Liga havia emergido no vulto das ideias de que reformas sociais eram possíveis a partir de um saber técnico sobre o social, que, em tese, estaria livre de suspeitas políticas de caráter individual. Assim, seu caráter consultivo seria confiável por se valer de conhecimento científico e neutro, diante de desordens a serem organizadas pelo Estado, a partir de reformas morais, educacionais, sanitárias e eugênicas (Reis, 1994).

As propostas intervencionistas são constantes nos *Archivos*. Em 1940, por exemplo, Henrique Roxo insistia pela regulamentação do exame médico pré-nupcial e lembrava que já havia sido levantada uma proposta da Câmara dos Deputados, feita pelo Dr. Amaury de Medeiros sobre o assunto, mas que não havia sido levada adiante. Chamava a atenção para a herança de doenças mentais ou nervosas e apresentava algumas estatísticas que havia verificado

no *Deutsche Forschungs Anstalt* – Instituto de Psiquiatria onde Ernest Rudin¹⁵ trabalhava – sobre filhos dos esquizofrênicos e maníacos terem mais predisposição de desenvolver doenças. Após a exposição desses dados, afirmava que os problemas de ‘*higiene mental da raça*’ deveriam ser preocupação dos governantes para que seu povo não fosse um amontoado de semiloucos, sendo necessária a elaboração de leis suscitadas pela ação profilática. Segundo Roxo (1940), além do certificado de exame pré-nupcial, deveriam ser exigidas provas de Laboratório atestando não haver contaminação por sífilis. Alegava que apenas evitar a procriação, como alguns postulavam, seria impossível, dado que, nos primeiros dias do casamento, muito processos anticoncepcionais falhavam. Defendia que se criassem leis e impedimentos para certos tipos de “procriações anormais” justificando que essa deveria ser uma preocupação acerca da higiene mental da raça, a ser realizada com apoio do governo:

Não há no Brasil momento mais oportuno, para que se formule uma Lei a respeito do Exame Pre-Nupcial. O Governo não carece da intervenção das Camaras para elaboração das suas leis. Póde faze-lo por uma liberação individual. A Liga Brasileira de Higiene Mental pede a atenção do Exmo. Sr. Presidente da República Dr. Getulio Vargas para estas linhas e para o enorme beneficio que ele poderá prestar, com uma legislação adequada e inteligente, á melhoria da nossa raça (Roxo, 1940, p. 51).

Outro ponto de discussão presente no debate de higiene da raça e ações do governo era sobre a imigração como uma estratégia profilática a ser assumida pelo Estado, que deveria buscar a possibilidade de branqueamento da nação com o recebimento de imigrantes brancos europeus.

A discussão sobre a imigração permeia todo o *Archivos*, tendo como um dos principais expoentes do racismo escancarado o Dr. Xavier de Oliveira. Em 1932, esse autor afirmava que havia uma inferioridade nos elementos de formação étnica na antiga Colônia e que ocorria negligência de 110 anos de governo, o que permitia que fossem incorporados, ao seu maior patrimônio, – o homem – “*os rebotalhos de raças mais ou menos degeneradas*” (Oliveira, X., 1932, p. 16). A descendência do imigrante era tomada como um fator étnico da formação racial do brasileiro, sendo necessário, segundo Xavier de Oliveira, observar as zonas do país beneficiadas pela imigração de brancos. Para ele, a raça branca seria uma raça forte, “*a única, sem exceção, que uma vez selecionada, convém á assimilação da nossa sub-raça, que*

¹⁵ Ernest Rudin (1874-1952) foi fundador da genética psiquiátrica e fundador do movimento alemão de higiene racial desempenhando um papel importante na promoção de ideias e políticas eugênicas, na Alemanha. Colaborou na formulação da lei de esterilização alemã e de outras políticas do gênero e, na década de 1940, apoiou a morte de crianças e doentes mentais no âmbito do programa da “Eutanásia”. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23180223/>.

inegavelmente evolúe para o typo branco, ainda que impuro, o qual já lhe é predominante” (Oliveira, X., 1932, p. 21).

Apesar do teor das declarações, a posição racista não era uma unanimidade na instituição, desde 1925, quando vemos Juliano Moreira apontar para o racismo presente na discussão da imigração. Ao discutir sobre a questão da higiene, Juliano Moreira afirmava que a chegada de imigrantes era um cenário que se apresentaria por muitos anos. Seus argumentos eram a favor de haver uma fiscalização dos que chegavam, para que não fossem emigrados levados de indesejados, enquanto o país buscava a melhoria de condições de saúde física e mental da sua gente. Citando o caso dos Estados Unidos, dizia que era incontestável o aumento de doenças nervosas e mentais dos que haviam entrado no país sem nenhuma seleção, verificando-se que a nação norte-americana não deixava de queixar-se das consequências de não ter escolhido melhor os seus imigrantes sob o ponto de vista mental. Pontua que o modelo adotado, neste caso, foi o do preconceito racial e que isso deveria ser um aprendizado para o Brasil:

Infelizmente velhos preconceitos de raça orientaram ali as mais recentes determinações legais. É real que a grande nação norte-americana já estando muito bem povoada julga-se no direito de escolher muito a gente que para lá queira emigrar. Nós temos de aproveitar a lição que lá ocorreu, mas aproveitamos-a com as correções que o tempo lhe impôs: temos que adaptar os remédios às condições de receptividade no nosso organismo social (Moreira, 1925, p. 111).

Como estratégia, Juliano Moreira defendia que a questão da seleção da imigração deveria ser individualizada, com cada emigrante sendo examinado à parte, de forma rigorosa, sobre o ponto de vista mental, sem distinção de raça ou nacionalidade, para que não fossem recebidos sujeitos que apresentassem perturbação mental congênita ou adquirida. Defendia que, se, dentro dos 12 primeiros meses de entrada de um emigrante no país, ocorresse algum adoecimento psíquico, a pessoa deveria ser expatriada, bem como pessoas com mais de 10 anos que permanecessem no país por mais de 6 meses e não soubessem ler e escrever, pelo menos na própria língua. Juliano Moreira (1925, p. 115) apontava o cuidado com a saúde mental da nacionalidade brasileira, nos seguintes termos: *“Almejo a saúde mental da nacionalidade brasileira que elementos maus não venham de países estrangeiros concorrer para abaixar-lhe o nível”*.

Para Juliano Moreira, o Brasil centralizava bastantes esforços do ponto de vista profilático, dentre eles a fundação da própria LBHM, em fins de 1922¹⁶. Apontava que nos outros países não se tinha feito muito mais e que, no caso brasileiro, o que ainda estava por fazer seria lidar com o problema do analfabetismo. Defendia que deveriam ensinar a ler e inserir os preceitos da higiene mental no povo, a fim de promover a prevenção contra a degradação. Fazia uma severa crítica aos que defendiam argumentos racistas como medida de profilaxia sob o ponto de vista da hereditariedade:

Ensinemos a ler á nossa gente. Comecemos na escola de envolta com o ensino do alfabeto, a convencer a criança que é preciso dar combate aos factores deseugenisantes da espécie, sobretudo o álcool e outros tóxicos, a leus, a tuberculose, a malária [...] o trabalho de inculcar no espirito de nossa gente os preceitos de Hygiene mental, que tornará effectiva a melhor prophylaxia contra os factores de degradação dessa mesma gente, e tudo isto sempre sem ridiculos preconceitos de cores e castas, até porque só assim os que foram senhores e se compenetraram de sua superioridade, merecerão ser absolvidos do feio pecado de terem vivido por muito tempo fartamente e não raro preguiçosamente, mercê do trabalho desmoralizado dos outros que *eles ou seus ascendentes degradaram e escravizaram* (Moreira, 1925, p. 196-197, grifo nosso).

Chamamos atenção para a afirmação de Juliano Moreira de que os debates sobre raça fazem parte de uma discussão sobre a escravização no Brasil. A Liga, assim como o movimento eugenista brasileiro, aparece como uma expressão de um pensamento conservador que se espelhava no modelo do branco europeu cristão e civilizado, diante das transformações sociais que vinham ocorrendo. Poucos anos haviam se passado desde a abolição e a passagem para a República, somados a um crescimento demográfico desordenado, crises epidêmicas e sanitárias, condições precárias de habitação, portos infectados, aumento concentrado de atividades fabris, e revoltas populares. As transformações históricas na passagem do século XIX para o XX não haviam produzido os mesmos efeitos nos diferentes setores da população, beneficiando apenas os segmentos brancos. Para Fernandes (2007), a desagregação do sistema escravagista não significou uma modificação das relações brasileiras, de modo que os negros foram mantidos à margem de processos socioeconômicos renovando lógicas preexistentes.

¹⁶ Nesta mesma edição, publicada em 1925, encontramos o relatório de Gustavo Riedel referente aos trabalhos realizados, em 1924, publicados na “*Ata de Reunião do Conselho Executivo*”. Nele, constata-se que, em 1922, Riedel estava em Havana como delegado brasileiro para participar do Congresso Latino-Americano de Higiene Mental. Riedel afirmava que, por indicação de Clifford Beers, foi incumbido de fundar na América do Sul a primeira Associação de Medicina Social, que recebeu o nome de Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1922. Na Ata de fundação da Liga, publicada nos *Archivos*, em 1941, constam reuniões ocorridas entre 20, 23 e 25 de janeiro de 1923. Talvez a razão de Juliano Moreira apontar a fundação da LBHM, em fins de 1922, seja referente à influência do Congresso de Havana, na criação da Liga, e ao seu processo de institucionalização iniciado entre os dois anos.

Juliano Moreira destacava esse funcionamento de exploração, ao fazer críticas ao racismo presente na LBHM, instituição que buscava apoio do governo para a promoção de defesas contra a degeneração, para que se formasse um tipo nacional livre de taras. Gustavo Riedel comentava sobre ter conseguido apoio para a instalação da sede da LBHM:

A boa vontade e o desejo de satisfazer as aspirações da nossa Liga que visa tão somente o *aperfeiçoamento da nossa raça*, prevenindo os factores de degeneração pela lucta contra a syphilis, a tuberculose, etc...e realizando a medicina social contra os toxicos, conduziram os benemeritos Srs. Presidente da Republica Dr. Arthur Bernardes e Ministro da Justiça Dr. João Luiz Alvez, a ceder para aquelle fim o Pavilhão Argentino da Exposição do Centenario, doado ao nosso Paiz pela Republica visinha num gesto da mais nobre e elevada cortezia de Nação amiga (Actas, 1925, p. 212, grifo nosso).

O debate era tão urgente para os psiquiatras que, na edição seguinte, o aperfeiçoamento racial aparece já na sua primeira página. Henrique Roxo (1925b) comentava sobre o aumento progressivo do número de alienados no mundo e afirmava que deveria ocorrer uma intervenção para o aperfeiçoamento racial, que necessitava não apenas da remoção de fatores palpáveis, mas de correção de vícios já enraizados. Segundo o autor, a profilaxia daria a vantagem de impedir que fatores degenerativos e toxico-infecciosos deixassem o indivíduo em condições de incurabilidade. Para isso, seria necessário que antes fossem removidos fatores da gênese das doenças mentais, tais como a sífilis, o alcoolismo e o espiritismo.

O lado condemnavel do espiritismo é o das sessões espectaculosas, em que se finge que apparecem espíritos que se mettem no corpo de observadores impressionaveis e os collocam dominados por um delirio episodico que os leva ao Hospicio. Deveria haver uma intervenção mais energica das auctoridades e quando se assignalasse que a alienação mental surgio em consequencia da frequencia de sessões espiritas, se averiguaria se la não ocorreria qualquer mystificação, ou qualquer methodo de exploração ou qualquer *candomblé ou canjerê* (Roxo, 1925b, p. 4, grifo do autor).

Práticas relacionadas às religiões de matrizes africanas são tratadas com desprezo nos *Archivos*. Como o exemplo mostra, eram acusadas de produzir enlouquecimento e que o ‘*baixo espiritismo*’ deveria ser combatido. Seu argumento era de que, para ocorrer uma grande transformação no meio social, os fatores de “esgotamento” não poderiam se somar à ‘*germens de irritabilidade nervosa*’, preocupação apenas presente quando as práticas religiosas eram de pessoas não brancas, postura que não é mantida diante de outros tipos de práticas espirituais, de origem europeia, como o kardecismo. Roxo comentava (1941, p. 3), anos mais tarde, sobre a posição do governo diante das propagandas de “baixo espiritismo”, que iria permitir a prática

do espiritismo científico e seus estudos e pesquisas, mas “*fechará as casas em que houver sessões de candomblés, que geram doença mental, como o delírio espirita episódico*”.

Os distúrbios mentais deveriam ser logo identificados para serem curáveis, então, fazia algumas propostas de campos de ação. A educação das crianças deveria ser acompanhada de uma rápida constatação de possíveis distúrbios degenerativos, de forma a melhorar o aproveitamento do desenvolvimento intelectual e ‘*evitar que a criança se enerve*’ (Roxo, 1925b, p. 5, grifo do autor). Lembrava que a psicologia moderna, com seus testes, não iria requerer dispêndios excessivos e que qualquer serviço bem-organizado de profilaxia mental poderia realizá-los em suas unidades. Se não havia uma legislação que impedisse casamento de degenerados, os médicos de cada família deveriam aconselhar que fosse questionado o estado de saúde dos noivos para evitar a criação de uma família de *psicopatas*. Diante das gestantes, caberia aos médicos aconselharem que não ingerissem tóxicos e que se poupassem de causas morais que acarretassem degeneração da prole. Seus objetivos eram de promover medidas eugênicas no meio social: “*não poderemos transformar de modo completo o meio social, de sorte a obter uma perfeita Eugenia, mas poderemos obter muito no momento, em que se apliquem as medidas que neste trabalho são lembradas*” (Roxo, 1925b, p. 8).

Assim, a todo momento se apresentava a narrativa que, para obter uma sociedade saudável e eugenizada, a melhoria da raça era urgente e imprescindível, ao mesmo tempo em que as pessoas não brancas eram construídas como o que deveria ser extirpado para o avanço nacional, incluindo suas manifestações religiosas, que eram entendidas como produtora de enlouquecimento. Só assim seria possível a regeneração e a melhoria o ‘*nível de saúde mental colectiva*’ (Trabalhos, 1925b, p. 159).

O caráter de dependência colonial que temos na história brasileira faz aparecer a questão de que, quase unanimemente, havia um o desejo do “espelhamento” no Outro europeu. Apesar das ambiguidades na realidade brasileira, o que se buscava era encobri-las, para se tornar imagem e semelhança europeia, única via para a civilização (Facchinetti, 2001). Segundo a autora, a regra da desigualdade foi a consequência mais tangível desse processo de espelhamento e condenava o espaço brasileiro à submissão de uma lógica que se queriam naturais e deterministas: de um lado estariam os proprietários de terra que aspiravam ao *status* do Outro, em que ser o Outro era o afã que os impulsionava; do outro lado, os índios, escravizados, que, nos seus embates, eram descritos pelos portugueses como obstáculo para a civilização. Vale lembrar que eram “*Os seres “quase humanos” da terra vistos como excessivamente sexualizados e sensuais, o que, segundo a visão da época, lhes tirava a força de vontade e a moral necessárias ao projeto de construção de uma civilização nos trópicos*”

(Facchinetti, 2001, p. 29-30). A direção para uma civilização estaria na possibilidade de um país disciplinarmente branco e livre de um excesso sexual.

No Brasil, a preocupação coletiva com a sexualidade emergiria na intersecção de discursos políticos, científicos e literários sobre a nação brasileira que seguissem objetivos como o de branqueamento/civilização de nosso povo por meio de práticas claramente discriminatórias ou formas sutis de rejeição, disciplinamento e controle das relações íntimas, particularmente as afetivas e sexuais, conformadas ao ideal reprodutivo (portanto heterossexual), branco e viril. O desejo da nação se associava à emergência de uma demanda de controle e regulamentação modernas, antitradicionais, incompatíveis com a estrutura da ordem monárquica. O ideal de nação branca e civilizada vinculava o projeto político eminentemente coletivo com o controle e disciplinamento da vida individual e íntima (Miskolci, 2012, p. 42).

Agenciando os desejos e disciplinando os desordeiros, aplacariam o temor da reprodução e preponderância dos inaptos ao progresso. Era construído o discurso de que regular a sexualidade, a formação de casais, as reproduções e temas afins geraria uma descendência eugenizada, capaz da construção de uma nação, pela melhoria da raça e da educação dos instintos (Miskolci, 2012). O trabalho da eugenia, que incidia no agenciamento da reprodução sexual, também, incluía as políticas de esterilização. Sobre este assunto, encontramos principalmente as proposições de Renato Kehl (1925b), que defendia a utilização de esterilização, em casos especiais de doença e miséria, e, de forma compulsória, em casos de crimes e de degenerações “somato-physicas”. Afirmava que a esterilização era um processo de valor eugênico que, por si só, não conseguiria resolver problemas da constituição de uma elite eugênica.

Segundo o autor, caberia à eugenia, assim como cabia à agricultura e à zootecnia, a escolha dos reprodutores e as segregações do que conviesse. Criticava que era admitido que sementes humanas fossem lançadas ao acaso e que julgassem como imoral quem buscasse fazer seleção destas sementes e protegê-las. Questionava o fato de que até o mais obscuro agricultor impedia o crescimento de ervas daninhas, mas que era considerado absurdo impedir a proliferação de indivíduos “anormais”:

Esterilizar um touro á marreta não representa barbaridade, esterilizar um epileptico, por processo sem dôr, a fim de evitar a prole psychicamente anormal não é concebível aos impedernidos pela rotina e pela falsa compreensão das coisas. Do mesmo modo não constitue, para estes, um absurdo, a hecatombe mundial e diária dos nati-mortos, a multidão crescente de degenerados e criminosos que ameaçam a comunidade e encham, cada vez mais, asylos e prisões (Kehl, 1925b, p. 70).

Essas são algumas das ideias presentes nas duas primeiras edições dos *Archivos* e que permanecem ao longo das publicações, o que indica que, apesar da radicalização apontada por

Costa (2006), as suas formulações iniciais estavam presentes desde as primeiras publicações. Após os dois primeiros números publicados, se inicia uma série de acontecimentos institucionais que podem ser acompanhados pela Ata da reunião de agosto de 1925. Nessa reunião, Ernani Lopes comunicou que havia se organizado um plano para um serviço de ambulatório de psiquiatria preventiva na sede da Liga, contando com: conselhos às mães e amas; clínica de toxicômanos e conselhos às suas famílias; assistência profilática aos ‘pequenos nervosos’; tratamento e reações antissociais da infância; pesquisas genealógicas para orientação de higiene mental e, por fim, exames médicos periódicos. Também era prevista a criação de um consultório de eugenia que responderia, por escrito, consultas sobre ‘*questões sexuais e prophylaxia matrimonial*’ (Actas, 1925b, p. 149). Sob seu comando, apenas, dizem que estaria um reputado especialista, mas não há nenhuma identificação de quem seria. Essa reunião precede à pausa na publicação dos *Archivos*, retornando apenas em 1929.

Para compreender o que ocorreu entre 1925 e 1929, se faz necessária uma digressão para março de 1930, ano do editorial “*A Hygiene Mental no Brasil*”, que buscava deixar os leitores a par do que se tinha feito no Brasil e do que precisava ser feito no domínio da higiene neuropsíquica. Partiam do nascimento da higiene mental, nos EUA, em 1908, com a fundação da primeira Sociedade destinada a tratar da “*prophylaxia das doenças mentaes e a prégar a necessidade da hygienização do espirito*” (Editorial, 1930c, p. 69, grifo nosso), por Clifford Beers. Apontavam que dois anos antes, em 1906, Juliano Moreira já previa a higiene profilática aplicada ao domínio da psiquiatria e que, em 1916, Ernani Lopes havia sido designado delegado do Congresso de Medicina Social de Tucuman, na Argentina, onde apresentou um trabalho sobre a necessidade de cuidados que dispensassem internações. O editorial buscava chamar atenção para os trabalhos que relacionavam profilaxia e higiene mental quando situaram que, em 1919, Gustavo Riedel – então diretor da Colonia e Psychopathas do Engenho de Dentro – inaugurou o primeiro Instituto de Prophylaxia Mental da América do Sul. Em 1920, a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal, sob a inspiração de Juliano Moreira incluiu, entre as suas finalidades, um programa de higiene mental. Voltavam-se a falar de Gustavo Riedel para afirmar que, em 1922, representou o Brasil, no Congresso Latino-Americano, e, ao retornar, fundou, sob homenagem a Juliano Moreira, a Liga Brasileira de Hygiene Mental, grande centro de propaganda a favor da *hygidez* mental. Além disso, lembravam que, no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene Mental, em 1924, foi Esposel quem fez a proposta de incluir a higiene mental na lista de temas oficiais, tendo vários trabalhos sido apresentados pelos membros da Liga, destacando os trabalhos de Juliano Moreira, Ernani Lopes, Cunha Lopes, Heitor Carrilho, Plínio Olinto, J.P. Fontenelle e Plácido Barbosa.

Gostaríamos de chamar atenção para o que parece ser um discurso editorial que parecia acentuar a relevância da instituição no meio científico. Tendo relatado tais fatos, comentavam, em seguida, que a Liga havia entrado numa fase de crise administrativa, durante a presidência interina de Ernani Lopes. Dessa forma, podemos supor que a pausa das publicações, identificadas no editorial de 1929 sob ‘*motivos superiores*’, tem como uma possível explicação uma crise que a instituição enfrentava:

Ernani Lopes que ocupava o cargo de Secretario Geral, assumiu, então, a Presidência da Liga. A Instituição entrou numa phase de crise administrativa. Houve dificuldade de formar-se uma nova Directoria. Algumas pessoas a quem o Professor Ernani Lopes convidara para constituirem com ele a Directoria, por motivos que ignoramos, delicadamente se escusaram. Foi neste momento critico para a vida da Liga que o Deputado, Professor Mauricio de Medeiros aliou-se a Ernani Lopes para continuação dessa obra de regeneração social. [...] Passado esse periodo de anormalidade, entrou a Liga de Hygiene Mental, novamente, em actividade (Editorial, 1930c, p. 72).

Foi nesse retorno que se organizou o plano para um serviço de ambulatório de psiquiatria preventiva, que havia sido comentado em 1925. Nesse intervalo (entre 1925 e 1929), foram realizadas várias conferências, publicaram muitos artigos de propaganda na imprensa local e, no segundo semestre de 1926¹⁷, criaram um consultório gratuito de psicanálise sob o comando de Porto-Carrero¹⁸:

No segundo semestre [de 1926], sentindo o Professor Ernani Lopes a necessidade de ampliar e completar o serviço dos ambulatórios, resolveu crear uma secção de psycho-analyse, convidando para chefial-a o eminente psycho-analista brasileiro, Prof. J.Porto-Carrero. Esse consultório gratuito de psycho-analyse cuja inauguração assistimos e do qual fomos modesto auxiliar, funcionou com regularidade até os primeiros mezes de 1927, quando a mudança inesperada da Séde, da Liga forçou a sua extinção (Editorial, 1930c, p. 73).

Segundo Rafael Castro, o incremento da psicanálise, na Liga, pela implantação da clínica, fazia o próprio saber dos psiquiatras-psicanalistas se alterar consideravelmente. Houve uma mudança de perspectiva em que os melhores ‘*analizando*’, os alvos preferenciais de intervenção, seriam os “*mediócrs de inteligência*”. Tal visão fazia com que a ideia de que a massa brasileira, a massa de povo medíocre, poderia ser tratada pela via da psicanálise. Esta

¹⁷ Naquele ano, foi criada a Seção de Psicanálise sob a direção de Júlio Pires Porto-Carrero e inaugurado o Laboratório de Psicologia Aplicada com o casal Waclaw Radecki e Halina Radecka (Facchinetti; Muñoz, 2022).

¹⁸ Também consta no editorial de 1932 que a LBHM ficou responsável por instalar um gabinete de psicologia com objetivo de servir aos doentes do ambulatório e aos alunos das escolas públicas, visando seleção de ‘*supra-normaes*’ e ‘*subnormaes*’. Assim, criaram o ‘*Gabinete de Psychologia Applicada*’, onde funcionava o ‘*Departamento de Psychologia e Psychanalyse*’, com direção de J.P. Porto-Carrero (Editorial, 1932).

relevância se esboça, segundo o autor, no lugar dado à psicanálise na reformulação do seu Estatuto, em 1929 (Castro, 2014).

Os trabalhos da Liga iam se intensificando até que, em 1927, receberam do Ministro da Justiça o convite para deixarem o edifício que ocupavam, pois seria demolido pela prefeitura. Em Ata, em março de 1929, encontramos a publicação da apresentação do relatório realizado por Ernani Lopes que detalhava a situação financeira da instituição à época. Com a supressão quase total das subvenções federais e municipais, somada à perda da sede, o funcionamento do consultório de Psicanálise ficou comprometido e foi fechado nos primeiros meses de 1927 (Reis, 1944). Este foi, provavelmente, o primeiro serviço de psicanálise criado no Brasil (Mendonça, 2006).

Conseguem que a Liga se mantenha em um dos salões do Instituto de Surdos-Mudos, graças ao auxílio de um dos sócios e do apoio do Ministro da Justiça. Com dificuldades e desconforto com a sede, o caminho foi a aplicação de testes mentais em escolas públicas, sob a direção de Ernani Lopes, e a realização da 1ª Semana Antialcoolica, em outubro de 1927, que teria tido repercussão em todo o país. Em outubro de 1928, ocorreu 2ª Semana Antialcoolica e, meses depois, a 1ª Conferência Latino-Americana de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal, da qual Ernani Lopes participou e deu conhecimento das atividades realizadas pela LBHM, enquanto Porto-Carrero apresentou “*Prophylaxia dos males da emoção*” e “*O conceito da pena á luz da psychanalyse.*” (Editorial, 1930).

Sobre o ano de 1929, é comentado que a atividade da LBHM foi idêntica à do ano anterior e, lutando com a falta de recursos “[...] não lhe foi possível obter grandes realizações, dentro do programma que se traçou. A campanha contra o alcoolismo, porém, entrou numa phase promissora.” (Editorial, 1930, p. 76). Esse é o ano que os *Archivos* são apresentados como estando em uma segunda fase, que contaria com um menor número de páginas e com publicações mensais. Nesse momento, apresentavam os *Archivos* como órgão oficial da liga, tendo uma nobre e grande missão, sendo um “[...] órgão de doutrina e de combate, elles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideaes de Hygiene mental e eugenia, que consubstanciam o programma d’aquela instituição” (Editorial, 1929, p. 1).

Essa segunda fase também traz duas outras seções de estudos: uma em que constavam informações bibliográficas, que identificavam como útil para todos os que se interessassem pelos assuntos da higiene mental e eugenia e por estudos que visassem à melhoria e aperfeiçoamento dos caracteres “*psycho-physicos, ethnicos e ethologicos do povo*”; e outra, de informações neuro-psiquiatricas. Com esse retorno, ocorre também uma mudança nos

Estatutos da instituição, momento em que as ideias acerca da psicanálise se esboçarem nos estatutos da Liga.

Ernani Lopes chamava atenção que inúmeras teorias já haviam sido levantadas para explicar a transmissão de caracteres através de gerações e citava os centros de pesquisas especiais, que foram instalados nas clínicas alemães, para estudar sobre essas questões, destacando a clínica *Psychiatrica de Munich*, criada por Kraepelin e dirigida por Rudin. Costa (2006) chama atenção para a similaridade entre a psiquiatria brasileira e a alemã na época. De fato, verificamos certo entusiasmo pelas ideias alemães ao longo das publicações, mas, como Stepan (2005) afirma, as ideias eugênicas não foram um esforço exclusivo da experiência alemã. Nesse sentido, vemos comentários de Ernani Lopes sobre a Inglaterra, Estados Unidos, Holanda e Suíça, como países que estavam se aprofundando no assunto, e afirmava:

Refere-se o conferencista a esses factos para aproveitar a oportunidade de despertar em algum dos nossos patricios a idéa de fundar entre nós um instituto ou um ramo de instituto em que intensificassem as referidas pesquisas. Accentúa a importancia do fator da herança mórbida em pathologia, em Hygiene e em medicina social, dizendo que, para bem apprehendermos a sua poderosa influencia em nosso modo de ser, basta lembrar-nos de que, em 10 gerações, temos 1024 ascendentes directos e certos, em 20 gerações são eles já 1.048.578 e em 30 sobem a 1.073.741.824. Que seria de nós si eivas de toda essa multidão não fossem contrabalançadas por boas qualidades que porventura tivessem nossos antepassados [...]. Não se deverá jamais encarar a noção de herança, sobretudo em psychiatria, como uma fatalidade ineluctável, acarretando sempre a degenerescência (Actas, 1929, p. 30).

No editorial da edição seguinte, publicada em novembro de 1929, voltam a fazer comentários sobre as aspirações eugênicas que possuíam. Êxitos pareciam atingidos: haviam realizado a 3ª Semana Antialcoólica, relatavam seus frutos e afirmavam ter conseguido abalar a opinião pública, concorrendo para a formação da corrente de ideias que conduziriam o país ao rebate definitivo contra o álcool. Comentavam que *“ideaes propugnados pela nossa Instituição, pouco e pouco vão ganhando terreno, não sómente nesta Capital como nos Estados, transformando-se numa verdadeira aspiração nacional”* (Editorial, 1929b, p. 57). Diziam que tinham conhecimento de que, ao iniciar a longa jornada de regeneração social, teriam desafios difíceis no caminho antes de atingirem o acume das aspirações eugênicas, mas que tinham *‘fé no patriotismo’* dos homens públicos. Nesse editorial, é notável o ânimo com o apoio do governo federal, na época comandado por Washington Luíz, e pelo apoio dos poderes públicos estaduais.

Nessa mesma edição, trazem uma resenha do livro *‘A eugenia no Brasil’*, de Renato Kehl, feita por Mirandolino Caldas. Renato Kehl é apresentado como um dos primeiros a iniciar uma campanha em favor da eugenia, argumentando que o progresso da humanidade não

correspondia aos esforços despendidos. Segundo Kehl, os fatos demonstravam que a educação e as injunções religiosas não bastavam para moderar paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, pois o homem continuava escravo da sua natureza: a hereditariedade. Afirmava que deveria ocorrer uma mudança de orientação e, ao invés de dispor de inteligência e dinheiro para cultivar os semelhantes pela educação, o que deveria ser feito era: “*pedir ás leis da hereditariedade o que aquelles methods não têm podido dar em sua plenitude: maior belleza physica, mental e moral da espécie*” (Resenhas, 1929b, p. 101). Para Kehl, a educação era, indubitavelmente, a alavanca do progresso social, mas que seria necessário a alavanca do progresso biológico que, segundo os preceitos da eugenia, seria a aplicação das leis da hereditariedade.

Analisando as obras de Renato Kehl e suas considerações sobre o papel da educação, Góes (2018) mostra que, para o médico, a eugenia era uma ciência que investigava o patrimônio hereditário das famílias, elo de uma cadeia hereditária entre as gerações. Já o eugenismo seria as aplicações práticas dos propósitos eugênicos, em que higiene, saneamento, medidas legais e a educação visariam à proteção e à melhoria da espécie. Para Kehl, a educação deveria ser realizada pela divulgação e conscientização da ideologia da eugenia, a partir de três frentes: politização das elites, propagação da eugenia por produção de conhecimento e, por fim, como políticas de Estado, nas quais as ideologias da eugenia seriam difundidas em instituições de ensino e em outras instituições públicas. Desse modo, apesar da importância da educação, sozinha ela era insuficiente, pois os sujeitos não teriam noção geral do conhecimento da importância de cuidar dos descendentes para a geração de raças futuras, tarefa que caberia à eugenia (Góes, 2018).

Em edição publicada em abril de 1930, é apresentada uma resenha de “*Lições de Eugenia*”, outra obra de Renato Kehl, mostrando sua influência nas ideias da Liga. Apresentam o livro como escrito por um autor com autoridade e que merecia ser lido por todos que se interessavam pelo futuro da raça e pela melhoria dos caracteres étnicos. Apontavam que havia um capítulo dedicado especialmente à hereditariedade e afirmavam que, pelos preceitos da eugenia, era possível evitar a transmissão de grande número de taras. Ao descrevem as propostas de Kehl para medidas eugênicas para melhoria e seleção da raça na íntegra, expõem uma apresentação sistemática de propostas com as quais coadunavam, já que nenhuma crítica é apresentada e o livro é descrito como ‘*útil*’ e mais ainda: ‘*utilíssimo*’.

1º Registro do pedigree das famílias; 2º Segregação dos deficientes e criminaes; 3º Esterilização dos anormais e criminosos; 4º Neomalthusioanismo com os processos artificiaes para evitar a concepção nos casos especiaes de doença e miséria (contrôle

do nascimento); 5º Regulamentação eugénica do casamento e exame médico pre-nupcial obrigatório; 6º Educação eugénica obrigatória nas escolas secundárias e superiores; 7º Propaganda popular de conceitos e preceitos eugénicos; 8º Luta contra os factores dysgenizantes por iniciativa privada e pelas organizações oficiais; 9º Tests mentais das crianças entre 8 e 14 annos; 10º Regulamentação da situação dos filhos illegítimos; 11º Estabelecimento de cuidados pre-nataes das gestantes e pensões para as mulheres pobres; 12º Regulamentação da imigração sobre a base da superioridade média dos habitantes de paiz, estabelecida por tests mentais; 13º Estabelecimento dos defeitos hereditários que impedem o matrimonio e os que podem servir de base á pleiteação do divorcio (Resenhas 1930d, p. 144 apud Kehl).

A resenha do *'Livro do chefe de família'*, também de Kehl, foi feita por Cunha Lopes na edição de setembro de 1930. Apontava que Kehl direcionava os chefes-de-família a sair de uma parte egoística e puramente individual para uma parte altruística da personalidade e da espécie. Ensinando regras de moral e higiene, caminhava para a realização prática dos ideais da eugénia, o que corresponderia à implementação de medidas sociais tendentes à higienização da raça. Tendo como proposta uma organização profilática para combate das taras físicas e psíquicas transmitidas hereditariamente, Kehl ressaltava a importância de obtenção de dados heredo-biológicos para estudos de genética. A partir disso, Cunha Lopes comentava a urgência de constituir a raça como grandeza do país:

No Brasil, pensamos, mais do que em qualquer outro paiz, a hereditariedade importa ser estudada. Sômos, na idade actual, um *povo em formação*, carecendo de características ethnicas, vivendo das correntes imigratórias e ainda na dependência de mil factores raciais não seleccionados. Urge, portanto, fornecer conselhos, instrucção, mas instrucção firmada em investigações scientificas próprias, nacionais, áqueles que se casam, que vão construir a família brasileira, *a nossa futura e legitima grandeza, a nossa raça* (Resenhas, 1930i, p. 356, grifo nosso).

Góes (2018) chama atenção de que pode ser observada em Kehl a crença na existência da consolidação do “povo brasileiro”, a partir de uma efetivação de uma só raça: o Brasil seria branco e civilizado. Ideia que parece ter eco na LBHM, a partir das resenhas publicadas e apresentadas aos leitores da revista. A preocupação parece ser a formação de uma raça, de um povo, de uma nação, na qual fosse instaurada uma nova forma de racionalidade, mas que identificasse essa nação civilizada ao ideal branco. Comentando sobre esse contexto de preocupação com determinadas camadas da população e as tensões para se definir uma elite brasileira, Silvia Nunes comenta:

Os problemas colocados pela abolição dos escravos e sua consequente migração para a cidade; a migração europeia e a constituição de um operariado que começa a reivindicar e a se organizar em movimentos políticos; os efeitos econômicos de uma industrialização nascente e a proletarização de determinadas camadas da população, os movimentos reivindicatórios femininos e de mulheres trabalhadoras, enfim, uma série de problemas, agravou as tensões sociais, colocando em risco a organização do

Estado. A necessidade urgente de reforçar a elite e conter a insatisfação crescente das demais camadas da população faz surgir em toda uma parcela da intelectualidade a tentativa de explicar esses conflitos como efeitos dos fatores raciais que fariam parte da constituição de nosso povo (Nunes, S., 1988, p. 68).

Em 1931, Renato Kehl publica “*A campanha da eugenia no brasil*”, em que chamava atenção para a preocupação dos estudiosos de diferentes países com a situação de miséria física, psíquica e moral, no seio das populações, pois o elevado número de incapazes onerava a parte produtiva e saudável da sociedade. Lembrava que as medidas tomadas diante do problema geralmente consistiam em estabelecer colônias, albergues, penitenciárias, prisões, manicômios e hospitais, porém, tais estabelecimentos não conseguiam comportar o crescente número de “infelizes” que cresciam em progressão geométrica. Situação agravada por medidas vindas da higiene social, medicina e filantropia, que aumentavam o “*peso morto e as contribuições para conserval-os na inactividade ou reclusos nos estabelecimentos adequados*” (Kehl, 1931b, p. 93, grifo nosso). Citando Pittard, Kehl afirmava que sociedade se esforçava para fazer viver e triunfar os resíduos humanos (degenerados físicos, psíquicos e criminosos), o que era má interpretação do que deveria ser uma seleção eficiente, deixando de proteger e alentar os elementos úteis da humanidade. De acordo com essas afirmações, escreve:

São estas reflexões que impelem os eugenistas do mundo inteiro a uma campanha intensiva em prol da parte sadia nos nossos semelhantes, propondo leis de preservação *racial* e se esforçando para o estabelecimento de medidas que atenuem os efeitos das praticas humanitárias, (aliás louváveis sob o critério sentimental), feitos pelas administrações publicas e pelas associações philantropicas em favor dos que, sob a lei natural, teriam de desaparecer (Kehl, 1931b, p. 94, grifo do autor).

Em “*Considerações em torno da plethora humana*”, Renato Kehl volta a comentar sobre os “infrahomens” quando fazia considerações sobre a miséria e a fome:

Parece incrível existir quem afirme tal disparate; que, *para combater a miseria, se torne necessario augmentar o numero dos miseráveis* [...] A miseria e a fome derivam, exactamente, de outras causas. Há, sem duvida, excesso de gente no planeta, mas de gente de baixa categoria física, psychica e intelectual, que come e não produz, que sem trabalhar, agita-se nocivamente, perturbando o equilibrio social (Kehl, 1932b, p. 6, grifo do autor).

Segundo Costa (2006), a eugenia aparecia contrária ao sistema institucional e ideológico da democracia liberal. A filantropia e o humanitarismo, como práticas inspiradas no liberalismo, que orientavam o funcionamento dessas instituições, eram alvos de críticas dos eugenistas. Assim, buscavam intervir na organização social para sanar o mal ocasionado pela ingerência das instituições. Nesse sentido, não apenas criavam suas próprias instituições como

é comum a interlocução entre estes grupos. Na seção “*Noticiários*” da publicação de março de 1931, comunicavam a criação da *Comissão Central Brasileira para o Estudo e Propaganda da Eugenia* com iniciativa de Renato Kehl e convidavam alguns dirigentes da Liga para fazer parte da instituição. Consta que os dois institutos — CC Brasileira de Eugenia e a LBHM — pretendiam se auxiliar para a consecução de objetivos comuns ou paralelos. Os membros efetivos eram: Renato Kehl, Belisário Penna, Gustavo Lessa, Ernani Lopes, J.P. Porto-Carrero, Cunha Lopes, Toledo Piza Jr., Octavio Domingues, Acchiles Lisbôa e Caetano Coutinho. No Estatuto da *Comissão*, o Art. 1º trazia as propostas da instituição, dentre elas a manutenção de ideias acerca da hereditariedade e eugenia, que seriam levadas a cabo também pela LBHM. Entre seus objetivos estava o de manter o interesse nacional pelos estudos da hereditariedade e da eugenia, difundir as ideias de regeneração física, psíquica e moral e prestigiar as organizações de caráter eugênico.

Em 1932, publicaram as proposições apresentadas pela Comissão Central Brasileira de Eugenia à Constituinte, afinadas com as propostas da Comissão da Sociedade Alemã de Higiene Racial (*Factos e Commentarios*, 1932b). Partindo do pressuposto de que as condições somatofísicas dos indivíduos dependiam essencialmente das disposições hereditárias, defendiam que o progresso de um povo se daria a partir da preponderância de gerações de indivíduos “bem-dotado”. Seria necessário aplicar esforços que pudessem conservar a multiplicação de famílias bem constituídas e combater as causas que dificultassem a sua existência. Isso se daria a partir da proteção econômica às famílias bem-dotadas; auxílios pecuniários para órfãos de pais, que se destacassem pelo seu valor ou dos seus feitos; seleção rigorosa de candidatos às vagas de cargos públicos; impedimento dos casamentos de indivíduos degenerados; empenho do Estado na defesa das futuras gerações e outros recursos que, ao lado da educação, elevariam o nível da nacionalidade, medidas indispensáveis para se resguardar da degeneração.

Pautavam que politicamente o Brasil parecia entorpecido e descuidado dos grandes fatores etnogênicos que pairavam sobre seu futuro racial. Em 1933, externaram que suas atividades estavam ameaçadas de encerramento por falta de auxílio financeiro e pediam ajuda dos seus membros mais abastados. O editorial que recebeu o título “*Um momento decisivo na vida da Liga de Hygiene Mental*” trazia a seguinte narrativa sobre as dificuldades que a Liga encontrava:

Preferimos francamente não referir, de publico, em que consistiu a rede liliputiana de mesquinhas e insídios com que se procurou paralisar por completo os nossos meios de acção, não só golpeando o que de mais útil temos realizado, no domínio

constructivo da especialidade, como indo ao extremo de nos negar o minimum de recursos com que sempre havíamos contato, em dez anos de vida institucional (Editorial, 1933d, p .273).

No editorial, pela primeira vez, pediam que os membros abastados pudessem auxiliar a Liga, que estava correndo risco de encerrar suas atividades. Nessa edição, relatavam que, sem motivo justo, a administração municipal estava requisitando o prédio onde funcionava a Clínica de Euphrenia; era a terceira vez que os poderes públicos despejavam a Liga de suas instalações. São constantes os relatos de dificuldades financeiras e falta de apoio público, ao longo das publicações, e os esforços que faziam para tentar superar esse ponto. Nesse sentido, decidiram realizar a Campanha Pró-Higiene Mental para conseguir recursos financeiros, mas não houve resultado considerável. A arrecadação da campanha foi um fracasso e o dinheiro destinou-se ao pagamento de dívidas inadiáveis, crise agravada pelo indeferimento do recebimento da subvenção municipal, referente à 1933, do qual eles só receberam 1/4 do valor.

Afirmavam, no entanto, que o passo importante dado pela Campanha Pró-Higiene mental havia sido a audiência com Getúlio Vargas, em reunião com a Comissão de delegados do movimento. A esperança da instituição estava no apoio material do Estado e apelavam para que a Liga fosse auxiliada permanentemente para enfrentar as dificuldades financeiras. Descrevem o encontro:

Ora, a resposta que o Sr. Dr. Getulio Vargas se dignou dar á Commissão demonstrou, á evidencia, como eminente Chefe do Estado apprehende a importância e o significado exacto das questões medico-sociaes integradas no programma da Hygiene Mental. De facto, S. Exa. antes de mais nada, frisou ser um facto fora de duvida que a orientação da medicina, nos tempos modernos, assume, cada vez mais, character preventivo. Nessas condições eram comprehensíveis e dignos de aplaudo os esforços psychiatras em favor da prophylaxia das doenças mentaes (Editorial, 1933d, p. 275).

Expõem que o governo se sentia no dever de amparar a instituição e que, diante de três pedidos de auxílio de doações – 1) dos juros de apólices da dívida pública; 2) um terreno na zona central para construção de uma sede; 3) do imóvel que funcionava a Clínica de Euphrenia – afirmavam que ao menos um seria atendido. Para os membros da Liga, esse foi o maior triunfo da Campanha Pró-Higiene Mental. No relato desse encontro, parece haver uma descrição em que a instituição e o governo continham o objetivo comum de pensar as práticas preventivas da medicina como ações modernas para lidar com as doenças mentais.

Na época, também, aparecia uma certa preocupação na caracterização da importância da LBHM, diante da sociedade, podendo ser observada a partir do texto de Jefferson de

Lemos¹⁹, durante os trabalhos da Campanha. Em “*Algumas palavras sobre a Liga de Hygiene Mental*” afirmavam que os princípios sociais e morais, que amparavam seus antepassados e as doutrinas que pretendiam dirigir a sociedade, tais como as organizações políticas e domésticas, estavam todos alabados. A consequência era, segundo ele, a instabilidade cerebral e nervosa que fazia se sentir de geração em geração. Se as mudanças criavam maravilhas da indústria moderna, acreditava que seria possível criar uma outra espiritualidade que fosse capaz de impedir as causas de tantas desgraças. Enquanto a solução para o problema não chegasse, seria necessário somar esforços para a regeneração social, na qual a LBHM teria seu lugar:

Os cientistas de hoje, acham-se bem avisados quando procuram nas raízes sociais as origens das perturbações nervosas e mentaes. Visando, como resultado de tudo, a eugenia, que quer dizer bôa ou sã procreação, vão se colocando em um caminho mais racional, pois que, ao lado das soluções puramente biológicas, indispensáveis ao problema, vão dirigindo as suas vistas para a outra face que constitue o ponto capital da questão. E foi assim que, reconhecendo que mais vale prevenir do que remediar, como tão bem exprime a sabedoria popular, nasceu no mundo scientifico de nossos dias o problema da Hygiene Mental (Lemos, 1933d, p. 366).

O texto tentava ressaltar a importância social da instituição e enfatizar as finalidades a que se propunha: o combate ao alcoolismo, o exame pré-nupcial e a clínica de euphrenia; uma instituição educacional, social e moral para adultos e crianças, orientada pelas normas científicas. De fato, o apelo acerca da educação é uma constante nas publicações.

Em 1943, Adalberto Cavalcante explicava que os exames periódicos de saúde detectariam a dificuldade de adaptação ao meio do futuro adulto, colocando o controle médico diretamente envolvido na tarefa de possibilitar que se desenvolvesse a grandeza da nação pela educação das crianças. Os exames de saúde proporcionariam “*pegar em flagrante*” os pequenos deficientes mentais e ter disponível um material que, depois de trabalhado, resultaria em um monumento grandioso em relação à biotipologia e caracterologia brasileira. Aparece certa animação pelos resultados obtidos dos tratamentos de anormais profundos, pois, tendo sucesso diante do grupo mais ‘difícil’, haveria mais convocações dos exames médicos periódicos, assim como já solicitavam “[...] *em todos os países civilizados de uma revolução branca. Tal a importância vital para as nacionalidades*” (Cavalcante, 1943, p. 19, grifo nosso).

Assim, havia um projeto central de dominação e intervenção social que buscava, na eugenia, as ferramentas para operar a racionalização das contradições sociais há séculos

¹⁹ Reis (1994) aponta que Jefferson de Lemos era uma das vozes de crítica aos objetivos extraterritoriais da LBHM, embutidos na perspectiva do esquadramento preventivo da loucura. Então, vale lembrar que o texto analisado fazia parte dos trabalhos da Campanha da Liga, o que talvez não faça aparecer tais posicionamentos.

perpetuadas e que pareciam chegar em uma situação limite. Os temas de controle do alcoolismo, imigração, controle de casamentos, esterilização e afins diziam do anseio político de civilizar/modernizar o Brasil por meio de uma ‘revolução branca’, e isto, no discurso presente na Liga Brasileira de Higiene Mental, é inegável. Valendo-se da categoria da degeneração como chave de análise dos impasses do país, criavam um senso de urgência e preocupação sobre a questão racial e o destino da nação. Esses discursos são uma resposta à necessidade política que tinha por objetivo desqualificar biologicamente parcelas da população, diante da figura do homem branco, de modo que os argumentos científicos serviriam para justificar projetos políticos de exclusão, que já ocorriam anteriormente e pareciam ter perdido força (Reis, 1994).

É possível pensar em certa radicalização das propostas da LBHM, a partir dos anos 1930, com suas defesas sem qualquer constrangimento, desde que não se perca de vista que elas já faziam parte dos trabalhos propostos. Apostamos que essa questão deve ser compreendida para além de mudanças teóricas e lida a partir das matrizes políticas e ideológicas envolvidas no processo. Reis (1994) chama a atenção para alguns fatores que podem explicar tal radicalização.

Em primeiro lugar, aponta a realização do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, no Rio de Janeiro, que parece ter funcionado como um aval da corporação médica às teses da eugenia. Nesse momento, a medicina mental saía se sentindo prestigiada na condição de pioneira ou, pelo menos, ponta de lança do movimento eugênico. Em segundo lugar, houve a conjuntura política dos anos 1930, na qual os psiquiatras reconheciam o Estado Novo como uma forte feição antiliberal e mais disposto a fazer intervenções autoritárias.

A chegada dos anos 1930 era vista com entusiasmo, inclusive sendo o momento em que a eugenia era refinada, estando na ótica dos médicos da LBHM a possibilidade de vantagens para tomadas de ação, a partir do momento em que as casas legislativas se encontravam fechadas (Góes, 2018; Souza, 2022; Reis, 1994). Com a revolução de 1930, as fundações da Primeira República estavam sendo questionadas, sendo a época um momento de agitação, distúrbios políticos e dificuldades econômicas que impulsionaram as propagandas eugênicas. Tais prerrogativas esquentavam os conflitos de classes e os debates nacionalistas, antidemocráticos e corporativistas (Stepan, 2005). Importante se ter em vista que não era um ânimo exclusivo da LBHM, visto que Schwarcz (1993) comenta que, nos anos 1930, a *Gazeta Médica da Bahia* anunciava a emergência de um ‘*espírito novo*’. De acordo com a autora, é por volta dessa época que ideias começam a se propagar, apesar de terem sido formuladas anteriormente, como as ideias de Freud, que, só a partir de 1924, aparecem na *Gazeta*. Facchinetti et. al. (2022) comentam que, com Vargas no poder, defensores da eugenia negativa

esperavam que suas agendas fossem apoiadas e que finalmente havia chegado a hora de um espaço junto ao governo.

Além disso, havia a presença do modelo eugênico alemão no Brasil. O entusiasmo presente nos *Archivos* com a Lei de Esterilização Alemã e a concordância com as proposições alemãs da Comissão da Sociedade Alemã de Hygiene Racial demonstravam o interesse dos brasileiros em uma psiquiatria que, à época, era assumida integralmente pelo poder nazista como uma “*questão de Estado*” ligada à redenção moral e racial do país (Reis, 1994). A Liga publicou a tradução da Lei alemã de esterilização dos alienados, decretada em 14 de julho de 1933, na íntegra, mostrando uma adesão simplista sem apresentação de visão crítica na exposição daquelas ideias. Lê-se:

Art. 1º - Quem padeça de doença hereditária pode ser esterilizado mediante intervenção cirúrgica, desde que, segundo a experiência da ciência médica, haja grandes probabilidades de que os seus descendentes vão sofrer de graves males hereditários, corporais ou físicos. Considera-se atacado de doença hereditária, [...] quem sofra das doenças seguintes: 1) debilidade mental congênita, 2) esquizofrenia, 3) loucura circular (maníaco-depressiva), 4) epilepsia hereditária, 5) coreia hereditária (de Huntington), 6) cegueira hereditária, 7) surdez hereditária, 8) grande deformidade corporal hereditária. Pode, além disso, ser esterilizado quem sofra de alcoolismo grave. Art. 2º É autorizada a requerer intervenção a própria pessoa que deve ser esterilizada [...]. Art. 3º A esterilização pode também ser requisitada: 1) por um médico oficial público [...], 2) no caso de doentes internados [...] em estabelecimentos hospitalares e assistenciais ou em prisões – pelo diretor do estabelecimento. Art. 4º A requisição deve ser feita por escrito ou levada para ser devidamente redigida em cartório do Tribunal de Eugenia. [...]. Art. 5º Em cada caso a competência para julgar [...] e pronunciar a sentença cabe ao Tribunal de Eugenia [...]. Art. 6º O Tribunal de Eugenia acha-se em conexão com um pretório [...]. Art. 7º O processo judicial (das Verfahren), seguido pelo Tribunal de Eugenia não será público [...]. Art. 8º O Tribunal, tendo em conta os resultados conjuntos dos debates e do registro de provas (Beweisnahme) decide de acordo com a sua própria livre convicção [...] A decisão será notificada ao proponente, ao oficial sanitário e ao preposto à esterilização, ou, quando se trate de incapaz, ao seu curador, ou responsável legal. Art. 9º Contra semelhante decisão, caberia o direito de recurso interposto dentro do prazo de um mês a contar da data da notificação, pelas pessoas indicadas na última proposição do artigo anterior. Art. 10º O Supremo Tribunal de Eugenia teria conexão com uma Corte de Apelação (Oberlandesgericht) e se estende-se à sua jurisdição [...] O Supremo Tribunal de Eugenia decide com sentença inapelável. Art. 11º A intervenção cirúrgica necessária somente poderia levada a efeito em um estabelecimento hospitalar [...] por um médico habilitado para o exercício da profissão na Alemanha. Art. 12º Se o tribunal decidiu irrevogavelmente que seja feita a esterilização, esta será realizada, embora contra a vontade do esterilizando, desde que, bem entendido, a proposta, não tenha partido d'ele próprio [...]. Art. 13º As custas do processo ficam a cargo do Estado [...]. Art. 14º Será dado consentimento para a esterilização sem a observância dos dispositivos da presente lei, como outrossim para a remoção de glândulas germinais, nos casos em que essas operações sejam executadas por um facultativo, segundo os preceitos da arte médica, no objetivo de evitar grave perigo para a vida ou para a saúde do operando, e com acquiescência d'este. Art. 15º As pessoas participantes do processo judicial ou da intervenção cirúrgica são obrigadas a guardar segredo [...]. Art. 16º A execução d'esta lei compete aos governos dos Estados Federais [...]. Art. 17º O Ministro interior do Reich, juntamente com o Ministro da Justiça, promulgará os dispositivos legais e administrativos necessários para a execução d'esta lei. Art. 18º A presente lei entra

em vigor em 1º de janeiro de 1933. aa) Adolpho Hitler, Chancellor do Reich. Frick, Ministro do Interior. Dr. Gurtner, Ministro da Justiça” (Factos, 1934, p. 54-57).

Em 1933, comunicavam aos seus leitores que a *Liga Allemã de Hygiene Psychica* passava a denominar-se *Liga Allemã de Hygiene Psychica e Hygiene Racial*. Agora, apesar de terem suprimido o termo “Eugenia” da denominação da Liga brasileira, sublinham que, desde sua fundação, conjugavam a higiene mental e a eugenia:

A Liga Brasileira de Hygiene Mental sente-se verdadeiramente desvanecida por vêr que a sua sabia congênere da culta Germania tamanha importância concede às directrizes eugênicas que chega a modificar a sua própria denominação. E sentimo-nos desvanecidos porque, desde a primeira hora, nós soubemos assignalar as vantagens de se conjugarem do modo mais intimo a Hygiene Mental e a Eugenia (Factos e Commentarios, 1933d, p. 335).

Importante lembrar que essas visões radicais não eram defendidas de forma integral pelos membros da instituição, como já comentado anteriormente. A Liga não era homogênea nas opiniões e alguns nomes marcaram certa oposição a essas ideias, tais como: Antônio Austregésilo, Fernando de Magalhães, Ulisses Pernambuco, Manuel Bomfim, Roquette Pinto, Arthur Ramos e Juliano Moreira (Reis, 1994). Alguns deles, conhecidos como pioneiros na história da psicanálise no Brasil.

Entretanto, é notável que ideias radicais sempre se sustentaram dentro da instituição e apareceram até a última publicação da revista, na qual foi publicada a conferência “*O problema da Imigração*”, realizada por Maurício de Medeiros, na LBHM, a convite de Henrique Roxo. Afirmava que o tema da imigração já havia ocupado muito a sua atenção, uma das vezes dizendo respeito ao momento em que vastas terras do Paraná seriam povoadas por 100.000 assírios, sendo um período de tumulto para a administração pública brasileira. Afirmava que, diante da repulsa à ideia, o governo teria recuado da permissão da ‘*indesejável imigração*’. Medeiros afirmava que, no trabalho de médico, atendendo em consultório, recebia uma profunda impressão do que seria do Brasil se não fossem tomadas medidas enérgicas contra a corrente de imigrantes neuróticos e psicóticos que estavam formando o país: “*dentro de alguns anos o Brasil não será apenas um vasto mas sim um vasto manicômio!*” (Medeiros, 1947, p. 36).

Escrevia que, se fosse sociólogo, examinaria a questão pelo aspecto racial e que gostaria de se opor à má compreensão sobre a ‘*justa reação democrática*’ contra o preconceito de raça. Diz que se erigiu, contra a doutrina germânica, um princípio político de igualdade das

raças para que pudessem estar livres de preconceitos de raça, religião ou condição social. Concordou com essas posições, mas apresentou a seguinte objeção:

Mas, no exame das qualidades psicológicas de um povo, é inevitável a pesquisa sobre as qualidades das raças que entram em sua formação. Sem o menor preconceito de ordem sociológica, mas simplesmente numa indagação da natureza biológica pode-se admitir o exame da conveniência ou inconveniência do afluxo de certas raças em grande escala, num país, como o Brasil, ainda em seu período de constituição étnica (Medeiros, 1947, p. 37).

Defendia abertamente a lei alemã de esterilização, identificando-a como meticulosa, prudente e rigorosamente técnica, e que não era uma lei destinada aos judeus, mas “*apenas aos degenerados mentais e portadores de doenças transmissíveis por heranças*” (Medeiros, 1947, p. 46). Assim, não só defende como a situa em prática corrente no Brasil:

Não tenho a menor restrição a fazer ao meu entusiasmo de então! Se, na prática, os nazistas se utilizaram dessa lei para cometer o crime de esterilizar, sem a menor forma de julgamento, homens e mulheres sadios, somente porque eram judeus – isso foi um crime como tantos outros que eles cometeram na sua loucura racista. [...] Ela assusta e repugna à sentimentalidade brasileira, o que não impede que, na prática corrente, ginecologistas façam totais ablações de ovários sem a menor forma de processo, mas por simples decisão autônoma no ato operatório (Medeiros, 1947, p. 46).

A prática da esterilização compulsória parece ter sido comum, no Brasil, na época. Nas *Actas* (1931c), publicadas em 1931, encontramos, no relatório de uma reunião da *Secção de Cirurgia e Systema Nervoso*, a informação de que estavam obtendo resultados desejáveis a partir das esterilizações de mulheres alienadas com síndrome perversa pelo Dr. Álvaro Ramos, a conselho de Juliano Moreira²⁰.

Maurício de Medeiros (1947) ainda afirmava que, se não havia possibilidade moral como a aprovação de uma lei de esterilização no Brasil e não houvesse condições econômicas que permitissem ao Estado cuidar de crianças nascidas com deficiências orgânicas, seria um “suicídio nacional” abrir as portas indiscriminadamente para as “massas de desajustados”. Defendia a aplicação de questionários que constatassem informações sobre a situação psicossomática, antecedentes pessoais e hereditários, tarefa que os psiquiatras da LBHM, o Serviço Nacional de Doenças Mentais e o Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil poderiam assumir. Após suas considerações, encerra a palestra com uma última frase: “*Só assim*

²⁰ Segundo consta em Ata, Juliano Moreira estava de acordo com esse tipo de intervenção, desde que fossem sempre resolvidas mediante voto de uma comissão de especialistas (Actas, 1930c).

faremos do Brasil realmente ‘uma obra de arte da política’ (Medeiros, 1947, p. 50), frase também utilizada por Roquette-Pinto durante suas críticas às teorias deterministas raciais.

Os médicos, juristas, homens das letras etc. — que acreditavam na eugenia como uma ciência moderna — buscavam educar as massas, acabar com a delinquência, racionalizar a imigração, liquidar degenerados e consolidar uma política sanitária. Analisando o que é sistematizado, na ideia de modernizar o Brasil melhorando a raça, constatamos uma tentativa de aniquilação de uma parcela da população que tensionava as relações de exploração vigentes no Brasil. Podemos identificar a busca de instauração de uma nova forma de controle social para regulação de indivíduos que eram entendidos como entraves para a modernização, ordem e progresso do país.

Com a desagregação do sistema senhorial e todas as mudanças que daí decorreram, sem medidas que assegurassem a transição de um modelo de trabalho, pela escravização, por um regime de trabalho assalariado, o que se vê é uma busca de enquadramento da população pobre e negra (Nunes, S., 1988). Qualquer sinal de “desvio” acendia o alerta e era enquadrado como justificativa para a ação médica diante dos sujeitos que fossem ao encontro de suas regras e ideais eugênicos.

O final da Primeira República é conhecido por movimentos sociais diversos, que reivindicavam uma alteração nas condições sociais de suas vidas. Há um forte movimento operário, assim como de associações civis de negros, mulheres, etc. Tudo isso causava grande convulsão na cidade e colocava em cheque (sic) o poder do Estado. São frequentes, nesse período, trabalhos sobre a higiene de fábricas e operários, sobre a importância da educação popular, e a necessidade de organizar as famílias proletárias. A herança cultural trazida pelos negros, escravos, é uma preocupação constante. O desregramento dos hábitos e das paixões do povo, os aspectos degenerativos da raça brasileira, a falta de educação, moralidade e disciplina dessa população alarma bastante os médicos (Nunes, S., 1988, p. 66).

Concorrendo com a tese do branqueamento, havia a discussão de que a educação seria a saída para civilizar a nação e ultrapassar os problemas sociais do país, de modo que o brasileiro não seria um degenerado por sua constituição racial, mas porque lhe faltavam condições mínimas de higiene e educação. Havia uma proposta de pedagogia nacional de intervenção nos lares e nas escolas, pelas mães e pelas crianças, que possibilitaria civilizar os instintos e garantir um futuro feliz para a nação. Seria necessária uma hibridização entre público e privado, tomando a educação das crianças como chave de um discurso acerca da sexualidade, pois educar para civilizar era urgente.

A família parecia a menor unidade de organização política e havia um campo que tratava da pedagogia, que tinha um interesse pela organização familiar e que poderia ser o

discurso ideal para os entusiastas de uma prevenção da educação infantil: a psicanálise (Donzelot, 1980). As discussões sobre primitivismo, degeneração, ambiente familiar, sexo e educação contribuíram para o interesse acerca das ideias de Freud, pois pareciam o caminho de superar os costumes responsáveis pelo fracasso da nação, de corrigir vícios, taras e desvios de uma “classe débil” que deveria ser “reformada” para se modernizar e evoluir (Castro, 2015; Facchinetti, 2012; Facchinetti *et al.*, 2022; Russo, 2002b; Torquato; Rocha, 2016).

O debate girava na possibilidade de se criar uma identidade nacional, um projeto que estava presente nos debates políticos e médicos, desde o início do século XIX, tendo como grandes interlocutoras a medicina social, higiene, eugenia e agora, a psicanálise (Costa, 1989; Ponte, 1999; Schwarcz; Starling, 2018). Educar os instintos era tido como uma possibilidade de regenerar um povo indisciplinado e doente; a gerência sobre a infância e a sexualidade parecia o caminho de superar os costumes responsáveis pelo fracasso da nação e de proliferação de anomalias (Facchinetti *et al.*, 2022).

No capítulo que se segue, buscamos demonstrar de que modo as ideias da psicanálise emergiram no discurso da higiene e eugenia como uma ferramenta educativa e civilizatória. Com isso, pretendemos demonstrar seus lugares de absorção e marginalidade (Zaretsky, 2006), no jogo de discursos de prevenção social, dentro do quadro que estamos percorrendo de compreensão de formação de modos disciplinares brasileiros, diante de uma população marcada pelo trauma do sistema escravagista.

3. URGE EDUCAR AS MASSAS

3.1 Um instrumento moderno

Desde 1830, os psiquiatras lutavam para se impor como elemento necessário para a manutenção da ordem social com a criação dos hospícios. Com o início da República, a necessidade de reformulação dos asilos estava em pauta. Buscavam cumprir as suas funções terapêuticas e reforçar o papel e a importância dos psiquiatras sobre os alienados, discussões levadas a cabo por Teixeira Brandão, a fim de transformar o hospício em uma instituição hospitalar (Portocarrero, 2002). Criticavam a insuficiência e ineficácia dos hospícios, principalmente na questão das admissões, ponto de importância para a assistência ao alienado, reivindicando um novo estatuto jurídico, social e civil para os doentes mentais.

Teixeira Brandão discutia que a solução de tais problemas passaria pela presença especializada de um médico na família, na administração e na Justiça, denotando uma medicalização não só do hospício, mas de toda a sociedade. Para ele, seria necessária a criação de uma lei que regulamentasse a sequestração do alienado, sendo a psiquiatria a única capaz de legislar sobre o que seria ou não um ato arbitrário, diante do seu saber especializado, caráter que parecia necessário para uma recém-república diante dos valores da liberdade individual, oferecendo uma resposta à contradição de enclausurar um indivíduo.

Daí a exigência de que a incapacidade do louco seja cuidadosamente regulada pela psiquiatria, que dará ao alienado não somente o estatuto de doente mas também de menor, ao estabelecer que ele deve delegar sua vida a um elemento idôneo. Essa regulamentação deverá se apoiar numa lei nacional, evidentemente medicalizada (Portocarrero, 2002, p. 97).

Em 1903, é aprovada a Lei dos Alienados, que fez do hospício o lugar exclusivo de recebimento de loucos e a internação regulamentada pelos médicos. Estabeleceu-se, portanto, o poder central da psiquiatria no hospício e criou-se uma comissão dos estabelecimentos de alienados. Ou seja, há a separação dos hospícios das Santas Casas, legitimando sua estatização, o que, para os psiquiatras, significava o Estado garantir a segurança da sociedade em relação aos doentes mentais e anormais.

Juliano Moreira foi um personagem que lutou para o estabelecimento de uma Lei Federal que regulamentasse os manicômios, sendo Moreira nomeado para a direção do Hospício Nacional dos Alienados, naquele mesmo ano. Assim, de acordo com Vera

Portocarrero (2002), as investidas para psiquiatrização ganham força com Juliano Moreira, que trabalhava para instaurar um modelo assistencial, no qual a intervenção médica fosse homogênea, instituindo um controle centralizador e protocolar de condutas, em relação aos indivíduos que ameaçassem a ordem disciplinar social. Nesse contexto, o saber classificatório é entendido como imprescindível para um tratamento uniforme, delimitando-se como instrumento médico-científico voltado para um maior controle da população e da saúde. O entendimento dos psiquiatras brasileiros, nessa época, era que deveria haver uma definição mais precisa da alienação mental para que a relação entre medicina mental e legislação se fortalecesse. Esse panorama provocava um maior debate sobre a loucura e os tipos desviantes, no esforço de constituir a psiquiatria como saber especializado.

Juliano Moreira aparece, para seus contemporâneos, como aquele que conseguiu fazer corresponder a teoria à prática. A partir de Juliano Moreira as questões de cunho científico - como conceito de doença mental, critérios de classificação, embasamento médico e terapêutico etc. - começam a ser debatidas e, sobretudo, trazidas tanto quanto possível para a prática psiquiátrica, agora com a preocupação de investir na criação de um novo sistema de assistência ao alienado, que esteja mais de acordo com o programa de ordenação social do governo Rodrigues Alves (Portocarrero, 2002, p. 100).

Nessa nova estratégia de governo, estavam as políticas de urbanização das cidades e os projetos sanitários. A autora comenta sobre como as problemáticas, levadas a cabo pelo poder psiquiátrico, eram compreendidas como empecilhos para a implementação de um Estado, onde a exploração de pessoas escravizadas não era mais a principal fonte de mão-de-obra:

Essa extensão ao campo da saúde mental corresponde ao projeto de normalização e medicalização da sociedade - função que a psiquiatria se atribui desde o século XIX, por causa de seu conhecimento médico, capaz de esmerilhar os problemas da alienação e os debates sobre medidas práticas de combate às doenças, à falta de higiene, ao grande contingente de improdutivos e à alta taxa de criminalidade. Tais problemas surgiram como empecilhos para a implantação de um projeto de Estado mais forte, ou seja, com maior poder disciplinar, que viesse a responder às exigências do modo de produção capitalista iniciado com a República, em que o trabalho é assalariado e não mais proveniente da mão-de-obra escrava (Portocarrero, 2002, p. 101).

A característica observada, a partir de Juliano Moreira, é de uma descontinuidade, em que o modelo assistencial não irá se restringir ao espaço asilar, mas será estendido às outras instâncias sociais como a família, a escola, o exército etc. Assim, a medicina mental irá funcionar como um projeto de medicina social que pretende penetrar em toda a sociedade, a partir da compreensão de que há um perigo urbano que demanda uma tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos desordeiros. No início do século XX, a psiquiatria procura atender

às necessidades de um sistema de assistência amplo e oferece tratamento para os tipos de anormalidade, marcando uma descontinuidade em relação ao século XIX. A busca de medidas que garantissem aos alienados uma regulação da assistência recebida, atribuía ao governo a responsabilidade de oferecer meios para que a sociedade superasse tal “entrave” social. Uma das medidas tomadas foram as campanhas pela profilaxia, nas quais também podem ser encontradas críticas ao Estado. Tais propostas de implementação, segundo Vera Portocarrero (2002), fazem parte do que Foucault irá chamar de “biopolítica da população”.

A recepção das ideias da psicanálise deve ser situada no contexto de demonstração de poder e de intervenção que a medicina social vinha exercendo, no Brasil, desde a segunda metade do século XIX, que ecoavam linhas de uma história de ordem médica disparadas, no Brasil, a partir da transferência da sede do império colonial português para o Brasil (Ponte, 1999). Adentrando às primeiras décadas do século XX, os debates acerca do projeto de nação estavam intensos. Com o país recém-saído da economia escravista, o Brasil discutia a cidadania ao mesmo tempo em que produzia teorias que desqualificavam um contingente populacional que era compreendido como entrave para o desenvolvimento do país. De acordo com Engel (2001), o bojo da especialização médica se dava na cidade do Rio, que era o centro político, administrativo e cultural, ao mesmo tempo em que levava uma série de tensões e conflitos que escapavam dos instrumentos e das estratégias de disciplinarização. O debate central era o aprimoramento da raça, que era matizado por concepções mais retrógradas de constituição de uma nova raça até as que argumentavam em favor de maior intervenção do Estado, para que fossem fornecidas saúde e educação (Ponte, 1999).

Também na primeira metade do século XX, as discussões em torno da questão sexual ganhavam espaço, sendo o sexo, seus desvios e sua higienização, objeto de teses de doutorado nas escolas médicas. Começava a emergir o campo da educação sexual e um conjunto de forças voltou-se para o problema da pedagogização do sexo, sobretudo o sexo da criança (Santos, 2010). Havia um interesse pela preservação da espécie que estaria assegurada mediante a educação sexual (Mokrejs, 1989), que seguia uma ideia de que a suposta inferioridade do brasileiro, suas misturas e complexos deveriam ser recalçados para que fosse possível atingir a modernização brasileira (Russo, 2002b). A ideia era que a prevenção, sendo realizada desde a infância, possibilitaria evoluir de um primitivismo para um patamar de civilização pelo processo de sublimação, em que se reorientariam os impulsos sexuais, considerados como desvios de metas sexuais, para metas mais valorizadas socialmente, em prol de fins civilizatórios (Facchinetti, 2012).

Para Richard Miskolci, o projeto de “melhoria da raça” estava atrelado ao discurso do controle sexual ou o que ele chama de “*agenciamento do desejo*”, em que saberes hegemônicos criaram e atualizaram modos de disciplinamento. Na recém-república, parecia que deveria se fazer valer o poder médico, no qual a sua força estaria articulada à expansão do poder do Estado, em que os degenerados eram compreendidos, a partir dos desvios de controle da sexualidade, diante da construção nacional (Miskolci, 2012). Nesse sentido, Santos (2010) comenta que o discurso psiquiátrico da degenerescência compreendia a hiperexcitabilidade sexual vinculada à miscigenação como marca da brasilidade, de modo que procurava justificar seus projetos de intervenções higiênicas e eugênicas no plano político da construção da modernidade. Assim, a temática em torno da sexualidade foi definida pelas políticas de higiene, que tinham como alvo a eliminação do caráter pulsional e excessivo da raça brasileira (Torquato, 2014).

Com isso, abriram-se debates políticos de como prevenir o que consideravam como degradação social, dando a tônica para o projeto educativo sexual, que emergiu entre os saberes médicos, a educação e a psicologia (Castro, 2014; Oliveira, 2012; Facchinetti, 2012). Carmen Lucia Oliveira afirma que muitos psiquiatras apostavam nas ideias vindas do campo psicanalítico como uma forma de intervir na educação sexual que alcançaria, ao mesmo tempo, as esferas privadas e públicas e que poderia auxiliar no processo de enobrecimento e construção de uma nação.

Essa geração de médicos tem como missão o estabelecimento de medidas profiláticas com vistas a corrigir os “defeitos”, garantir uma “procriação sadia” e formar uma “boa geração” de brasileiros, capaz de “enobrecer” o futuro da nação. E muitos são os adeptos das teses freudianas que veem nessa proposição médica, que investe na esfera da vida privada da família, um lugar nobre para a tal psicanálise pansexualista pois para eles ela traz uma contribuição de valor científico, portanto positivo, que pode ser traduzido em um programa preventivo de educação sexual endereçado não só aos pais, mas também às crianças e aos educadores. Para ser mais precisa, eles veem nessa concepção ao mesmo tempo sociológica e pedagógica da Saúde Mental uma aproximação com a pedagogia pelos pressupostos psicanalíticos. Alguns vão mesmo fazer dessa via a primeira estratégia de implantação da psicanálise no Brasil. E com isso amargar o primeiro fracasso dessa disciplina no país (Oliveira, 2012, p. 138-139).

As ideias de Freud chegavam em um momento em que a educação mobilizava os debates intelectuais e a administração republicana, já que a tônica era de que a “ignorância” do povo brasileiro era uma das bases das doenças e do atraso da sociedade, em relação ao mundo dito civilizado. Havia no âmbito educacional uma busca por um *movimento renovador*, suficientemente heterogêneo, que comportava as mais diversas teorias, sendo as ideias de Freud uma delas, por colocar a criança no foco dos debates (Oliveira, 2012). Com isso, as ideias da psicanálise ofereciam uma reinterpretação de problemas nacionais, reforçando uma perspectiva

individualizadora de problemas sociais, deixando a discussão ir, no máximo, nos limites do círculo familiar (Mendonça, 2006).

Acerca da educação sexual, a visão partilhada pelos higienistas da época era a concepção da criança como “entidade físico-moral amorfa”, sendo possível proporcionar a instalação de bons hábitos, tendo a tônica de um sinônimo de disciplina e domesticação. Nessa medida, a psicanálise não aparece como uma saída que rompia com ideais deterministas, mas as renovava (Costa, 1989; Torquato, 2014). O interesse pelas crianças descortinava um passo na criação de adultos disciplinados à ordem, sendo utilizadas como instrumento de poder contra os pais e em favor do Estado.

Em “*Os Anormais*” Foucault comenta sobre a generalização da psiquiatria que se deu a partir da tomada da infância como mira de sua ação, momento em que a infância ou a infantilidade se tornou o filtro de análise dos comportamentos. Desse modo, Foucault (1975) chamava a atenção para o fato de que, para ser ‘psiquiatrizável’, bastaria que as condutas fossem portadoras de vestígios de infantilidade, sendo campo de ação, para psiquiatria, as condutas infantis que fossem capazes de fixar, deter a conduta do adulto e se reproduzir e, inversamente, condutas de adultos que pudessem carregar traços de infantilidade.

No caso brasileiro, Santos (2010) aponta que a sexualidade infantil foi o núcleo pelo qual as ideias de Freud foram assimiladas pelos discursos higiênico e eugênico, de modo que a leitura freudiana sobre o desenvolvimento psicosssexual esteve centrada no embasamento de normalização das condutas. A autora ressalta que, apesar da produção de Freud acerca da sexualidade perverso-polimorfa, pedra angular para a crítica ao discurso da degenerescência, sua tese foi assimilada como justificativa para uma profilaxia sexual.

Colocando a infância como foco de análise e levando em consideração tais leituras da psicanálise, os psiquiatras abordavam os problemas do sistema educacional como falhos, a partir da crítica do ensino pela repressão. A ferramenta psicanalítica, nas suas concepções, poderia abrir caminhos que mostrassem novos rumos para a observação dos professores, auxiliando a formação de “bons hábitos” para construção de “homens normais”: os brasileiros úteis ao país. Criticando a repressão dos impulsos, afirmavam ser possível atingir um grau de civilização pela educação; penetrando nas escolas e no seio familiar, a normalização das condutas buscava a formação de uma identidade nacional.

Eles apostariam na obtenção de uma “identidade do brasileiro” através da afirmação do particular: a solução seria civilizar o primitivismo individual e interiorizado (o Id), evitando teorias sobre o caráter do brasileiro que nos tornasse inviáveis como nação moderna. Embora utilizassem muitas vezes vocábulos advindos da leitura dos textos de Freud, estes atores produziram as mais variadas significações em consonância com

o discurso que visava legitimar, apoiados muitas vezes também em pressupostos da higiene mental e da eugenia (Castro, 2014, p. 125).

Com o debate sobre a construção do Estado nacional, carregando preocupações diante das questões sexuais, as ideias de Freud foram recebidas como possibilidade de um esforço educativo e civilizador, que possibilitaria “*expungir a feição excessiva, degenerada e desregrada da formação racial nacional, buscando um novo lugar, mais moderno e sadio*” (Torquato, 2014, p. 18). Desse modo, considerando os discursos sobre o excesso sexual, concordamos com a autora quando afirma que um dos objetivos centrais de política higienista passava pela preocupação perante o negro como fator primordial de degeneração do povo brasileiro, sendo as teorias da psicanálise uma ferramenta para a superação destes impasses.

Temos também outro fator a considerar. Se Costa (2006) apontou que a ideia de eugenia não era inédita na LBHM e já precedia suas formulações, podemos suspeitar que, de algum modo, tais formulações sobre o uso da psicanálise poderiam ser precedidas por momentos anteriores, já que, desde a década de 1910, era difundida entre intelectuais brasileiros, dentro das instituições (Venâncio; Carvalho, 2005).

A primeira tese sobre psicanálise foi publicada em 1915, por Genserico de S. Pinto, na qual narrava ao menos cinco casos de sujeitos tratados por ele e Juliano Moreira, denotando a aplicação clínica das ideias da psicanálise por Juliano, apesar de não parecer ter ‘*constituído uma clínica propriamente psicanalítica*’, se tratando mais de uma “ferramenta” de saberes da Europa (Venâncio; Carvalho, 2005, p. 73). A tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sob o título “*Da Psicanalise (a sexualidade das nevroses)*” é uma sumária apresentação da evolução das ideias freudianas que, de forma geral, apresentava-se “*bastante correta*” (Dunker, 2014, p. 26). Apoiada no trabalho do francês Regis, apresentava uma teoria da sexualidade e um método para o tratamento das psiconeuroses e neuroses atuais²¹.

Analisando a tese de Genserico, Dunker (2014) chama atenção para o fato de o conceito de inconsciente parecer menos significativo que o de sexualidade, de forma que o problema da etiologia sexual das neuroses aparecia de modo impactante na psiquiatria brasileira. Dessa forma, isso imprimiu um entendimento diferente, acerca do discurso da psicanálise no Brasil:

A nossa tendência a definir a psicanálise como uma forma de tratamento de sintomas gerados pela vida psíquica baseados no recalçamento e na deformação da história individual aparecem aqui em um equilíbrio notável e em uma concorrência *pari passu* com a psicanálise como uma espécie de discurso de transformação das práticas

²¹ Dunker (2014) chama atenção para o fato de que à época ainda não tinham sido formuladas as considerações sobre pulsão de morte, as implicações acerca da teoria do narcisismo e as consequências de uma clínica das psicoses.

sexuais e de correção dos laços sociais que se lhe interpenetram (Dunker, 2014, p. 29).

Apesar de as ideias freudianas serem apresentadas de forma sinteticamente razoável na tese de Genserico, no final do trabalho, adquirem uma forte tendência terapêutica que, inspirada na psicanálise, imprime de um moralismo sexológico distante do que se encontrava nos textos freudianos (Dunker, 2014). Além disso, era criado espaço para reeducação médica de costumes, na qual o valor etiológico da sexualidade adquiria papel fundamental. Dez anos depois, em 1920, Franco da Rocha publicou “*A doutrina pansexualista de Freud*”, que marcou as ideias freudianas na cidade de São Paulo, que se baseava em suas aulas e conferências da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Após críticas recebidas pelo termo “pansexualista”, e por influência de Durval Marcondes, republica-o em 1930 sob o título “*A doutrina de Freud*”²² (Torquato, 2014).

As ideias de Freud aparecem como ferramenta de enquadramento e diagnóstico de doenças mentais para uma direção do tratamento mais ampliado de toda a sociedade (Castro, 2014; Torquato, 2014). A leitura produzida, a partir de *O Eu e o Isso (1923)*, identificou o brasileiro como um “Id primitivo” que deveria passar por uma adaptação ao meio para formar um Eu, contribuindo para a civilização e adequação aos ideais civilizatórios. Como bem apontado por Castro (2014), essa ideia oferecia a possibilidade de interpretar antigos obstáculos políticos, econômicos e sociais como fenômenos psíquicos inconscientes, bastando, então, promover uma educação moral e sexual.

Outra leitura que baseava os psiquiatras da época era a obra *Totem e Tabu (1913 [1912])*, na qual as formulações de Freud sobre horda primitiva²³ e a morte do pai totêmico, que, no ensaio, dão ensejo para as considerações sobre totemismo, exogamia e proibição do incesto, foram tomadas pelos psiquiatras brasileiros para considerar que o inconsciente do homem brasileiro, sua anatomia e fisiologia não teriam mudado o suficiente no processo civilizatório, o que assemelhava os brasileiros a uma horda primitiva que demandava intervenção (Torquato, 2014). Mais uma vez, lembramos aqui que a massa a ser educada, era uma massa de maioria de

²²Esta mudança faz parte do cenário de fracasso de expansão das ideias da psicanálise no campo da educação. Com o novo título, Marcondes procurava evacuar do seu discurso os aspectos sexuais discutidos pela psicanálise (Oliveira, C.L. 2002).

²³ Para pensar na teoria da horda primitiva, no incesto e no complexo de Édipo, Freud se refere às teorias evolucionistas de Lamarck e Darwin. A partir disso, promove uma antropologia freudiana naturalizante e universalista, que será discutida pela antropologia social e cultural, que contesta a validade do Édipo, especialmente a partir de Malinowski, que será uma base de pensamento para Wilhelm Reich (Gabarron-Garcia, 2022).

pessoas não brancas, o que requer que essas considerações sejam compreendidas a partir do panorama das tensões de relações raciais da época:

Nosso primitivismo, marcado pela herança afro e indígena, era tomado como o excesso de paixões, instintivo, contrário ao controle esperado para a afirmação de um estado nacional moderno e civilizado. Nesse momento, a psiquiatria apresenta-se como um saber que poderia auxiliar sobremaneira esse projeto educativo e civilizatório do povo brasileiro. O discurso psicanalítico ia gradativamente se inscrevendo nesse movimento eugênico que se alastrou pelo país (Torquato, 2014, p. 15).

As ideias da psicanálise foram entendidas como o que poderia possibilitar essa educação de um povo débil, fruto de sua miscigenação, superando as características que supostamente faziam do brasileiro um povo primitivo e incapaz de produzir civilização (Castro, 2014; Torquato, 2014).

A psicanálise, assim, oferecia uma nova ferramenta para antigos problemas: se a sexualidade excessiva, a preguiça, a falta de iniciativa, eram atribuídas aos brasileiros como provas de seu primitivismo, com a psicanálise passava-se a poder pensá-los como marcados pelo inconsciente em seu aspecto mais primitivo (como Freud vai, na teoria acerca do Id, circunscrevê-lo), uma vez que até mesmo os povos mais desenvolvidos haviam passado por esta fase primitiva. Caberia introduzir, por meio de ideais, a possibilidade de educá-lo (Castro, 2014, p. 134).

Essa compreensão de que o Brasil tinha uma massa primitiva incapaz de controlar os impulsos, identificava essa mesma massa como a responsável pela degeneração do país, devido ao comportamento “anormal”. Para uma transformação no sentido civilizatório, caberia uma mudança vinda do Estado e da elite: as ações do Estado deveriam se responsabilizar e corrigir males que afligiam a população; às elites, caberia intervir na legislação e administração do país, por meio da capacidade profissional, científica, intelectual e moral, a qual a política não conseguisse alcançar. Logo, eles identificaram, segundo Castro (2014), a necessidade de formar uma “verdadeira elite” alicerçada na psicanálise, como ciência moderna, neutra e científica que deveria estimular um “id primitivo” brasileiro pelo sentimento de multidão.

"Psicologia das massas e análise do eu" (1921) foi o texto que utilizaram para pensar o comportamento de grupo. Para eles, a autoridade que lideraria o grupo e governaria sua força seria a ferramenta civilizadora: a psicanálise. A partir dessa compreensão, os conceitos psicanalíticos eram entendidos como possíveis de auxiliar a *“psiquiatria na identificação dos sentimentos característicos para a criação da alma coletiva brasileira”* (Castro, 2014, p. 141). A ideia era erradicar obstáculos pela criação de uma identidade nacional; regenerar a população e definir novos hábitos de acordo com uma moral moderna.

Para isso, se referenciavam com “*Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna*” (1908), discutindo a modernidade e os efeitos da repressão exercida pela moral sexual moderna, na causação de neuroses (Torquato, 2014). Castro (2014) aponta uma mudança de perspectiva do próprio Freud em relação às suas discussões presentes nesse texto quando lança, em 1930, a obra “*O Mal-estar na civilização*”:

Como vimos, no ensaio de 1908 Freud ainda acreditava que o desamparo do sujeito em relação às pressões constantes da civilização poderia ser tratado pela psicanálise, isto é, poderia haver uma harmonia a ser conquistada entre os dois polos de opostos (sujeito e civilização) pela mediação da psicanálise. Entretanto, no *Mal-estar da civilização* essa crença se mostrou insustentável, pois a relação conflitante entre a pulsão do sujeito e a civilização seria de ordem estrutural, isto é, o conflito não seria jamais ultrapassável (Castro, 2014, p. 146-147).

Entretanto, os psiquiatras brasileiros desconsideravam a mudança de perspectiva. a partir do caráter pulsional e definiam o primado das funções acerca de uma finalidade biológica de conversação do indivíduo e da espécie. A psicanálise parecia oferecer as ferramentas para a compreensão das questões individuais, de forma a apontar caminhos para a superação de uma moral atrasada, que auxiliariam na educação dos impulsos sexuais e na sublimação dos impulsos reprimidos. A moral sexual deveria ser um complemento do ensino escolar, pois a educação sexual era uma proposição da psiquiatria para que se valorizasse o coletivo em detrimento do individual, pressupondo uma procriação segura e consciente que asseguraria bons frutos para a geração seguinte (Castro, 2014). Assim, vemos as ideias da psicanálise serem assimiladas à psiquiatria, utilizadas para se pensar a construção de uma identidade nacional marcada pelas ideias de regeneração, sublimação, civilização, modernização e eugeniação (Ponte, 1999).

É justamente nesse ponto de amálgama que une psicanálise, pedagogia e eugenismo que a sexualidade se apresenta aos médicos da época como ponto nevrálgico de intervenção: no plano biológico seria preciso pensar em formas de cruzamentos adequados para melhorar a raça; no plano moral, seria preciso educar o povo quanto aos hábitos e comportamentos condizentes aos de uma vida sadia (Torquato, 2014, p. 35).

Na vontade de modernizar, os médicos e educadores buscavam contribuir para a prevenção das doenças no âmbito da higiene mental e racial, que exterminasse qualquer tipo de resistência do povo brasileiro, seja ele quilombola, negro, indígenas, mulheres, homossexuais e qualquer um que não cedesse à domesticação perpetrada pela biopolítica. As ideias da psicanálise foram assimiladas como uma possibilidade de ferramenta para a construção de uma identidade nacional, que civilizasse uma massa a ser educada por uma pedagogia moral. A

subjetividade a ser forjada, ao indivíduo adaptado, era o “*branco, puritano, xenófobo, racista, chauvinista, antiliberal*” (Torquato, 2014, p. 84). Apresentaremos aqui, algumas formulações presentes nos *Archivos* em que as ideias freudianas aparecem como tecnologia dos instintos e ferramenta a ser utilizada nos projetos eugênicos.

3.2 Focos de intervenção: escola e família

Desde a fundação da LBHM, a preocupação com a infância fazia parte do seu programa, ilustrada pela temática da sua “*Secção de Puericultura e Higiene infantil*” com integrantes de altos cargos de serviços médicos. Em “*Higiene mental e educação*” (Fontenelle, 1925), encontramos a defesa de que a educação sexual deveria ser resolvida pelos pais de modo simples: ou respondiam às inevitáveis perguntas dos filhos ou deixariam para que pessoas descuidadas o fizessem. Desse modo, situavam a necessidade de ser exercida a educação sexual nos lares, o que era evidenciado também a partir da discussão sobre a importância de considerar a aplicação de tal educação, desde os primeiros anos de vida da criança, momento crucial de preparação individual para a vida futura e de combate ao *nervosismo*.

Segundo Fontenelle (1925), deveria ser estabelecido certo cuidado com o assunto, pois a psiquiatria moderna esclarecia o grande efeito mental da viciosa apresentação de assuntos sexuais às mentalidades ainda em formação, com estudos relatados por William Healy²⁴ sobre delinquência juvenil. Apresentava a ideia de cuidar da saúde das crianças nas escolas, isto é, fazer a educação higiênica e examinar sistematicamente o corpo e o espírito para corrigir os defeitos e desvios. Partindo do pressuposto de que a criança já seria um produto mais ou menos acabado por volta dos 6 anos — idade em que os casos de deficiência mental se originariam e já seriam reconhecíveis — defendia que questões de saúde física e mental demandavam que esses cuidados começassem antes do período escolar.

Ernani Lopes (1925b) também compartilhava da ideia de que a higiene mental deveria começar logo após o nascimento da criança, devendo ter uma atenção particular com a idade de três anos, fase em que se delinearía a personalidade e momento em que as infrações de higiene mental incorreriam em perniciosas repercussões sobre o psiquismo adulto. Dessa forma, o período pré-escolar (a fase dos seis primeiros anos) aparecia como de grande importância para a formação de bons hábitos mentais e a fase propriamente escolar era a que

²⁴ William Healy (1869 – 1963) foi um psiquiatra e criminologista que criou a primeira clínica de orientação infantil nos Estados Unidos, em 1909. Um dos fundadores da American Orthopsychiatric, auxiliou na introdução das ideias de Freud no contexto americano. Disponível em pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/6389674/.

mais fornecia casos de crianças anormais, estando mais acessíveis aos médicos. Henrique Roxo (1925b) também apostava na ação de profilaxia nas escolas como alternativa às propagandas por meio de discursos, conselhos e até mesmo hipnotismo, mas já comentava de sua ineficácia diante dos casos de alcoolismo: “*Lembro-me de um que era diariamente hypnotizado por um dos nossos mais hábeis especialistas no assumpto e de que uma feita fora encontrado, pouco depois da hypnose, a sorver cálices de Paraty no armazém do lado*” (Roxo, 1925b, p. 3-4). Roxo concordava com Juliano Moreira de que o melhor meio de profilaxia era junto às crianças escolares.

Essas preocupações e formulações sobre a educação nas escolas estão presentes nas duas primeiras edições dos *Archivos*. Gostaríamos de chamar a atenção, neste momento, para a *Mudança do Estatuto*, ocorrida durante a pausa entre 1925 e 1929.

Para Schwarcz e Starling (2018), ao fim da década de 1920, a Primeira República parecia ter um legado ambivalente. Se, por um lado, ficaria uma lembrança de um avanço de urbanização e industrialização; por outro, ela significou um período de repressões, aplicações de medidas racistas, tentativa de extermínio do povo pobre e falcaturas políticas. Permanecia a tensão entre as classes, que não só se manifestavam em revoltas, mas também em protestos com campanhas públicas, abaixo-assinados e protestos. Nesse contexto, os políticos e intelectuais começaram a construir uma visão de futuro em que seria possível a constituição de uma realidade social, moral e política moderna: o Estado Novo. Para isso, também se empenhavam em criar uma identidade nacional:

De todo modo, se o país começou a República encantado com a modernidade, terminou seus anos 1920 entre angustiado e ansioso para conhecer certa “brasilidade”, rever seu passado e projetar um novo futuro. Já disse o crítico Roberto Schwarcz que no país tudo parece “recomeçar do zero”, e que por aqui o nacional se constrói por subtração. Ou seja, cada contexto cria novas formas de imaginar o país e tenta negar o que existia até então. Contudo, parecia ter chegado a hora de buscar modelos de identidade nacional, construídos a partir do sementeiro da especificidade: a até então surrada mestiçagem que de biológica fica cultura (Schwarcz; Starling 2018, p. 350).

Nesse espírito, acontecia a reforma do estatuto da LBHM, uma “nova fase”, em que vemos uma modificação sobre a consecução dos seus objetivos, nos quais passa a aparecer a psicanálise:

h) instalar mostruários de peças anatômicas e de graphics, cartazes e impressos, mostrando ao publico os malefícios do alcoolismo, da syphilis e de outros factores de psychopathia; i) organizar um archivo tão completo quanto possivel sobre questões de hygiene mental; j) instalar ambulatórios gratuitos para psychopaths e entrar em entendimento com outras instituições, para consecução dos objetivos da Hygiene mental; k) estudar e por em pratica os melhores processos para fazer a orientação e

seleção profissionais; l) promover o estudo e desenvolvimento dos novos processos da *psychologia aplicada* e da *psychanalyse* (Estatutos, 1929, p. 40).

Também é criada uma seção de estudos, que é redefinida para responder a algumas críticas, a partir da incorporação de um maior número de técnicos (Actas, 1930f). A primeira formação da “*XII Secção – Psychologia Applicada e Psychanalyse*” foi composta por: Dr. Manoel Bomfim (presidente e professor catedrático de Psicologia da Escola Normal); Prof. C. A. Baker (vice-presidente e professor de Metodologia no Colégio Baptista); Professora Nicolar Cortat Frossard (secretária e professora municipal), Maria Brasília Leme Lopes (secretária e professora do Instituto Benjamim Constant) e Idalina de Abreu Fialho (secretária membro da Associação Brasileira de Educação - ABE). Como se pode notar, a partir dos próprios participantes dessa seção de estudos, havia uma aproximação entre a área da educação, da psicanálise e psicologia (Castro, 2014), principalmente a partir dos setores públicos.

Gostaríamos de fazer uma pequena digressão para tecer alguns comentários sobre Manoel Bomfim (1868-1932), um sergipano, filho de um comerciante bem-sucedido de Aracaju. Estudou medicina em Salvador e, em 1888, se mudou para o Rio de Janeiro, onde se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese “*Das Nephrytes*” (Santana, 2018). Em 1902, estudou psicologia experimental, em Paris.

Situado no contexto de fim de Império e início de República, o grupo geracional do qual Bomfim fazia parte rejeitava os cânones de se adotar princípios científicos com o objetivo de entender e corrigir o país (Oliveira, 2015).

Bomfim, trabalhou com o método de interpretação crítica, aliás recurso que utilizou ao longo de sua trajetória intelectual, colocando em evidência as torpezas de alguns educadores, resgatando o seu pensamento em prol da formação do cidadão. Tendo ficado ocultado todo um trabalho tecido ao longo da história do Brasil, questionando o ensino livresco, dogmático e artificial e mostrando a contradição da escola que se dizia nova que se utilizava de concepções de muitos pedagogos da educação nova, centrada no indivíduo, seus interesses, sua espontaneidade, negligenciando os aspectos sociais e políticos da educação no qual se transformou esse movimento (Santana, 2018, p. 4).

Apesar de ser possível encontrar nas suas produções uma tentativa de explicar um atraso do país, sua marca diferencial, para as nossas análises, é que não defendia que a objetividade de formulações científicas partisse de uma neutralidade e imparcialidade diante dos fatos (Gontijo, 2003). Bomfim esteve na França²⁵ entre 1902 e 1903 e, inspirado na leitura de Walter

²⁵ Manoel Bomfim (1868-1932), na viagem para Paris, desenvolveu estudos de Psicologia, onde estudou com George Duma e Alfred Binet, com quem planejou a instalação do primeiro Laboratório de Psicologia no Brasil, em 1906.

Bagehot, publicou “*A América Latina*”, em 1905, como uma crítica às explicações hegemônicas da época que atribuíam os males do Brasil e de países da América Latina às “raças inferiores” (Oliveira, 2015). Bomfim combatia as ideias racistas, “*segundo as quais a inferioridade do país se deveria a fatores raciais, contesta e centra sua explicação no conceito de parasitismo social*” (Santana, 2018, p. 4). Nessa operação, Bomfim colocou em discussão a exploração colonial, a partir da ideia de *parasitismo*, conceito da botânica e da biologia que irá ser trabalhado por Bomfim para compreender “*apropriação de riquezas produzidas pelos índios e africanos. Os parasitas na colonização foram o clero e os agentes da administração colonial*” (Oliveira, 2015, p. 779) que se mantinham durante a mudança dos regimes políticos.

Com a publicação de “*O Brasil nação*”, de 1931, o autor apontou um outro caminho: revolução contra a classe dirigente e que uma classe que até então não havia ocupado esse lugar instaurasse um novo regime de valores (Oliveira, 2015). Bomfim não abandonou sua visão missionária e se somou a intelectuais que apostavam no campo da educação, defendendo a implantação de um ensino popular como eixo de modernização do país. O nome de Manoel Bomfim parece esquecido na historiografia, mas vem sendo recuperado diante de interesses de compreensão de continuidades de impasses sociais, que ainda enfrentamos:

A “redescoberta” de Manoel Bomfim no cenário do pensamento social brasileiro deu-se, principalmente, devido às pesquisas acadêmicas realizadas, sobretudo, nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Possivelmente, a necessidade de se compreender os atuais fenômenos sociais da sociedade contemporânea, à luz de ressignificações de conceitos de termos, tais como, “cultura”, “identidade”, “multiculturalismo”, “nacionalismo”, “xenofobia”, “cidadania” “preconceito”, “raça”, “nacionalismo”, “globalização”, entre outros, tenha criado espaços para se revisitar os intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX (Negromonte; Sobral, 2019, p. 46).

Chama-nos atenção que não encontramos muitos registros acerca de Bomfim na LBHM, mas isso pode ser um sintoma do fato de que, apesar da sua vinculação, ao que parece, Bomfim manteve um distanciamento crítico em relação ao campo intelectual dos médicos ‘missionários do progresso’ (Aguiar, 2000; Oliveira, 2015). Outra possibilidade é que, nos *Archivos*, as tensões existentes ficaram de fora deste material, sendo necessário verificar até onde houve algum debate do autor com o campo psicanalítico. Tais interesses demonstram que a perpetuação das suas formulações, apesar da tentativa de fazê-lo esquecido e apagado, prova a força das suas ideias (Negromonte; Sobral, 2019).

Voltando à reformulação do estatuto, vemos a presença das ideias da psicanálise dentro dos programas e estudos, na experiência da LBHM. Em 1928, Porto-Carrero²⁶ acentuava que a ciência de Freud era debatida entre os intelectuais brasileiros, sendo realizado, por exemplo, um curso sobre psicanálise e educação, realizado pela Associação Brasileira de Educação. Nos *Archivos*, pode ser vista uma intensa tentativa de interlocução entre diferentes instituições da época que, dentro dos seus campos de saber, estavam preocupadas com assuntos sobre educação, saúde e técnicas diante de uma massa a ser educada, eugenizada e moralizada.

Quer se tratasse da educação “escolar”, “técnica” ou “cívica”, quer se tratasse da educação “sanitária” brandida pela onipresente higiene (física e mental) e pelo movimento sanitário, quase todas as preocupações convergiam para os mecanismos de transformação dos sujeitos e das populações que pudessem fazer confluir os esforços civilizatórios na construção da nação “moderna” – que a todos tão distante se afigurava. Na história das instituições nacionais, não só avultam as dedicadas explicitamente à infância e à educação nos anos 1920 e 1930, como é difícil discernir as fronteiras entre a educação, a higiene, a psiquiatria e a psicanálise (Duarte, 2014, p. 13).

As relações entre a psicanálise e os educadores apresentam alguns pontos curiosos quando contrastados com o que é descrito nos *Archivos*. Abrão (2006) comenta que, inicialmente, a psicanálise esteve presente na educação brasileira de duas formas: pela divulgação de informações teóricas dos conceitos psicanalíticos, descrevendo o desenvolvimento infantil e pelo desenvolvimento de cursos para educadores; e, posteriormente, pela criação da assistência ao escolar, diante de problemas de aprendizagem ou comportamento, que se dava nas clínicas de orientação infantil. A primeira fase teria se estendido do início da década de 1920 aos meados da década de 1930; a segunda fase, a partir de 1935 até aproximadamente 1950.

Oliveira (2012) ressalta que existiu um distanciamento²⁷ dos educadores, em relação às ideias da psicanálise, entre 1928 e 1930. O fracasso na oferta de curso oferecido por Porto-Carrero e Deodato sobre psicanálise aplicada à educação, já apresentou um sinal desse recuo. O curso, porém, aparece nos *Archivos* sob o discurso de que, no meio dos educadores, as ideias

²⁶ A esta altura já apresentado como ‘*illustre psicanalista*’ na referida Ata. Facchinetti (2001) afirma que qualquer médico que se interessasse pelos assuntos relacionados à sexualidade era entendido pelos pares como psicanalista.

²⁷ Oliveira, C.L. (2002) dá o exemplo de Renato Jardim como um dos educadores que se distanciou dos postulados da psicanálise. Em primeiro momento, entusiasmado com as teses freudianas, integrou a Revista Brasileira de Psicanálise, em 1928. Ao ser convidado para um ciclo de conferência junto a Porto-Carrero e Deodato Moraes, ele apresentou reservas à teoria e gera polêmicas. As críticas foram retomadas e aprofundadas, em 1931, com a publicação do seu livro “*Psychoanalyse e educação*”, o que levou, no clima de muitas críticas e polêmicas circulante na época, o movimento de implementação da psicanálise a um impasse.

psicanalíticas estavam na ordem do dia, como se não houvesse aparecimento de conflito entre as duas áreas.

Porto-Carrero, grande expoente das ideias freudianas, defendia a eugenia e higiene como bandeiras de uma regeneração racial e se empenhava para conferir à psicanálise um valor de método de investigação diagnóstica que auxiliasse na restauração e manutenção de ordem moral e social, de modo a contribuir junto aos processos de educação (Torquato; Rocha, 2016). Assim, Porto-Carrero não renunciava do seu ideal eugênico quando entrava em contato com as teorias da psicanálise, incorporando-a aos valores da psiquiatria da época e utilizando seu arcabouço teórico para fundamentar uma atitude profilática na educação. De modo que, no trabalho com crianças por meio de propostas preventivas, lhe parecia necessário que educadores entendessem, com maior exatidão, os efeitos das práticas pedagógicas sobre os alunos, levando em conta o conceito de *transferência* na relação professor-aluno (Abrão, 2006; Mokrejs, 1989), o que justificava algumas de suas investidas na divulgação da psicanálise no meio educacional.

O curso de psicanálise e educação foi ministrado por Porto-Carrero e pelo prof. Deodato de Moraes,²⁸ entre abril e julho de 1928. Deodato era autor de “*A Psychanalyse na Educação*” (1927) que, segundo Abrão (2006), pode ser considerada a primeira publicação brasileira de cunho psicanalítico inteiramente destinada à criança, embora não possa ser encontrada, nas suas páginas, alusões às formas de aplicação da teoria psicanalítica à educação. Segundo o autor, tratou-se de uma obra de sistematização e apresentação teórica dos conceitos freudianos para familiarizar os educadores com o jargão da área. Tal descompasso de ideias teria ficado evidente no curso realizado pelos médicos, no qual os temas apresentados não refletiram uma aplicação sistemática da psicanálise à educação da criança, sem ter ficado clara a contribuição das informações para uma prática na educação (Abrão, 2006). O efeito é que o público-alvo de educadores não pareceu ter interesse nas exposições:

Ao cabo de três meses de conferências, o balanço não traz o efeito esperado. Cerca de cinquenta pessoas originárias da elite cultural, universitários, mas também mães desejosas de aprender a educar seus filhos assistiram às conferências. Mas para desalento dos organizadores os principais interessados, os pedagogos, foram os grandes ausentes (Oliveira., 2002, p. 143)

De acordo com Carmen Lucia (2002, p. 143), podem ser apontados dois fatores nesse recuo: o primeiro estava ligado à “*preponderância entre os pedagogos de uma filiação a uma*

²⁸ Os dois intelectuais possuíam prestígio dentro da Associação Brasileira de Educação, tendo sido listados na relação de sócio-fundadores em documento oficial de 1943 (Castro, 2014). Deodato chegou a propor a criação de uma seção de psicanálise dentro da ABE, tendo sua proposta aprovada.

concepção de ordem psicossociológica da educação, próxima uma vez mais da escola francesa”, somado ao fator de que rapidamente a psicanálise adquiria um discurso sobre a criança, saindo de uma disciplina ‘auxiliar’ à pedagogia, para um saber amplo e essencial sobre o desenvolvimento da criança. O segundo fator, segundo a autora, seria advindo dos efeitos negativos de um “freudismo” difundido tanto como um saber pansexualista quanto de visão de mundo. É curiosa a leitura da autora quanto ao segundo fator, como explicação de um afastamento:

A nova orientação política de base totalitária que se implanta produz, entre outros, efeitos significativos nas concepções e normas familiares e morais. Numa época de moralização dos costumes, é claro que essa psicanálise pansexualista, que se interessa pela sexualidade da criança estabelecendo para ela normas e valores morais, terá muita dificuldade para se impor e conseguir adeptos (Oliveira, 2002, p. 144).

Assim, a autora argumenta que, para os educadores, a questão da educação sexual colocava uma complexa posição que envolvia os limites entre campo teórico e embates políticos, em um momento em que o campo pedagógico estava em disputa. A partir disso, questiona-se em que medida o saber da psicanálise, proposto a partir da sexualidade infantil, que dava a base para as propostas de educação sexual, pode ter embaraçado pedagogos progressistas diante dos debates dos setores conservadores a ponto de a sustentação do discurso da psicanálise ficar inviável, no interior da Associação Brasileira de Educação (Oliveira, 2002). De acordo com a autora, o que seria uma estratégia de expansão das ideias da psicanálise, pela via da educação, foi frustrada, encontrando ataques violentos e denúncias de que era “perigosa’, ‘nefasta’, ‘perniciosa’, ou ainda ‘falsa ciência do mundo subjetivo’ (Oliveira, 2002, p. 150). Esses embates só teriam os ânimos apaziguados a partir da publicação de “*Educação e psicanálise*”, de Arthur Ramos, no ano de 1934, em que o autor vai desenvolver noções psicanalíticas passíveis de serem aplicadas, no ambiente escolar, com objetivo de moldar e adaptar a personalidade da criança.

Grande parte das concepções sobre educação sexual e infância na LBHM eram levadas a cabo por Porto-Carrero. O autor apresentava algumas ideias levantadas pela psicanálise que apontavam que, desde o nascimento, a criança demonstrava certos impulsos e tendências que, pelas características e evolução, não poderiam ser deixados de ser admitidos como sexuais. Afirmava que o traço geral desses impulsos seria pela busca de prazer:

[...] assim, para Freud, a palavra sexual tem um sentido muito mais amplo que o antigo, e embora á primeira vista seja estranho chamar sexual ao prazer da bebida, dos desportos, da arte, contudo é forçoso crer que a todo esse prazer está ligado, por associações de idéas que nos escapam á consciência, o prazer definitivo que

diretamente leva á reprodução da espécie. O pequeno lactente, depois de ter saciado a fome, mama ainda em excesso, até a regorgitação – porque sente prazer. Porque sente prazer continúa a sugar a chupeta, ou o dedo, o que lhe não mata a fome. E, seguindo na idade, aquella zona da boca que tanto goso lhes deu, vae ser ainda buscada para o prazer de chupar balas, de roer unhas, fumar cigarro, degustar álcool (Actas, 1929, p. 36).

Para Porto-Carrero, a criança representava um feixe de impulsos, sendo o papel coercitivo da educação exercer, sobre eles, restrições. Entretanto, fazia críticas à forma repressiva da educação tradicional e defendia que as necessidades das crianças deveriam ser sublimadas em direções às atividades compatíveis com sua idade (Mokrejs, 1989). Tratando do desenvolvimento da criança, afirmava que, enquanto sua sexualidade estivesse caótica, a criança ficava movida pelo desejo vago de decifrar o enigma dos seus impulsos, sendo a curiosidade infantil a manifestação geral desse desejo. Depois de um período obscuro de latência, no qual as crianças veriam seus impulsos refreados pela educação, viria o período púbere, no qual os impulsos se localizariam definitivamente nos órgãos sexuais de reprodução. Prosseguiu apontando para as relações entre as crianças e os pais e os processos envolvidos a partir da noção do complexo de Édipo:

Ella [a criança] percebe que entre o pae e a mãe ha carinhos diversos dos que lhe são prodigalizados. Para o menino, o pae, aliás, o homem autoritario e extranho que lhe rouba os carinhos maternos. Para a menina — a quem o pae sempre trata mais affavelmente — a mães, mais severa para com as filhas — é a rival que protesta contra a extrema benevolencia do marido, e a quem esta por sua vez, dá caricias ocultas, privilegiadas (Actas, 1929, p. 37).

Porto-Carrero citava esse tipo de análise para fazer considerar o quanto seria dificultoso para a criança perceber a organização familiar e lidar com uma luta interna, na busca da conquista do amor dos pais, assunto que, além de complexo para a criança, se tornava ainda mais obscuro quando a situação era dificultada pelos adultos, que pervertiam as crianças, instruindo incorretamente acerca das questões sexuais:

Assim emquanto procuramos instruir os nossos filhos sobre mil cousas uteis, quando chega esse melindroso assumpto, deixamos que os fâmulos mal-educados, ou os colegas maldosos se encarreguem da educação dos pequenos seres. A arte de perverter começa, pois, no seio da família, desde a permissão do uso da chupeta até á permissão de ser dada a instrucção sexual pelos que menos indicados estão para o fazer (Actas, 1929, p. 37).

A penetração do poder psiquiátrico no lar, a partir da sua construção de um *lar perversor*, colocava em questão a educação dos próprios adultos: “*o lar deve ser a antecipação da escola*” (Actas, 1929, p. 38). Nessa operação, a sexualidade das crianças era levantada e

colocada a serviço da profilaxia como um campo no qual seria possível prevenir os futuros desajustados sociais. Tudo parecia demandar a atenção dos adultos, inclusive as crianças de ‘aparente normalidade’, pois, até mesmo o recalque, era entendido como perigo no qual as tendências sexuais poderiam continuar a arder, segundo Porto-Carrero, como ‘brasas sob cinzas’. Como solução, a tendência sexual que não pudesse ser satisfeita deveria ser sublimada, de preferência, para o trabalho produtivo.

Em “*Educação sexual*” (1929), Porto-Carrero afirmava que as pessoas que se ocupavam com educação sexual encaravam a sexualidade a partir da puberdade, momento em que se estabeleciam as funções reprodutivas, mas que precisava ser levado em consideração que os impulsos sexuais poderiam ser percebidos antes da puberdade, pois se esboçavam na mais remota infância e teriam como finalidade a reprodução da espécie. Compreendia a função sexual como controlada por leis e costumes para a melhor segurança da espécie, sendo as aberrações o que escapasse desse destino. Para Porto-Carrero, lidar com o mundo significava encontrar o sexual a cada instante, de modo que “*realizar a educação, fechando os olhos a todas as manifestações, ainda que indirectas, do sexo, é andar entre abysmos com os olhos nas estrelas*” (Porto-Carrero, 1929c, p. 121-122). Dizia que os pais ignoravam essas verdades e, no anseio de conservar seus “filhinhos inocentes”, distribuíam instruções e meios para o início da função genital. Instruindo os professores em como encarar a educação sexual infantil, afirmava que eles tinham um trabalho de “orthopedia” por fazer, a começar “*por varrer as teias de aranha com que o lar cobriu tantas verdades já entrevistas pelos pequeninos*” (Porto-Carrero, 1929c, p. 122).

Partia do entendimento de que, junto com a criança, nasceria o interesse pela vida sexual. A partir disso, ou a punição vedaria brutalmente a descoberta da verdade ou a fantasiosa mentira tentaria velar o que a criança poderia adivinhar pela observação rudimentar. Sobre isso, fala aos professores:

E assim recebeis na escola esse monstro fabricado no lar: cabeça cheia de cegonhas que trazem meninos, de crianças vindas da Europa em cestos ornados de fitas; animo angustiado ante o mysterio dos órgãos sexuaes e suas funções; temor intimo, temor profundo da autoridade e coração afeito ao sonho e ao devaneio. Juntaí a tudo isso a fantasia incrementada pelos contos de fadas, que incentivam a confiança na providencia das fadas e incutem no espirito horrorosa injustiça dos malefícios de bruxas, sacys, ores e papões (Porto-Carrero, 1929c, p. 123).

O autor defendia que a educação a ser dada para as crianças deveria se livrar de mitos que provocassem sua imaginação e que as levassem a viver em um mundo de fantasias (Castro, 2014). Para Porto-Carrero, a intervenção médica era a confiável para educar corretamente as

crianças, para que não ocorresse nenhum “afloramento nervoso”. A obra que deveria ser realizada pela escola seria complexa e urgia fazê-la, pois partia do entendimento de que os crimes e prostituição teriam como fundo conteúdos sexuais, ainda que tivessem aparência diversa. A ignorância desses assuntos sexuais seria um dos elementos das causas dos delitos (Porto-Carrero, 1929c, p. 124).

Porto-Carrero defendia que os trabalhos dos educadores deveriam começar pela educação dos pais, uma *educação retroativa*, que corrigiria os erros das antigas formas de educação. Esta poderia ser feita diretamente, pelo círculo dos pais e mestres, ou indiretamente, pela via do próprio aluno. A educação dos pais geraria consequências:

Por ella *modificareis o ambiente do lar*, corrigireis os defeitos da educação, desde a 1ª infância, onde já os vícios da amamentação preparam *as perversões futuras*. Por ella conseguireis talvez que se mudem em atenção carinho e verdade a displicência, a repulsa, a mentira com que os paes sóem acolher as perguntas ingênuas dos filhinhos (Porto-Carrero, 1929c, p. 124, grifo nosso).

Afirmava que uma das consequências possíveis dessa mudança de postura na educação era que a criança identificasse uma diferença entre um lar que não compreendesse seus questionamentos e curiosidades e uma escola serena e verdadeira. O amor dos professores poderia substituir o amor dos pais e, mesmo que isso pudesse parecer monstruosidade, era melhor que um caminho errado que levasse às perversões, crimes e prostituição: “*O futuro de um homem vale mais do que o apego da criança ao lar perversor. Mas ainda aqui, podeis agir prophylaticamente. Á nossa verdade, contraporá, decerto, a criança o erro que trouxe de casa*” (Porto-Carrero, 1929c, p. 125).

Sobre a miscigenação racial, Porto-Carrero acreditava na impossibilidade de anular seus efeitos e sugeria, ao campo da educação, recursos para orientações no âmbito sexual, a fim de que evitasse a formação de perversões sexuais e neuroses. De acordo com Mokrejs (1989), sua ideia era de que era possível preparar uma “evolução social” para que se alcançasse a melhoria racial e um nível de superioridade que coadunasse com os ideais eugênicos.

Ensinareis o respeito mutuo entre os sexos, ensinareis a sublimidade da função procriadora e ensinareis que a espécie, a grande, a eterna espécie vale bem quantos sacrificios façamos nós, indivíduos. E’ a espécie que se representa na vida social nos conceitos de pátria e de humanidade. E a vós, minhas senhoras, a vós, ás mulheres, á parte mais útil da função procriadora, vós, á melhor metade da espécie humana, a vós, cabe, principalmente a guarda dessa perpetua conservação que é a felicidade da família, a grandeza da Patria, a paz eterna entre os homens, na terra (Porto-Carrero, 1929c, p. 132).

Esta passagem deixa clara as contribuições de Porto-Carrero, a partir de ideias da psicanálise, para se pensar na construção do ‘homem futuro’, a partir da educação sexual. As propostas eugênicas relacionadas à educação iam ganhando força, a partir da Era Vargas, sobretudo, com a consolidação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930. Na época, o campo educacional era um terreno de disputa e o projeto de educação para o país, que saiu vitorioso, foi o projeto de Gustavo Capanema²⁹, que possuía relação com conversadores como Oliveira Vianna, subsidiando uma efetivação de um projeto que consolidasse o ‘homem eugênico’. Aliada à reforma da formação docente, estaria uma série de tentativas de alterar os costumes das famílias, colocando em jogo uma reforma do espírito público que atendesse às necessidades de uma sociedade em desenvolvimento industrial (Góes, 2018; Nunes, C., 2001). Isto quer dizer que a educação pareceu uma grande aposta para a alteração dos modos de relações, o que seria inalcançável, a partir das intervenções da eugenia. Assim, as escolas se mostravam como um campo possível de produção de uma subjetivação que fosse compatível com as exigências capitalísticas da época, suscitando o interesse dos psiquiatras. Vale lembrar que as interlocuções entre educação e as ideias propostas pelos psiquiatras da Liga, acerca da psicanálise, não eram sem conflitos, o que nos permite avançar nas formulações dos *Archivos*, acerca das ideias da psicanálise como ferramenta eugênica.

3.3 Melhoria da raça e psicanálise

Se para Renato Jardim, crítico das ideias freudianas, faltava à psicanálise uma visão sociológica que era essencial para a pedagogia – a educação era uma obra social a ser realizada pela coletividade e comunidade para preparar a criança para a vida –, a perspectiva de Porto-Carrero tomava um caminho de divergência ao considerar que a psicanálise era um método que auxiliaria na esfera interna do sujeito. Partindo da ideia de que sofrimentos são vindos de complexos recalçados de tabus milenares e afirmando que era impossível desfazer a mistura racial, postulava que a prevenção dos males deveria ser feita desde a infância, a partir de uma correta educação sexual, de modo a evitar futuras neuroses e perversões (Oliveira, 2002).

Aqui, capturamos o caráter racista das formulações de Porto-Carrero em relação ao povo negro de forma inegável. De acordo com Torquato (2014), a apreensão que o médico fazia

²⁹ Gustavo Capanema Filho (1900-1985) formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFMG e foi ministro da Educação e Saúde Pública, durante o governo de Getúlio Vargas. Tinha forte ligação com a área de cultura, sendo sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Foi figura importante para a reorganização do ensino no país, contribuindo para criar uma imagem de modernização da esfera educacional. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema_interpretacao.htm.

da noção de inconsciente era de que essa era uma instância psíquica, fonte de todos os tabus transmitidos milenarmente, que eram responsáveis pela organização da família, da pátria e organização social. No caso brasileiro, Porto-Carrero “*refere-se às heranças negras e indígenas como responsáveis por transmitir uma série de preconceitos e deformações*” (Torquato, 2014, p. 29).

Sua compreensão era de que a miscinegação trazia para o inconsciente “ancestral” o psiquismo de povos que constituíam nosso “caldo racial”, de modo que signos herdados pelo povo brasileiro eram sinais de um atraso evolutivo, político e social, “[...] *deixando uma herança pesada e fértil de tabus, na mítica lendária e religiosa*” (Porto-Carrero, 1929, p. 101). Por isso, condenava contos infantis, manifestações culturais e simbolismos africanos. Caberia aos médicos educar de vez essa massa incivilizada (Ponte, 1999).

Em “*Sexo e cultura*”, de 1930, Porto-Carrero comentava que a crise da civilização seria de natureza sexual. A ânsia feminina pela emancipação³⁰ era compreendida como fruto do desaparecimento da indústria doméstica e o fenômeno decorrente do Complexo de Édipo social. Lançando mão de conceitos de *Totem e Tabu* (1913 [1912]), realizava uma discussão em que concluía que a onda de anseio feminino pela igualdade dos sexos aparecia como uma renovação da fase de matriarcado, logo após o parricídio, cabendo à psicanálise o papel do herói, no qual iria conduzir um processo de transformação do organismo social, evolução moral e comportamental da população. A educação, norteadada pela psicanálise, tornaria mais raros os conflitos íntimos, as aversões aos casamentos, a timidez ante o sexo oposto e as tendências para prostituição, controlando sua “sexualidade exacerbada” e seus “desvios de conduta” (Castro, 2014).

Urge manter á mulher o seu sexo: orientá-la para profissões que correspondam devidamente ao seu impulso sexual; dar-lhe posição social que lhe torne desnecessária a aspiração ao mando; educar os dois sexos para o amor, de modo a prevenir o desejo da prostituição e da promiscuidade; tornar a maternidade função pouco penosa, pela *Hygiene physica e mental*. E’ preciso, principalmente, não perder de vista que a função sexual da mulher não está completa sem a maternidade (Porto-Carrero, 1930e, p. 164).

As ideias da psicanálise são compreendidas aqui como uma ferramenta de normalização e adequação de homens e mulheres aos papéis sociais em “conformidade” com seu organismo psíquico e com o desenvolvimento sexual. Assim, a emancipação das mulheres

³⁰ Esse era um momento crucial nas lutas feministas no Brasil, tendo um avanço considerável nas discussões políticas, aprovando, em 1932, o direito ao voto para mulheres casadas, viúvas e solteiras, com renda própria, por meio do decreto 21.076 do Código Eleitoral Provisório. Restrições abolidas com o Código Eleitoral de 1934 (Barbosa; Dos Santos Machado, 2012).

deveria, segundo esta compreensão, coincidir com “as exigências da espécie”, tarefa que poderia ser levada a cabo pela psicanálise, a partir da educação dos impulsos sexuais.

Essa “conformidade” dependia da educação sexual, sendo necessária a prevenção desde a mais tenra infância. Tais preocupações ligadas à infância também podem ser observadas por uma certa descontinuidade, operada na LBHM, pela noção de *Euphrenia*. Foi no entorno das discussões, sobre sua significação e seu campo de ação, que encontramos alguns dos modos como a psicanálise era pensada e aplicada como técnica de normalização, diante da infância.

A discussão acerca da euphrenia nos chama atenção na medida em que nos alerta para um tipo de organização de trabalho, no qual podemos encontrar uma tentativa de fragmentação do sujeito, que deveria ser tratado, a partir de partes isoladas, como uma concepção advinda do campo da biologia, durante a passagem para o século XX (Maestri, 2000).

Em “*Euphrenia – Ciência da boa cerebração*” era apresentada a definição de Euphrenia: “*Euphrenia, do grego, eu + phren phrenos*), seria o estudo que tem por si assegurar a boa formação do psychismo” (Caldas, 1932b, p. 31). Segundo Caldas, não se tratava de uma matéria nova, mas uma melhor delimitação de um assunto já conhecido. Lembrava que, no 1º Congresso Internacional de Higiene Mental, Rudin afirmava que a eugenia psíquica não deveria ficar submetida à eugenia geral, reforçando seu argumento de que era necessária a criação de uma nova disciplina, que englobasse todos os problemas da genética psicológica e de mesologia, que visasse à boa formação da psique humana.

O autor rejeitava as expressões *Euphrogenese* ou *Euphrogenia*. Afirmava que, embora a integridade psíquica dependesse da constituição transmitida hereditariamente, não se poderia negar que, nas fases intrauterina e pós-natal, a formação do psiquismo dependeria de outros fatores que poderiam aprimorá-lo ou degenerá-lo. Assim, o radical *-genos* poderia retirar da *Euphrenia* o direito de intervir no desenvolvimento mental das crianças.

A *Euphrenia* deveria ter como preocupação o ‘*genotipo do psychismo*’, que ele chama de *Euphrenia genealógica* e que seria o estudo das linhagens psiquiátricas e psicológicas. Por meio destas investigações, poderiam chegar ao conhecimento das leis da hereditariedade psicológica e como se transmitiam de acordo com as leis mendelianas. O autor afirmava que, além de estudar a transmissão das doenças, havia necessidade de estudar a transmissão de certos sintomas e funções e aptidões psíquicas que pudessem explicar os fatores ‘*psycho-heredologicos*’, ou seja, as variações nessas transmissões.

De posse dos conhecimentos dos mecanismos de transmissão da maioria dos elementos psíquicos, caberia à *Euphrenia* reger a procriação mentalmente saudável por meio de: 1) seleção nupcial, facilitando o casamento entre bem-dotados e impedindo os matrimônios

dysphrenizantes; 2) *selectio impraegnations*: meios de conseguir que somente cônjuges de boas constituição genotípica fecundassem; 3) seleção de natalidade, impedindo o nascimento de crianças com todas as probabilidades de possuírem caracteres *dysphrenicos*. Todas essas medidas já eram aconselhadas pela eugenia, o que se propunha era que, caberia à euphrenia, um ajuste das suas recomendações para o domínio mental. Afirmava ainda que seria um erro científico ignorar os fatores mesológicos e levar em conta apenas os fatores biológicos.

Para complementar as noções sobre euphrenia, discutia a *euphrenia médico-pedagógica*. Ao nascer, a criança ainda não possuía cerebração consciente e a *'vida psychica de relação'* ainda não havia surgido nem estava desperta, sendo que fatores extrínsecos e intrínsecos concorreriam para que esse psiquismo evoluísse e despertasse, evoluindo bem ou evoluindo mal, sem que fosse algo exclusivo da constituição hereditária. Caberia à euphrenia o acompanhamento mental das crianças.

Assim, um meio de intervenção proposto era a realização da educação, nas épocas propícias da evolução psíquica. Seguir a criança de perto desde o nascimento e fazer um acompanhamento desde a primeira infância, período em que se elaboraria a cerebração, com a constituição do caráter e da personalidade. Uma aposta na educação para resolver os males intranponíveis das taras hereditárias, enquanto ainda fosse possível:

Mirandolino registrava que receberia objeções quanto aos conceitos que estava expondo, mas que uma ciência da boa cerebração precisava existir, sendo o neologismo *Euphrenia* o que preenchia uma lacuna que se fazia sentir na tecnologia mentalista.

De fato, na seção de *'Factos e Commentários'* (1934b) apareciam comentários de que Mirandolino havia recebido críticas por considerar a *euphrenia* como uma disciplina autônoma e independente da higiene mental e da eugenia, porém ainda continuava acreditando nas vantagens de manter a denominação por proporcionar um campo mais vasto de ação. Afirmava que a higiene trataria da conservação dos psiquismos normais ou anormais, já devidamente estruturados, implicando uma vida mental organizada e uma personalidade bem definida. Caberia à euphrenia a formação de psiquismos normais sob as crianças que não houvessem atingido uma vida mental organizada. Os estudos dos estímulos educativos e das técnicas da psicoeugenia, pertencentes à euphrenia, auxiliariam e orientariam a formação da síntese psicológica. Fazia uma aposta da euphrenia como ferramenta que ultrapassaria os desafios vigentes, sem alteração no funcionamento social da época:

Na ultima parte da sua erudita conferencia, o Dr. Mirandolino caldas, tratou da "euphrenia e o problema da felicidade", mostrando-se confiante da eficiencia dos métodos euphrenicos e higienicos para a regeneração da humanidade, sem que seja,

em absoluto, necessario destruir a estrutura social vigente (Factos e commentarios, 1934b, p. 175).

A Clínica de Euphrenia foi inaugurada em 15 de dezembro de 1931, atendendo à ideia em torno da criação de uma clínica psicológica para crianças nos moldes das que existiam nos EUA e em países europeus, como as '*Habit Clinic*' e '*Child Guidance Clinic*'. Após o estudo de diferentes tipos de clínicas de higiene mental infantil, foi sugerida a organização de um serviço não apenas com finalidades corretivas ou de reajustamento psíquico. Deveria propor ações que permitissem o *aperfeiçoamento* do psiquismo pela atuação médico-pedagógica direta, ainda no início do desenvolvimento infantil, atendendo crianças desde os primeiros meses até os 12 anos.

Segundo a LBHM, a Clínica de Euphrenia possuía uma organização similar à do tipo americano, contando com serviços social, psicológico e clínico. Atuavam em duas fases sucessivas: a dos inquéritos e estudos, e a de aplicações práticas que pudessem solucionar o caso. Especificavam que a maioria das crianças, levadas ao serviço, eram intelectualmente normais ou supranormais, mas que apresentavam desvios de personalidade ou instabilidade afetiva. Devidamente acompanhadas, entretanto, seriam no futuro o que possibilitaria o '*progresso da pátria*'. Ao contrário, sendo desamparadas ou incompreendidas, poderiam formar os psicopatas e criminosos que constituiriam o peso morto da nação.

No discurso de inauguração do serviço, Ernani Lopes apontava que a pedagogia do hábito integrava a higiene à ciência, pois, a partir do momento em que se foi possível falar em ciências do comportamento, foi possível aplicar o que era ditado pela teoria. É, neste discurso, que verificamos a psicanálise como a chave para se pensar em um processo de evolução da personalidade:

Utilizando-se das conclusões de pesquisas realizadas nos mais variados sectores, desde os experimentos de psicologia comparada, sobre aquisição e fixação de hábitos, até ás advertências preciosas da psychanalyse sobre o *processus* de evolução de personalidade, ganhou, a pouco e pouco, realmente, a caracterologia fóros de disciplina pragmática, da qual tem de valer-se, muita vez, o neuro-hygienista, para o bom desempenho de suas tarefas. De outras feitas é a caracterologia a Hygiene mental mesma, numa perfeita unificação das technicas respectivas (A Clinica, 1932b, p. 78, grifo do autor).

Contraopondo-se às colocações de Fontenelle (1925), Ernani Lopes considerava que a formação de hábitos físicos se daria pelo condicionamento de reflexos, porém, no caso dos hábitos mentais, não necessariamente deveriam ser utilizados os mesmos processos baseados na prática fundamental da repetição, para criar ritmos funcionais. Nesse caso, segundo ele,

deveriam intervir elementos novos que mergulhariam no subsolo afetivo, concedendo destaque aos fatores dinâmicos: “*Com psychanalyse ou sem psychanalyse, a grande verdade de facto, é que a semiologia das reacções tem de conceder logar de honra ao fator dinamico affectivo, na hierarchica dos determinantes do comportamento*” (A Clinica, 1932b, p. 80).

Ernani Lopes ressaltava que o programa de prevenção proposto não se contentava em proteger o psiquismo individual atual, mas tinha a proposta de ir além e atuar de modo que as novas crianças já pudessem oferecer um terreno mais apto para a floração de bons hábitos. O que, segundo ele, não satisfazia chamar a clínica de ‘Clínica de Hábitos’ e sim de ‘Clínica de Euphrenia’. Em um folheto de propaganda distribuído às mães, podemos observar de que forma eles se propagavam para o meio social:

Corrige-te a ti mesma e procura compreender bem o teu filho, antes de o corrigires. Si não compreenderes, si tiveres duvida, foge de qualquer actuação directa e pede conselhos a quem te possa dar. E’ nas Clinicas de Euphrenia que poderás encontrar esses conselhos de que careces. ‘Euphrenia’ significa sicencia da boa cerebração. Clinica de Euphrenia é, pois, uma clinica onde se procura assegurar a hygidez neuro-psychica, isto é, o bom funcionamento, o equilibrio e o domínio perfeito do systema nervoso. A finalidade principal destes serviços não é tratar os psychopathas e os degenerados: é sobretudo, prevenir as consequencias funestas das taras hereditárias e aperfeiçoar, cada vez mais, o delicado mecanismo da elaboração psychica (A Clinica, 1932b, p. 83).

Desde fins do século XIX, o discurso médico vai procurar ressaltar a importância da mulher burguesa como agente doméstico, aliado aos seus projetos de higiene infantil e familiar. Desse movimento, apreende-se que a criação da mãe higiênica se deu a partir de um triplo movimento: a emancipação feminina do poder patriarcal; a subordinação ao poder médico e, por fim, a sua definição em oposição à mulher negra (Costa, 1989; Carula, 2012).

No projeto nacional que se desenhava, o papel do homem no progresso da sociedade seria paralelo ao novo papel da mulher, superando uma moral envelhecida e reconhecendo, na nova função do sexo feminino, o seu papel na evolução ideal da civilização brasileira. A mulher teria um poder no papel civilizatório, uma aliada no projeto de intervenção, junto à família, diante da criação dos seus filhos, que pudesse combater práticas degenerativas. Segundo os higienistas, o papel da mulher seria completo quando afirmasse sua maternidade, seu papel social prescrito pelo seu organismo, que se articulava ao desenvolvimento nacional (Castro, 2014). Articulando mãe higiênica à maternidade, faziam um trabalho preventivo contra a anormalidade.

Porto-Carrero também comentou sobre a denominação da Clínica, afirmando que o defeito foi terem incluído seu nome entre os patronos. Sobre a nomenclatura escolhida, falava:

As clínicas euphrenicas – eu lhes chamaria de preferencia, orthophrenicas, ou orthopsychicas – derivam de ‘Heilpaedagogick’, dos alemães, a ‘pedagogia sanitária’ por assim dizer, que se aplica em endireitar os tortos, por processos de orthopedia mental, desde a infância. Os americanos crearam ambulatórios para esse fim, visando corrigir os máos habitos da creança, que são, como é fácil de compreender, oriundos de falhas orgânicas (actuaes ou herdadas) e também de má educação (A Clinica, 1932b, p. 91).

Em um momento em que o debate, acerca da nomenclatura da Clínica, se tornava público, a afirmação de Porto-Carrero da derivação alemã é curiosa. Kassar (2023) aponta que, entre os séculos XIX e XX, havia sido construída uma proposta de educação que, pela publicação “*Die Heilpädagogik. Mit besonderer Berücksichtigung der Idiotie und der Idiotenanstalten*” de Jan-Daniel Georgens e Heinrich Marianus Deinhardt, colocava em discussão uma pedagogia terapêutica/curativa alemã e a consolidação do termo Heilpädagogick. Em 1904, Theodor Heller publicou “*Grundriss der Heilpädagogik*”, em que situou as bases de uma pedagogia entre a educação e a psiquiatria. Seu trabalho embasou a criação da *Sociedade Internacional para a Pedagogia da Infância Deficiente*, associação que expandiu suas perspectivas de trabalho para diferentes países.

Em fins do século XIX, a pedagogia dos “anormais” havia se tornado uma ciência de base anatomopatológica e tomado a hereditariedade como condição de se pensar resolução de problemas. Kassar (2023) identifica que tais discursos estavam conectados com as ideias da higiene e da eugenia que, naquele momento, também se irradiavam em diversos países, como o caso do Brasil. Segundo Kassar (2023), a história da educação brasileira dá indicativos de interlocuções entre essas produções estrangeiras e as ideias disseminadas em território brasileiro, o que nos faz supor que a afirmação de Porto-Carrero aponta para essa influência.

Temos mais um detalhe. No Brasil, a instrução pública, destinada às crianças, ocorria de forma restrita até meados do século XX, contexto em que filhos e filhas de pessoas escravizadas eram impedidas de frequentar escolas e, com pouca idade, já eram submetidas ao trabalho escravo (Da Silva Paniagua, 2022). Até então, a economia não solicitava mão-de-obra escolarizada, mas, em um momento em que o debate acerca da nomenclatura da Clínica se tornava público, a afirmação de Porto-Carrero da derivação alemã é curiosa. Com os acontecimentos de um processo de industrialização, urbanização e abolição, a atenção escolar ocorreu em meio à percepção da escola como instrumento que auxiliaria da ‘reconstrução nacional’, ideias fomentadas pelo discurso higienista e eugenista a partir dos seus serviços médico-escolares, como a LBHM. A passagem para a República trazia a perspectiva de uma adoção da educação pública como marca civilizatória. Nesta descontinuidade, Kassar (2023, p.

14) defende que a “*educação de crianças “anormais” se constituiu como campo de atenção da educação escolar (instrução pública) com a República*”.

Kassar (2023) aponta que, entre os séculos XIX e XX, havia sido construída uma proposta de educação que, através da publicação “*Die Heilpädagogik. Mit besonderer Berücksichtigung der Idiotie und der Idiotenanstalten*” de Jan-Daniel Georgens e Heinrich Marianus Deinhardt, colocava em discussão uma pedagogia terapêutica/curativa alemã e a consolidação do termo Heilpädagogick. Em 1904, Theodor Heller publicou “*Grundriss der Heilpädagogik*” onde situou as bases de uma pedagogia entre a educação e a psiquiatria. Seu trabalho embasou a criação da *Sociedade Internacional para a Pedagogia da Infância Deficiente*, associação que expandiu suas perspectivas de trabalho para diferentes países.

Em fins do século XIX, a pedagogia dos “anormais” havia se tornado uma ciência de base anatomopatológica e tomado a hereditariedade como condição de se pensar resolução de problemas. Kassar (2023) identifica que tais discursos estavam conectados com as ideias da higiene e da eugenia que naquele momento também se irradiavam em diversos países, como o caso do Brasil. Segundo Kassar (2023), a história da educação brasileira dá indicativos de interlocuções entre essas produções estrangeiras e as ideias disseminadas em território brasileiro, o que nos faz supor que a afirmação de Porto-Carrero aponta para essa influência.

Também nos chama atenção que as ideias de Erwin Lazar podem ter tido influência no debate brasileiro. Segundo Lazar, a educação curativa deveria integrar pedagogia, psicologia e medicina científica, mas a diferia da Heilpädagogick, liderada por Heller. Sua compreensão, levava o prefixo *Heil*³¹ a sério, tornando sua abordagem mais biológica. Segundo Sheffer (2019, p. 34), há várias possibilidades de tradução da sua visão de Heilpädagogick, podendo ser entendida como “*ortopedagogia, pedagogia terapêutica, educação corretiva ou educação especial*”, que, mais tarde, será vista sob uma ‘educação curativa’ como a expressão suas ambições totalizantes.

Porto-Carrero (1932b, p. 92) apontava que a infância era a melhor época para o trabalho de ortopedia mental: “*De pequenino é que se torce o pepino*”, lembrando do ditado popular. Quando questionado sobre como esses métodos seriam empregados na *euphrenização*, responde que, para as origens orgânicas, seria a terapêutica química, a *opotherapie* e os meios correntes da clínica. Para defeitos de outra origem, deveria ser aplicada a análise psicológica, na qual o emprego da psicanálise era impositivo, principalmente para as crianças:

³¹ Cabe lembrar que “*Heil*” também aparece na saudação dos entusiastas do nazismo, a partir do “*Heil Hitler*”, um símbolo sonoro de ameaça e também catalisador das reações que esperavam dos seus adeptos, que tomaram o slogan como saudação, devoção e adoração das ideias de Hitler. (Silva, 2008)

Os ignorantes pensam que a psychanalyse se faz com um interrogatório sobre matéria sexual; isso não é verdade. Não ha interrogatório algum, se o adulto é levado a falar espontaneamente sobre áquella materia, é que, nas neuroses, ella o preocupa acima de tudo. Com a creança, de sexualidade elementar, as idéas que a preocupam são principalmente as geralmente chamadas affecticas; e se, no adolescente, alguns ensaios daquella natureza a perturbam, é natural que se busque, corrigir, com maneiras brandas, certos habitos que pódem tender á perversão. Naturalmente, a educação sexual que não tenha sido feita no lar nem na escola, poderá ser feita na clinica, desde que haja formal indicação para isso (A Clinica, 1932b, p. 93).

Terminava a entrevista afirmando que os resultados da clínica de euphrenia se irradiariam sobre a família da criança e que a tarefa não se limitaria apenas a corrigir ou curar o pequeno. Indo mais longe, a euphrenia seria obra de patriotismo de pessoas que pudessem encaminhar os pequenos deficitários para a clínica, para que pudessem se transformar nos brasileiros normais e úteis para o país. Importante destacar da observação de Porto-Carrero que a psicanálise seria uma ferramenta utilizada na euphrenização, pois este campo estaria ligado diretamente ao tema, e deveria ser entendido socialmente como de interesse para o tema da raça e da educação do povo. Nos parece que a psicanálise era convocada como ferramenta refinada e precisa diante de casos que as técnicas convencionais pareciam insuficientes.

Tal impressão foi confirmada pelas afirmações de Arthur Ramos, na conferência “*A psychanalyse infantil e sua importância na hygiene mental e na pedagogia*”, realizada na LBHM, em setembro de 1933, e publicada sob o título “*A technica da psychanalyse infantil*”, ao comentar que, ao médico psicanalista, eram enviados os casos difíceis em que tivesse ocorrido um profundo recalçamento.

Arthur Ramos se baseava nas formulações de Pfister³² para pensar as práticas pedagógicas em psicanálise, sendo indispensável o diagnóstico médico prévio para avaliação de causas orgânicas e o posterior encaminhamento ao médico psicanalista. Só deveriam recorrer à análise profunda casos em que houvesse fortes entraves no desenvolvimento do paciente, os casos simples deveriam ser resolvidos pelos educadores.

Os professores deveriam observar o aluno ‘normal’ sem que este os percebesse e recolher possíveis falhas que pudessem dar pista de um *defeito mais profundo*. A partir do estudo da psicanálise, poderia ser identificado o que anteriormente passaria despercebido. Depois de destacar o sintoma/falha, que implicasse no mau rendimento escolar, em uma dificuldade pedagógica ou em uma nevrose latente, deveriam aplicar os métodos da psicanálise.

³² Ramos tinha como algumas de suas referências Freud, Lévy-Bruhl, Stekel, Jung, Pfister, Adler, Piaget, Anna Freud e Melanie Klein, Ferenczi, Rank, Jones, Hanz Zulliger, Ernest Schneider, August Aichhorn, Spielrein (Duarte, 1999; Gutman, 2007; Mokrejs, 1987).

Os estreitos laços entre a psicanálise e a pedagogia aparecem, com Arthur Ramos, intermediados pelas leituras de Pfister com a sua ideia de *Pedanálise*, que constituía “*uma grande especialidade dentro da psychanalyse*” (Ramos, 1933b, p. 196). No ano seguinte, consta como uma das aspirações da LBHM, a criação das Clínicas de Psicanálise Infantil, identificadas como *pedanalyse*, tais como existiam na Áustria e na Suíça.

Arthur Ramos faz considerações sobre o tratamento das crianças, tais como as especificidades em relação à transferência, os métodos, técnicas e jogos, que auxiliariam na assimilação das imposições da educação. Sendo assim, a psicanálise infantil aparecia como uma espécie de pedagogia, livrando a criança de obstáculos e preparando o terreno purificado para desenvolvimento harmonioso no futuro. Uma análise deveria terminar em uma educação de base psicanalítica, do mesmo modo que essa educação deveria ser realizada mesmo sem a criança ter passado por uma análise (Ramos, 1933c).

Um ponto essencial seria a necessidade de um perfeito esclarecimento sobre a sexualidade. Não deveriam corrigir a criança com recalamentos excessivos nem deixar a criança livremente entregue aos impulsos: fugir dos extremos era uma das formulações de Freud, segundo Arthur Ramos. Recomendava cuidado com a repressão intempestiva do onanismo infantil. Explicava que ele percorreria todos os estados da evolução da libido, mas que seria apenas a fixação excessiva em um dos estados que deveria despertar a preocupação do educador. Nesses casos, seria preciso, em acordo com postulados de Anna Freud e Mme. Bonaparte, ir à raiz psíquica da anomalia e empregar a única terapêutica possível: a psicanálise infantil.

Sobre as investigações infantis acerca dos temas da sexualidade, concordava com Porto-Carrero sobre a importância de que a educação sexual deveria ser realizada de forma oportuna e dosada. O tabu das questões sexuais seria o responsável direto pelas inibições que colocavam entraves ao ser humano na sua luta pela existência, atribuindo aos pais e educadores a tarefa de instruir as crianças dos assuntos sexuais com todos os cuidados necessários.

Era preciso ter cautela para que questões com repletas dificuldades não fossem levadas a cabo por pessoas ignorantes. Arthur Ramos também concedia lugar de importância para o processo de sublimação, tendo como tarefa principal a satisfação dos componentes agressivos da libido de maneira compatível com as exigências sociais, principalmente pela via do trabalho:

A energia libidinal primitiva quando não canalizada nos seus verdadeiros destinos, deve ser aproveitada nas actividades de sublimação, que não é mais do que a derivação de uma função instintiva inferior numa função mais elevada, desde as actividades do trabalho até às mais altas conquistas moraes do individuo. O problema das

sublimações em pedagogia, completará assim o das *identificações* (Ramos, 1933b, p. 203, grifo do autor).

Em “*Os furtos escolares*”, Arthur Ramos apresentava um relato de um caso atendido na Clínica de Euphrenia. Explicava que os modernos estudos da caracterologia infantil modificaram a maneira clássica de enxergar e educar a criança, apresentando a velha escola como uma oficina de inibições e atravancamentos psíquicos que, com suas sugestões negativas — a educação do ‘não-pode’, ‘não-deve’ — em nada modificavam o comportamento, pois o inconsciente não reconhecia proposições negativas. Esse tipo de educação constituía os primeiros núcleos de inibição ansiosa, abrindo caminho para a neurose, mau-caráter, maus hábitos etc. Como uma teoria que poderia informar sobre o desenvolvimento mental, a psicanálise aparecia como proposta para explicações dos desvios de conduta, oferecendo saídas terapêuticas por meio da educação.

O adulto cavalejou a pobre creança; fez desabar em cima della o seu próprio inconsciente recalcado, negou-se a “olhar” a realidade; e “creou” os problemas infantis. Com a imensa trave deante dos olhos não quiz compreender os problemas da creança e então appellou para as “teorias”, para as “leis” da hereditariedade, para todos esses “factores orgânicos” que catalogou nas paginas dos livros. Não viu a realidade que estava tão perto (Ramos, 1934c, p. 229).

Em primeiro lugar, apontava que os furtos infantis não teriam os mesmos significados que os furtos dos adultos, exigindo uma postura distinta. Valendo-se das ideias de Freud e Adler, afirmava que os furtos infantis teriam uma significação simbólica, quase sempre como uma compensação de um afeto perdido ou inexistente. A criança que furtava o fazia por estar diante de um lar inadequado e que não sentiria em torno de si um afeto natural ou o havia perdido.

Analisando o furto como um *sintoma*, narrava o caso de uma criança do sexo feminino que havia sido surpreendida várias vezes ao furtar objetos e dinheiro na escola, sendo severamente repreendida sem que isso tivesse provocado efeito. Comentava que se tratava de uma criança dócil e quieta, mas com ar de precoce abatimento e tristeza. Quando perguntada sobre os furtos, a criança falava sobre eles com indiferença e sem arrependimento. Arthur Ramos comentava que não havia encontrado nada de errado do ponto de vista orgânico, então procedeu com uma análise perguntando “*Quando começaram os furtos?*”. Segundo o médico, essa básica pergunta levaria às cenas traumáticas determinantes da conduta e conduziria ao esclarecimento da situação. Dizia que a menina era filha de pais separados e tinha mãe egoísta e narcísica, sem interesse afetivo por ela. Sentindo-se escorraçada em casa, odiava as

professoras que evocavam a imagem da mãe, dando uma dupla significação aos furtos, com os quais procurava fazer mal às professoras, ao mesmo tempo que o furto era um substituto do carinho que perdeu no lar. Como solução, pontuava:

A correcção deste caso não consistirá em castigos e ameaças, mas em esclarecer convenientemente paes e mestres, no sentido de proporcionarem á creança um affecto, um carinho, uma assistencia moral e material, indispensaveis ao seu correcto desenvolvimento psychico (Ramos, 1934c, p. 233).

Com Arthur Ramos, vemos que o procedimento adotado é de uma análise da história familiar da criança, na qual possa ser identificada a conduta dos próprios pais, a fim de que se possa explicar seus malefícios e a forma correta de proceder junto à criança (Dacome, 2003). Dessa forma, vemos em Ramos uma compreensão dos discursos psicológicos como saber propedêutico para psiquiatria e higiene mental, tendo, na infância, objeto privilegiado de atuação, quando se falava em prevenção ao adoecimento mental (Nascimento, Mandelbaum; 2019). Suas discussões colocavam o funcionamento familiar diante de um crivo em relação às normas de higienização social, que não só circulavam no meio médico, mas também nas discussões das reformas educacionais (Corrêa, 2013).

A partir das suas elaborações junto aos *Archivos*, podemos também identificar seus pontos de oposição diante dos discursos da instituição à época. Ramos introduz a noção do inconsciente e causalidade psíquica, o que permitiu a superação de determinações reducionistas que classificavam crianças a partir do crivo de anormalidade. Como efeito, o autor coloca em discussão uma dimensão simbólica ao universo infantil, distinguindo-o do universo dos adultos. Desse modo, o fracasso escolar, os furtos e outros sintomas eram entendidos como condutas de adultos diante das crianças, tais como abandono, exposição a atividades eróticas, castigos e humilhações. Tal compreensão resultava na impossibilidade de categorizar crianças como degeneradas ou perversas, indo contra o biologicismo da época (Nascimento; Mandelbaum, 2019). Para Gutman (2007), as leituras de Ramos sobre as ideias psicanalíticas, eram refinadas e sustentavam uma posição distinta dos meios médicos:

Além disso, temos razões para crer que a inclinação de Ramos pelos autores psicanalíticos não correspondia a um interesse de ocasião; e se a psicanálise o serviu mais tarde, como um instrumento para, por exemplo, pensar a educação das crianças na então Capital Federal, não se deve sucumbir à armadilha de inverter a ordem dos fatores. Em Ramos, o interesse pela psicanálise é genuíno e primário, e não requeitado a título de suporte teórico oportunista para a sustentação de tal e qual ideologia (Gutman, 2007, p. 715).

A trajetória de Arthur Ramos também foi marcada pela sua experiência no Instituto Médico Legal da Bahia e no Hospital João de Deus, que foram fundamentais para os seus escritos sobre o negro no Brasil. Recebeu influência dos escritos de Nina Rodrigues e empenhou-se na divulgação de sua obra, incluindo seus pontos de discordância. Segundo Mariza Corrêa (2013), quando Arthur Ramos se mudou para o Rio de Janeiro fez, juntamente com Afrânio Peixoto, as reedições de livros esgotados de Nina Rodrigues, passando a recalibrar sua posição diante da Escola 'Nina Rodrigues'.

Gutman (2007) afirma que a retomada de Arthur Ramos às teses de Nina Rodrigues possui como crítica mais central a afirmação de que não existiam diferenças raciais, mas sim diferenças culturais. Partindo disso, o médico apontava três “postulados falsos” acerca da obra de Nina Rodrigues, que seriam as teses 1) das desigualdades raciais; 2) da inferioridade e da degenerescência do mestiço brasileiro; 3) e da responsabilidade atenuada dos negros, índios e mestiços brasileiros, decorrentes dos dois pontos anteriores (Gutman, 2007). Mariza Corrêa realizou um estudo sobre as produções de “um grupo de médicos mistos de cientistas sociais”, membros da escola Nina Rodrigues. Segundo a autora, Arthur Ramos reiterava a admiração por Nina Rodrigues e colocava suas propostas como fundamento para o estudo de relações raciais, promovendo uma filiação à orientação culturalista, de procura de uma “*redefinição do enfoque de Nina Rodrigues para adequá-lo à linguagem vigente nos estudos antropológicos em sua época*” (Corrêa, 2013, p. 236).

Apesar de expulsar a noção de “raça”, ao afirmar as diferenças culturais e postular níveis de cultura, Ramos recorria a critérios “raciais” para determinar indivíduos como pertencentes a determinado tipo de cultura (Corrêa, 2013; Gutman, 2007). Gutman (2007) ressalta ainda que, enquanto os escritos antropológicos ganharam espaço nas obras de Ramos, a psicanálise desaparece quase completamente até o final da década de 1930. Nesse momento de interesse progressivo por temas antropológicos da formação da identidade africana no Brasil, suas origens culturais e religiosas, publica “*O negro brasileiro*”, em 1940; “*A aculturação negra no Brasil*”, em 1942 e “*Introdução à Antropologia Brasileira*”, em 1943 (Castro, 2014; Gutman, 2007).

Não encontramos nenhum tipo de registro, nos *Archivos*, que pudessem esclarecer a saída de Arthur Ramos da instituição, mas poderíamos arriscar que sua oposição às ideias racistas e autoritárias pode ter sido um destes elementos. Enquanto a LHM estava entusiasmada com as políticas alemãs e esperava uma postura firme do governo brasileiro quanto à melhoria

da raça, Arthur Ramos se afastava do seu cargo do Serviço de Ortofrenia³³ por ser contrário às mudanças que vinham ocorrendo (Nascimento; Mandelbaum, 2019). Elisabeth Mokrejs (1987, p. 93) também comenta sobre o inconformismo de Ramos diante da discriminação do campo de estudo da educação, em que as leis eram formuladas para o “*branco, adulto e civilizado*”. Em “*A criança problema*”, ele escreveu:

Com o advento do Estado Novo, uma falsa educação nacionalista, de imposições e restrições passou a substituir o conceito de liberdade vigiada, condição essencial para o estabelecimento das verdadeiras regras de higiene mental. A educação humana e compreensiva nos moldes tantas vezes pregados neste livro, foi substituída pela pedagogia clássica da disciplina rígida de interdições e coações. O Serviço ainda tentou sobreviver a esse período de sombras. Mas uma santa inquisição de bravos censores – embora não formulasse abertamente nenhuma alegação contra o Serviço – não lhe permitiu o funcionamento perfeito numa atmosfera de liberdade que é aquela onde se possa fazer realmente ciência (Ramos, 1954, p. 8).

Segundo Mokrejs (1987), essa obra também tem sua importância no que se refere à formulação feita por Ramos acerca do ajustamento da criança com dificuldades escolares, contestando a rotulação discriminatória da categoria de ‘anormalidade’. Nesse sentido, Ramos não fazia coro com as técnicas individualizantes e valorizava o estudo da infância como uma etapa significativa, distanciando-se de aspectos classificatórios das condutas, que eram preconizados pela psiquiatria da época. Sua posição, como qualquer outro autor da época, terá complexidades e ambiguidades, comportando contradições de várias ordens (Mendonça, 2006; Souza, 2022), mas o que gostaríamos de ressaltar é que as formulações de Ramos marcaram descontinuidades diante dos discursos da LBHM, ainda que tenha participado da instituição.

Com efeito, o entendimento da aplicação dos conhecimentos psicanalíticos, na educação, mesmo sendo preconizada por autores como Porto-Carrero e Arthur Ramos, apresentavam divergências (PONTE, 1999) que, sob o debate racial, são de grande relevância. Fazendo comentários sobre a II Guerra Mundial, em “*Racismo e Europeização do mundo*”, Ramos escreveu:

O racismo é, afinal de contas, a última etapa de um longo processo de europeização do mundo, que está chegando agora ao seu ponto crítico. A conquista do mundo pelos europeus acarretou toda uma série de mecanismos de dominação de uns povos por outros, dominação política e dominação econômica, que foram racionalizadas em teorias e ideologias de raças escravas e raças mestras, de raças inferiores e raças superiores. A ideia do “negro bárbaro” da África foi uma invenção dos europeus, para as suas tropéias de dominação (Ramos, 1943, p. 57)

³³ Quando Arthur Ramos foi convidado para chefiar o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, sua principal obra da época era “*Educação e Psychanalyse*” (1934), na qual buscava vulgarizar a teoria da psicanálise junto aos educadores, a partir de uma proposta que conciliava as ideias da psicanálise com uma visão progressista de ensino (Abrão, 2006).

Finalizava seu texto de forma contundente, recuperando memória e história para pensar a guerra como uma resposta que aproxima sua compreensão de formas imperialistas de relações:

A guerra atual tem que ser compreendida também como uma crise das “técnicas de dominação”. Se todos estamos combatendo o racismo alemão, é preciso *que se compreenda que o racismo é a última transformação destes devices od power*, uma ideologia de dominação, uma forma imperialista de vida (Ramos, 1943, p. 63).

Tendo mostrado os pontos de grande resistência que encontramos em Arthur Ramos, iremos retornar às propostas da LBHM, que visavam intervenção no lar, pela criança — foco dos programas de higiene mental e de euphrenização, operação possível a partir da apropriação da psicanálise. Para Bittencourt, Freud possibilitou a centralização do cuidado da medicina mental na infância:

Freud desempenha na história da medicina mental um papel relacionado com o do pensador suíço na história da educação: deslocou o centro de interesse do homem adulto para o homem-criança. Caracterizou a sexualidade infantil, assinalou a importância de repressões e complexos adquiridos na infância para a formação da mentalidade do adulto, recuou até os primeiros anos de vida a origem das neuroses (Bittencourt, 1941, p. 35).

Raul Bittencourt levantava a questão diante da relação entre o núcleo escolar e o familiar: um desajuste. Apresentava o argumento de que a fé dos pais, na organização escolar, nos programas e nos seus mestres estava em crise. Todos reconheciam a necessidade da educação escolar, mas receavam ser enganados pela direção e professores. Apontava que essa mentalidade que se criou teve origem em causas múltiplas e cita, como exemplo, uma rebeldia de classes menos cultas em direção às mais cultas. Além disso, teria ainda um outro fator relacionado com a própria história da nação:

Ha, entretanto, um outro fator no Brasil que não pode deixar de ser tomado em apreço, o considerável aumento da matrícula escolar. De uma maneira geral, passando do fim do Império para 1936, enquanto a população brasileira triplica, a população escolarizada decuplica. Donde se vê que os recursos da educação escolar começam agora a recebe-los e naturalmente revelam uma certa inadaptação nesse primeiro contato. O fato atual e importante é esse desajustamento entre a escola e os pais de alunos que, em vez de colaborarem com a administração e com os professores, assumem com frequência, uma atitude reservada, resistente ou de franca oposição. Eis uma das maiores dificuldades reinantes para a escola zelar pela saúde mental dos educandos (Bittencourt, 1941, p. 46).

A educação, que para os higienistas significava preparar crianças para se tornarem adultos sadios, carregava uma concepção de ordenação para progresso que desconsiderava desigualdades sociais geradas no bojo da produção capitalista, como pobreza, falta de moradia, desemprego etc. Sobre a entrada das crianças de classes populares nas escolas, Martins ressalta como esse momento teve como resposta processos de normatização:

Com a participação das crianças das classes populares na escola pública, os problemas próprios da desestrutura social surgiam de forma mais contundente no âmbito escolar, e para os higienistas estes problemas poderiam ser resolvidos por meio do trabalho higiênico de normatização do indivíduo. Essa forma de pensar fica clara quando os higienistas propunham a instrução sanitária para a família, justificando-a pela heterogeneidade da população brasileira, que naquele momento recebia um grande contingente de imigrantes (Martins, 2011, p. 213).

A sexualidade das crianças, longe de ser entendida pelo seu caráter perverso-polimorfo, aqui, foi compreendida como possibilidade de deslocar a criança do seio familiar para o espaço da normalização, pela educação, e reinseri-la na família como vetor de eugeniação social.

É ela [a psicanálise] quem autoriza o deslocamento dos problemas de aproveitamento escolar para os da harmonia familiar. É ainda ela quem instrui uma educação sexual não mais centrada nas doenças venéreas, mas na questão do equilíbrio mental efetivo. Face ao desdobramento dos psicólogos, dos conselheiros e dos educadores que satelizam em torno da relação escola-família não basta dizer que aí passou a psicanálise. Seria mais exato dizer, embora jogando um pouco com as palavras, que é *por aí*, através desse ativismo familiar-escolar que ela pôde passar (Donzelot, 1980, p. 178).

Durval Marcondes, na época chefe do Serviço de Higiene Mental Escolar do Estado de São Paulo, também profere palestra para contribuir com as discussões de psicanálise e educação. Marcondes (1941) afirma que o movimento de higiene mental que vinha se observando em todo o mundo, por conta da necessidade de detectar os desvios psicopatológicos no momento precoce de sua formação, culminou no trato dos problemas psíquicos da infância. Isso dava, às clínicas de orientação infantil, um papel preponderante, que possuía sua atividade fundamentada no estudo múltiplo de um caso-problema, abordado por quatro tipos de profissionais: o médico internista, o psiquiatra, o psicologista e a visitadora psiquiátrica. Ao exame médico e especializado, se somava o estudo da história pessoal e social da criança, sendo então, o caso estudado de maneira integral. Tais resultados interessavam às escolas na medida em que eram entendidas como instituições responsáveis pelo aperfeiçoamento psíquico. Descrevendo o serviço da Secção de Higiene Mental Escolar de São Paulo, considerava

vantagem geral que o manejo de cada caso constituísse um meio indireto de propaganda de boas normas de higiene mental infantil, com repercussão na escola e no meio familiar.

Em 1944, Virginia Bicudo³⁴ também realizou uma conferência na LBHM, que teve como tema “*Higiene Mental das Crianças em Tempo de Guerra*”. Iniciava o texto lembrando que várias disciplinas estudavam o fenômeno da guerra procurando defini-la, mas, que em termos de biologia e psicanálise, a guerra era definida pelo impulso de agressividade, podendo ainda, somar-se a esta compreensão, a compreensão cultural. Indagando sobre os motivos das guerras, discute que neles encontravam-se elementos ideológicos, de convenção e de tradições que nada teriam de ligação direta com impulsos orgânicos. Ocorreria, assim, uma drenagem de energia para o que ela denomina como ‘*guerra total*’, em que a participação de quem ficava na retaguarda era tão importante quanto a de quem estava no *front*. A guerra produziria sintomas neuróticos na medida em que seriam expressões da supressão das formas comuns de satisfação das necessidades vitais. Assim, defendia que o trabalho da higiene mental seria crucial no trabalho preventivo e curativo de distúrbios mentais. Nesse sentido, mencionava que a Seção de Higiene Mental Escolar de São Paulo se colocava à disposição da Legião Brasileira de Assistência para desenvolverem um curso para *visitadoras*, organizado por Durval Marcondes, como oferta de formação de conhecimento básico para prevenir ou socorrer as crianças que apresentassem distúrbios afetivos. Concorda com Durval Marcondes que a educação, voltada para a criança, poderia ser aproveitada para a divulgação dos princípios da higiene: “*A principal função da clinica de orientação infantil é a ação profilática. Aproveita o tratamento da criança problema para divulgar princípios de higiene mental entre pais e professores*” (Bicudo, 1944, p. 65, grifo nosso).

Também nos chama atenção um texto de autoria de Dr. Jose Carneiro Ayrosa, no qual vemos uma curiosa discussão sobre alcoolismo e psicanálise, em que aparece um assunto até então pouco comentado nos *Archivos: capitalismo*³⁵. Em “*O alcoolismo – suas raízes psicológicas segundo a psychanalyse*”, publicado em 1934, Ayrosa afirmava que a

³⁴ Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) foi socióloga e psicanalista pioneira nos estudos sobre racismo na sociedade brasileira. Durval Marcondes havia criado o Serviço de Higiene Mental Escolar da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, momento em que Bicudo torna-se visitadora psiquiátrica. Em 1938, Virgínia se forma em Ciências Sociais e Políticas e, no início de 1940, lecionava as disciplinas de Higiene Mental e Psicanálise da Escola Livre de Sociologia e Política, ao lado de Durval Marcondes. Essa parceria contribuiu para a transformação, difusão e institucionalização dos ‘saberes psi’, no Brasil. Dessa parceria também ocorreu a intermediação, por Marcondes, do contato da socióloga com Adelheid Koch. Para mais informações sobre a trajetória de Bicudo e sua história no processo da institucionalização da psicanálise, em São Paulo, ver Maio (2010).

³⁵ Por meio de uma resenha (1935, p. 108), realizada por Arthur Ramos do livro “*Psychanalyse das psychoneuroses e dos distúrbios da sexualidade*”, do Dr. S. Nacch, tomamos a informação de que a aproximação entre psicanálise e marxismo já era um assunto conhecido por alguns membros da Liga. Comentava: “*É um addendum que a psychanalyse bem trazendo os postulados marxistas*”.

dificuldade de regularizar o consumo de bebidas alcoólicas derivava de outros dois motivos principais: o fator *psychobiologico* individual e a extrapolação social, industrial capitalista, na qual também deveria ser levado em consideração o componente psicológico. O autor analisava o primeiro fator, questionando se a fabricação de supertóxicos repousava não só na ambição do lucro, mas se estaria encobrendo um impulso disfarçado de destruição. Sobre a origem desse impulso destruidor, utilizava a ideia de princípio de vida e de morte de Freud como o que circunscreveria as condutas. Dizia que seria fácil e cômodo afirmar que, na relação com o tóxico, estaria apenas uma relação com os prazeres e ressaltava o sofrimento e a angústia envolvida, afirmando que não era simplesmente uma afinidade biológica que estaria em jogo, afinal, se fosse apenas isto, não haveria meio termo nem resistências:

Só quem não lidou de perto com um toxicomano de qualquer especie, ainda não desistiu, por entre os escombros de uma personalidade, nos momentos de treguas, os clarões de consciencia, marcados pela lucta, o desespero, a *angustia*, para emancipar-se do vicio destruidor e corrosivo, reconhecido e amaldiçoado, sob protestos e juras sinceras de rehabilitação, geralmente, esquecidas ás primeiras provas, num verdadeiro drama compungente e doloroso. Não é simplesmente a affiridade biológica para o toxico que acorrenta o bebedor, mesmo porque, si este dominio fosse tudo não haveria meio termo, nem luctas, o ser deixar-se-hia prender sem resistencia (Ayrosa, 1934, p. 21).

A psicanálise, segundo Ayrosa, permitiria reconhecer fundamentos remotos que predeterminariam o alcoolismo. Sua tendência seria condicionada na infância, quando a libido revestia os órgãos de dupla função e lhe emprestava um erotismo, constituindo a fixação da libido e possibilitando regressões futuras. Diante dos fatos que apresentava, concordava com Porto-Carrero que, diante da profilaxia do alcoolismo, era necessário evitar fixações orais impedindo o uso desmedido de atividades orais, características em casos de alcoolismo. A segunda medida para o problema seria a ação profilática, devendo “*Sublimar ou condicionar derivados uteis ou inócuos, quando esta fixação surja resistente, isto é, educar, aperfeiçoando os instintos.*” (Ayrosa, 1934, p. 24, grifo nosso). Afirmava que seria necessária uma dupla ação de higiene que fizesse frente ao crescimento do consumo do álcool: “*Oppôr medidas de repressão ao produtor e ao consumidor*” (Ayrosa, 1934, p. 25). Ayrosa, entretanto, levantava que a higiene esbarraria no capitalismo, sendo necessária uma intervenção mais radical:

A acção efficaz só poderá ser aquella que vise o problema social, e esta, infelizmente esbarrará sempre no maior inimigo da Hygiene: o capitalismo. Nestas condições pouco poderá o actual regime; necessário se torna que a sociedade se emancipe por suas próprias mãos, e em face das necessidades, dos grilhões que a si mesma creou. A therapeutica medica dos soporíferos terá de ceder á intervenção cirúrgica para a extirpação cancerosa (Ayrosa, 1934, p. 25).

De uma forma geral, o que se nota nos *Archivos*, acerca da psicanálise, é sua utilização como tentativa de vinculá-la aos pressupostos organicistas muito próximos à teoria da degeneração (Russo, 2002a). A proposta de que seria possível a educabilidade dos instintos pareceu a ferramenta possível para viabilizar a ideia de um projeto civilizador para a nação, de ajuste dos desajustados, sem alteração na estrutura social. A busca da imbricação da psicanálise e educação fazia parte da compreensão geral de que seria possível educar e nortear os instintos para adequá-los aos interesses do meio, repercutindo suas ações no meio escolar e familiar para fins de normalização das condutas e criação de uma identidade nacional. Além disso, a sexualidade da criança, tomada como arma contra a degeneração e alçada como objetivo da criação de um futuro feliz, pareceu permitir a penetração do poder psiquiátrico no lar e na escola, inculcando normas que visavam à eugeniização da população, que ganhava feições cada vez mais autoritárias.

O que parecia estar em jogo de forma inegociável era o mantimento das diferenças econômicas e sociais que marcaram a história do Brasil. O poder do Estado parecia ser constantemente solicitado para fazer cumprir o mantimento das hierarquias das relações brasileiras, ao passo que as produções científicas buscavam oferecer à elite o controle sobre uma parcela insubmissa da população, que tensionava as bases de regimes de poder.

Os caminhos para alcançar tais objetivos eram construídos a partir de discursos que alçavam duas ciências, ditas modernas, para resolver de vez a questão, sem promover nenhuma revolução: eugenia e psicanálise. De fato, não dá para festejar esse tipo de história, mas não se pode contribuir para o esquecimento político de que a psicanálise tem uma estreita relação com um *regime político racial*, que busca a continuidade de privilégios e vantagens dos brancos sobre os não brancos (Mills, 2023). Com objetivo de romper com a ignorância epistemológica acerca da nossa própria história e interrogar o lugar da psicanálise nesse processo, propomos que a psicanálise seja compreendida, a partir da noção de uma desonra política, na sua história, que se deu a partir da imbricação dos dispositivos da sexualidade e da racialidade.

4. A HONRA POLÍTICA DA PSICANÁLISE, NA EUROPA E NO BRASIL

4.1 A honra política da psicanálise: Europa

Até aqui, constatamos uma operacionalização da medicina social, psiquiatria e Estado para a renovação de lógicas que definiam as relações sociais e raciais, no Brasil. A psiquiatria aparece reivindicando um saber especializado diante da preocupação com a higiene pública, da proteção social e da defesa contra os perigos patológicos, que poderiam acarretar consequências negativas à sociedade. Segundo Foucault (1975), a psiquiatria operou duas codificações simultâneas para reivindicar seu saber: a codificação da loucura como doença e da loucura como perigo. A partir dessa operação, foi possível incluir uma parte da higiene pública ao campo de atuação médica especializada e outra à prevenção, diante da doença mental, *desenhando-se* como precaução social que evitasse perigos fundamentais decorrentes da experiência da loucura.

Como já apontamos, a própria criação da LBHM faz parte de um discurso de prevenção do *anormal*, do degenerado, no qual a preocupação com a criança aparece como elemento primordial. Como vimos, as ideias de Freud serão utilizadas como ferramenta nesse processo, por meio da apropriação higiênica das suas formulações sobre desenvolvimento psicosexual. Isto é dizer que Freud foi assimilado pelos médicos como “*afeito às finalidades do discurso da degenerescência*” (Oliveira, 2010, p. 166). Ao comentar educação sexual, baseando-se nas ideias de Freud, Porto-Carrero aponta que o ensino sexual, a ser oferecido pelos professores, com o carinho materno que dedicavam aos alunos, poderia ser a salvação de muitas desgraças. Com isso, haveria uma conjunção entre moral sexual e educação sexual, que aparece como normativa para um afastamento das ‘desgraças’ degenerativas que ameaçavam o avanço como nação.

A moral sexual será o complemento desse ensino e acompanhará os vossos ensinamentos, desde o início. Ensinareis o respeito mutuo entre os sexos, ensinareis a sublimidade da função procriadora e ensinareis que a espécie, a grande, a eterna espécie vale bem quantos sacrifícios fazamos, nós, indivíduos. E’ a espécie que se representa na vida social nos conceitos de pátria e de humanidade. E a vós, minhas senhoras, a vós, ás mulheres, á parte mais útil da função procriadora, vós, á melhor metade da espécie humana, a vós, cabe, principalmente a guarda dessa perpetua conservação que é a felicidade da família, a grandeza da Patria, a paz eterna entre os homens, na terra (Porto-Carrero, 1929c, p. 132).

Tais entendimentos nos saltam aos olhos, quando contrastados com a afirmação de Foucault (1976) sobre a *honra política* da psicanálise. O autor afirma que, no fim do século XVIII, o sexo se tornou um negócio de Estado e a tecnologia do sexo se ordenou em torno da instituição médica, momento em que a medicina exerceu um controle higiênico e estabeleceu exigências de normalidade. Essa mutação, segundo ele, abriu caminho para outras transformações, como a noção de ‘*instinto*’, que se tornou o novo vetor do problema da anomalia e que permitiu inscrever a psiquiatria em uma ideologia evolucionista (Foucault, 1975).

Em “*Os anormais*”, Foucault produziu uma genealogia da anormalidade, a partir da ideia de instinto sexual como ponto de ancoragem para a descontinuidade do saber psiquiátrico, que deixava de ser centrado unicamente na loucura para se constituir como uma ciência da conduta *anormal* (Santos, 2010). Patologizando a loucura, a psiquiatria se constitui como medicina própria da loucura – a medicina dos alienistas. Agora, precisaria preservar-se pelo estatuto da *anomalia*. Esta nosografia do *anormal*, segundo Foucault (1975), vai se formular na teoria da degeneração, a peça teórica da medicalização do *anormal*.

[...] não apenas a degeneração permite o funcionamento dessa psiquiatria na qual a relação de poder e a relação de objeto não vão no mesmo sentido, mas bem melhor: o degenerado vai possibilitar uma formidável recuperação do poder psiquiátrico. De fato, a partir do momento em que a psiquiatria adquire a possibilidade de referir qualquer desvio, anomalia, retardo, a um estado de degeneração, vê-se que ela passa a ter a possibilidade de ingerência indefinida nos comportamentos humanos (Foucault, 1975, p. 276).

Nessa mesma época, a teoria da hereditariedade colocava o sexo como uma responsabilidade biológica, diante da espécie, a partir da ideia de que ele poderia ser afetado por doenças, ao mesmo tempo em que, se não fosse devidamente controlado, poderia comprometer gerações futuras. Em conjunto, a teoria das perversões e os programas de eugenia produziam uma articulação, na qual buscavam explicar como uma patologia era passada hereditariamente e como as perversões, passadas por gerações, induziam a um esgotamento da descendência. É, a partir destas constatações, que Foucault (1976, p. 130) extrai sua formulação de que o “*conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência constituiu um núcleo sólido das novas tecnologias do sexo*”. Nos *Archivos*, as discussões acerca dos instintos, neste sentido, eram vulgarizadas para o público, a partir de campanhas em que a Higiene Mental aparece como o saber especializado para a educação dos instintos e para a civilização social:

Pódes dizer-me que são categóricos os imperativos do instinto. Convirei contigo em que assim é. E dir-te-hei já ter a civilização creado na humanidade um instinto novo, o de inibição, que actúa corrigindo os demandos dos seus irmãos arcaicos. Cabe á Hygiene Mental e ás demais sciencias antropológicas contribuir para sua fixação definitiva em todos os homens (Archivos, 1933, p. 76).

Foucault (1976) comentou sobre a importância que o sexo assumiu como foco de disputa política, ao articular as disciplinas do corpo com o regulamento das populações. Se antes o sangue constituía um elemento importante dos mecanismos do poder soberano, a partir desta operação, a sexualidade se tornava centro de poder. A partir da segunda metade do século XIX, as discussões sobre sexualidade irão sustentar um tipo de poder político que se exercerá pelos dispositivos da sexualidade. É neste ponto, segundo Foucault, que se forma o racismo em sua forma moderna, com suas políticas de povoamento, de educação, hierarquização social em função de uma “preocupação mítica” de proteger a pureza do sangue e possibilitar o triunfo da raça. A honra política da psicanálise teria sido sua posição singular, a partir do debate sobre o discurso da degeneração, ao desvincular o instinto sexual das correlações com a hereditariedade e o libertar dos efeitos políticos do tripé perversão-hereditariedade-degenerescência. Sua honra residiu, portanto, no desvelamento do funcionamento de um sistema de aliança, no qual a sexualidade se constituía pela lei.

No extremo oposto pode-se a partir deste mesmo fim do século XIX, seguir o esforço teórico para reinscrever a temática da sexualidade no sistema da lei, da ordem simbólica e da soberania. É uma honra política para a psicanálise – ou pelo menos para o que pôde haver nela de mais coerente – ter suscitado (e isto desde o seu nascimento, ou seja, a partir de sua linha de ruptura com a neuropsiquiatria da degenerescência) do que poderia haver de irreparavelmente proliferante nesses mecanismos de poder que pretendiam controlar e gerir o quotidiano da sexualidade: daí o esforço freudiano (sem dúvida por reação ao grande crescimento do racismo que lhe foi contemporâneo) para dar à sexualidade a lei como princípio – a lei da aliança, da consanguinidade interdita, do Pai-Soberano, em suma, para reunir em torno do desejo toda a antiga ordem do poder (Foucault, 1976, p. 163).

Podemos verificar em Freud críticas à teoria da degeneração e uma paulatina crítica à hereditariedade até o momento em que ele secundariza seu grau de relevância. Para essa operação, partiu principalmente das formulações acerca da sexualidade infantil perverso-polimorfa, porém deixou, no rastro do caminho, algumas ideias atravessadas de prescrições normalizadoras.

Em “*A sexualidade na etiologia das neuroses*” (1898a, p. 266), Freud afirmava que a degeneração geral era utilizada como um “[...]cômodo termo médico [que] veio a ser copiosamente usado contra os pobres pacientes a quem os médicos são inteiramente incapazes de ajudar”. Esta afirmação parece a tônica das formulações de Freud acerca da

degenerescência. Insatisfeito com a medicina alemã, em relação à histeria, viajou para a Salpêtrière, entre 1885 e 1886, para estudar sobre histeria e hipnose com Jean-Martin Charcot.

Fui levado a refletir que nada de essencialmente novo poderia esperar aprender numa universidade alemã, depois de haver usufruído do ensino direto e indireto, em Viena, dos professores T. Meynert e H. Nothnagel. A escola francesa de neuropatologia, por outro lado, parecia-me oferecer algo diferente e característico de sua maneira de trabalhar, além de haver ingressado em novas áreas de neuropatologia que não tinham sido abordadas de forma parecida pelos cientistas da Alemanha e da Áustria (Freud, 1885[1986], p. 39).

No “*Relatório sobre os meus Estudos em Paris e Berlim*” (1885[1896]), vemos suas observações sobre os casos de histeria masculina e de histeria traumática, as quais conferiam à histeria um modo de funcionamento próprio que deveria ser investigado, deixando de lado os preconceitos e a carga moral que os médicos da época imprimiam à histeria. As “boas novas” de Freud foram recebidas pelos médicos alemães com desprezo, sendo a técnica da hipnose um grande ponto de discordância entre ele e Meynert. Ao prefaciar o livro de Bernheim sobre hipnotismo, Freud escreveu: “*é realmente esclarecedor e está destinado a destruir a crença de que o problema da hipnose, segundo afirma o Prof. Meynert, ainda esteja envolvido por um ‘halo de absurdo’*” (Freud, 1888b [1889], p. 111).

Freud apontava para a influência psíquica como um fator importante nos tratamentos da histeria, procurando desvinculá-la de uma ideia biológica, ainda que a hereditariedade fosse um fator a ser considerado. Sua relação com a tradição alemã, porém, foi abalada depois de suas formulações sobre os sintomas histéricos e a hipnose:

A impressão de que as altas autoridades haviam rejeitado minhas inovações permaneceu inabalável; e, com minha histeria em homem e minha produção de paralisias histéricas por sugestão, vi-me forçado a ingressar na Oposição. Como logo depois fui excluído do laboratório de anatomia cerebral e como durante intermináveis trimestres não tive onde pronunciar minhas conferências, afastei-me da vida acadêmica e deixei de frequentar as sociedades eruditas (Freud, 1925b [1924], p. 23).

Avançando com os trabalhos do método hipnótico de Breuer, Freud seguiu sua investigação sobre a etiologia da histeria, que embasou sua formulação de que não se tratava de um caso de degeneração. Para Freud, o centro de um ataque histérico era uma lembrança que tinha como conteúdo um trauma psíquico, ou um evento traumático. Além disso, já passava a afirmar o papel da sexualidade como causa de adoecimento psíquico: “*Com maior frequência, a causa da agorafobia, assim como de outras fobias está não na hereditariedade, mas nas anormalidades da vida sexual*’ (Freud, 1892-1894, p. 181, grifo nosso).

Também apontava que a paralisia histérica não era compatível com a anatomia do corpo orgânico, marcando um ponto de questionamento em relação às teorias fisicalistas alemães que defendiam que a ciência deveria se dar a partir de busca por causalidades naturais. Para Freud, o que estava em jogo na histeria não era uma lesão orgânica, mas uma “*abolição da acessibilidade associativa.*” (Freud, 1883a [1888-1883], p. 213), uma incapacidade do órgão ou função de ter acesso às associações do Eu consciente: “*o órgão paralisado ou a função abolida estão envolvidos numa associação subconsciente que é revestida de uma grande carga de afeto*” (Freud, 1883a [1888-1893], p. 214). Vemos a etiologia da histeria sendo formulada a partir de ideias que superavam a hipótese da teoria da degeneração, entendendo-a como um fenômeno psíquico e não como resultado de uma lesão anatômica. Podemos constatar tal posição, a partir da sua explicitação de casos de histeria de defesa ‘adquirida’:

Esses pacientes que analisei, portanto, gozaram de boa saúde mental até o momento em que houve *uma ocorrência de incompatibilidade em sua ideia representativa* – isto é, até que seu eu se confrontou com uma experiência, uma representação ou um sentimento que suscitaram um afeto tão aflitivo que o sujeito decidiu esquecê-lo, pois não confiava em sua capacidade de resolver a contradição entre a representação incompatível e seu eu por meio da atividade de pensamento. Nas mulheres, esse tipo de representações incompatíveis assoma principalmente no campo da experiência e das sensações sexuais; e as pacientes conseguem recordar com toda a precisão desejável seus esforços defensivos, sua intenção de “expulsar aquilo para longe”, de não pensar no assunto, de suprimi-lo. (Freud, 1894a, p. 55, grifo do autor)

As articulações sobre a hereditariedade pouco a pouco vão perdendo primazia, principalmente a partir das discussões acerca da etiologia diferencial das neuroses, o que ele chama de “*escolha da neurose*”. Nessa discussão, o que entrava em jogo era a forma como o recalque havia se realizado e a forma como as ideias recalçadas retornavam. Freud (1896b) afirmou uma certa sequência acerca do rumo das neuroses: 1) experiência sexual prematura, que deve ser recalçada; 2) o posterior recalçamento desperta uma lembrança correspondente e ocorre a formação de um sintoma primário; 3) um estágio de defesa é equivalente à saúde, exceto quando houver sintoma primário; 4) as ideias recalçadas retornam e suas lutas com o ego fazem surgir novos sintomas que configuram a doença propriamente dita.

Genericamente, diria que a hereditariedade é uma precondição a mais, no sentido que ela facilita e aumenta o afeto patológico – isto é, a precondição que, predominantemente torna possíveis as gradações entre o normal e o caso extremo. Não creio que a hereditariedade determine a escolha de uma neurose defensiva especial (Freud, 1896b, p. 267-268).

Chama-nos atenção que, ao discutir o papel da hereditariedade, afrouxando as inflexões

das teorias biológicas, Freud recai sobre a discussão da normalidade. Assim, a predominância de histeria nas mulheres passava a ser explicada devido à sua suposta natureza passiva: “*a passividade sexual natural das mulheres explica o fato de elas serem mais propensas à histeria*” (Freud, 1896b, p. 275, grifo nosso). Ou seja, Freud acabou por produzir uma norma para a sexualidade feminina. Apesar disso, gostaríamos de chamar atenção de que as manifestações motoras, os sintomas no corpo, deixavam de ser entendidos como uma lesão anatômica para serem tomados como um sintoma *limítrofe*, mais precisamente, uma *lacuna na psique*, que não será compreendida, a partir da lesão, mas de uma saída símbolo de um material recalçado.

O recalçamento não se dá pela construção de uma ideia antitética excessivamente forte, mas sim pela intensificação de uma ideia limítrofe, que, depois, representa a lembrança no fluxo do pensamento. Pode ser chamada de *ideia limítrofe* porque, de um lado, pertence ao ego e, de outro, forma uma parte não-distorcida da lembrança traumática. Assim, também aqui se trata do resultado de um compromisso; este, contudo, não se manifesta numa substituição com base em alguma categoria de tema, mas num deslocamento da atenção ao longo de uma série de ideias ligadas pela simultaneidade temporal (Freud, 1896b, p. 276).

Esses movimentos não se davam sem conflitos, pois, apesar de já ter uma compreensão que retirava a hereditariedade de um lugar preponderante, Freud confessava a Fliess os impasses acerca de produzir uma teoria e prática sem uma base orgânica:

Gostaria que você fizesse menos caso de minhas habilidades de mestre e que estivesse mais à mão para que eu pudesse ouvir suas críticas mais amíúde. Não estou de modo algum em desacordo com você, nem tenho a menor inclinação a deixar a psicologia suspensa no ar, sem uma base orgânica. No entanto à parte essa convicção, não sei como prosseguir, nem teórica, nem terapeuticamente, de modo que preciso me comportar como se apenas o psicológico estivesse em exame. Porque não consigo encaixá-los (o orgânico e o psicológico) e é algo que sequer consigo imaginar (Masson apud Freud 1898, p. 327).

A posição de Freud e suas transformações podem ser também acompanhadas a partir do texto “*Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas*” (1893 [1888-1893]). Tal artigo parece ter sido finalizado em 1888 e publicado apenas em 1893. Observamos que as datas das publicações englobam ao menos cinco anos, que podem evidenciar um divisor de águas sobre os escritos neurológicos e psicológicos de Freud. As três primeiras partes do artigo são inteiramente sobre neurologia e escritas em 1888, e a última parte deve datar de 1893, segundo editores das edições inglesas.

Nesse trabalho, aparece a defesa de que a paralisia histérica não seguia a anatomia do corpo orgânico, mas acometia sua representação. Defendia que a histeria também não seguia a

regra de que o segmento distal era mais afetado que o segmento proximal, como ocorria nas paralisias cerebrais orgânicas: “*Na histeria, o ombro ou a coxa podem estar mais paralisados do que a mão ou o pé*” (Freud, 1893 [1888-1893], p. 205). Segundo ele, a histeria também contrariava a sintomatologia orgânica ao ser constatado que funções mais complexas e adquiridas mais recentemente não fossem as mais afetadas, tal como acontecia nas paralisias orgânicas.

Em terceiro lugar, Freud expõe que a histeria teria a possibilidade de dissociação, o que fazia com que uma função não afetada fosse a mais complexa, contrariando a sintomatologia orgânica, na qual as funções mais complexas e adquiridas mais recentemente são as mais afetadas em consequência da paralisia. Sua diferenciação entre as paralisias explicita a impossibilidade de explicar a histeria por aspectos advindos da anatomia:

A paralisia histérica se caracteriza, pois, pela *delimitação precisa* e pela *intensidade excessiva*; possui essas duas qualidades ao mesmo tempo, e é nisso que manifesta o maior contraste em relação à paralisia cerebral orgânica, na qual se constata que *essas duas características não se associam entre si* (Freud, 1893 [1888-1893], p. 207, grifo do autor).

Nesse sentido, também mostra suas discordâncias em relação às formulações de Charcot, acerca da *natureza da lesão*, que defendia a ideia de uma lesão cortical puramente dinâmica ou funcional. Freud chamava atenção para que esse entendimento pudesse pressupor que, por trás de uma “*lesão dinâmica histérica*”, seria possível identificar uma afecção orgânica. Indo na contramão da proposta anatomopatológica, o austríaco se posiciona contra tal pensamento e afirma:

Eu, pelo contrário, afirmo que a lesão nas paralisias histéricas deve ser completamente independente da anatomia do sistema nervoso, pois *nas suas paralisias e em outras manifestações, a histeria se comporta como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse conhecimento desta* (Freud, 1893a [1888-1893], p. 212, grifo do autor).

Freud considerava que “*a lesão, portanto, seria a abolição da acessibilidade associativa da concepção do braço*” (Freud, 1893 [1888-1883], p. 213). Em 1895, publicou “*Estudos sobre a histeria*”, buscando lançar luz sobre a etiologia dos sintomas histéricos, apresentando a tese de que “*os histéricos sofrem principalmente de reminiscências*” (Freud, 1893b, p. 43). Havia uma concordância entre Janet, Freud e Breuer de que na histeria havia a “*double conscience*”, já que a lembrança de um trauma só era encontrada com o sujeito em estado de hipnose. A explicação dessa divisão, no entanto, se dava de formas distintas. Janet considerava que a divisão da consciência se dava por um processo degenerativo e Breuer afirmava que o conteúdo

esquecido não se ligaria à consciência porque o histérico estava em estado hipnóide. Entretanto, para Freud, a divisão da consciência se daria em decorrência de incompatibilidade representativa, causada por um conflito de ordem sexual que havia perturbado uma vinculação entre afeto e representação. A nova ideia trazida nesses estudos foi a ideia de *defesa*, ligada à convicção de Freud sobre as causas da histeria serem de origens sexuais (Zaretsky, 2006).

Freud comentava que o tema da sexualidade era comum em vias não oficiais e que publicar tais informações iria na contramão da tradição científica da época. Nesse sentido, a sua publicação do caso de Elizabeth von R. traz considerações que se apresentam como uma crítica às proposições da ideia de *famille névropathique*, que carregavam postulados das teorias da hereditariedade e da degenerescência. Esta noção, utilizada por Charcot, definia um grupo de doenças que poderiam ser passadas dos sujeitos para os seus descendentes e substituir uma doença por outra, superestimando o papel da hereditariedade como causa (Nascimento, 2022). Freud criticava tais formulações:

Descrevi o caráter da paciente — as características que são encontradas com tanta frequência nas pessoas histéricas e que não há nenhuma desculpa para se considerar como consequência da degenerescência: seus talentos variados, sua ambição, sua sensibilidade moral, sua excessiva exigência de amor, a princípio atendida pela família, e a independência de sua natureza, que ia além do ideal feminino e encontrava expressão numa dose considerável de obstinação, combatividade e reserva. Nenhuma mancha hereditária apreciável [...] pôde ser encontrada em qualquer dos dois lados da família. É verdade que a mãe sofrera por muitos anos de uma depressão neurótica que não fora investigada, mas os irmãos e as irmãs da mãe, assim como o pai e a família deste, podiam ser considerados pessoas equilibradas, sem problemas nervosos. Não ocorrera nenhum caso grave de neuropsicose entre os parentes próximos. Tal era a natureza da paciente, que agora se via dominada por emoções dolorosas, a começar pelo efeito depressivo de cuidar de seu querido pai durante uma doença prolongada (Freud, 1893b, p. 184).

Explicitando o caso, Freud comentava os aspectos da história da doença em que representações de natureza erótica entravam em conflito com representações morais:

Enquanto cuidava do pai, como vimos, ela desenvolveu pela primeira vez um sintoma histérico — uma dor na região específica da coxa direita. Por meio da análise, foi possível encontrar uma elucidação adequada para o mecanismo do sintoma. Ele aconteceu no momento em que o círculo de ideias que abrangia seus deveres para com o pai enfermo entrou em conflito com o conteúdo do desejo erótico que ela estava sentindo na época. Sob a pressão de intensas autocensuras, ela se decidiu em favor do primeiro, e ao fazê-lo, provocou a dor histérica (Freud, 1983b, p. 187).

No texto “*A hereditariedade e a etiologia das neuroses*” (1896a), criticou de forma contundente a noção de hereditariedade e a generalização da noção de degeneração. Para Freud,

o papel da hereditariedade deveria ser investigado e não afirmado de princípio, combatendo a ideia de tomar a hereditariedade como causa dos males (Masieiro et al, 2006):

(a) Certas afecções que, muitas vezes, estão bem distantes do domínio da neuropatologia [...] tem sido ocasionalmente consideradas como nervosas e demonstrativas da presença de uma tendência neuropática hereditária. (b) Todas as afecções nervosas encontradas na família do paciente, sem consideração para com sua frequência ou gravidade, têm sido aceitas como fundamento para atribuir-lhe uma tara nervosa hereditária (Freud, 1896a, p. 143).

Embora Freud sempre tenha explorado a questão da sexualidade nos seus estudos, foi apenas em 1905, com a publicação de “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, que sua teoria sobre o tema foi sistematizada. Ele sustentava que, enquanto a sexualidade infantil não fosse devidamente considerada — pois só recebia atenção tomada como uma degeneração —, o peso da hereditariedade não seria corretamente avaliado. Rejeitou a ideia de que neuróticos eram degenerados e argumentava que estes sujeitos adoeciam de complexos comuns a todas as pessoas:

Não dou valor à objeção de que os neuróticos constituem uma classe especial, marcada por uma disposição inata ‘degenerada’ e de cuja vida infantil não podemos tirar qualquer conclusão sobre a infância de outras pessoas (Freud, 1908, p. 192).

Voltava a criticar a ampliação generalizada proposta por Magnan, acerca da degeneração:

A degeneração está exposta às objeções que se levantam, em geral, contra o uso indiscriminado da palavra. Tornou-se costume imputar à degeneração todos os tipos de manifestação patológica que não sejam de origem diretamente traumática ou infecciosa. A classificação dos degenerados, feitas por Magnan faz com que nem mesmo a mais primorosa conformação geral da função nervosa fique excluída da aplicabilidade do conceito de degeneração (Freud, 1905b, p. 131).

Assim, as ideias sobre a etiologia da sexualidade de Freud confrontavam os postulados da teoria da degeneração. A partir das discussões sobre pulsão sexual, afirmava que a sexualidade da criança era perverso-poliforma e provinha de uma multiplicidade de fontes, podendo funcionar a partir de qualquer ponto do corpo. Essa ideia possibilitou Freud formular que a pulsão sexual não possuía objeto fixo, se distanciando da psicopatologia da época, que definia um objeto fixo para a pulsão e, no entorno desta ideia, classificava comportamentos considerados anormais, degenerados e perversos. Assim, seu argumento chave para a contraposição em relação à teoria da degenerescência foi a sexualidade infantil perverso-

polimorfa (Oliveira, 2016; Medeiros; Carvalho, 2018; Nascimento, 2022).

Além disso, afirmava que as doenças resultariam da forma como a sociedade se relacionava, pois formulava a normalidade como “*fruto do recalçamento de certas pulsões parciais e certos componentes das disposições infantis*” (Freud, 1906a [1905], p. 264). Conseqüentemente, as neuroses poderiam ser explicadas, a partir de um recalçamento excessivo de disposições libidinais, promovendo discussões acerca da sexualidade e cultura.

Assim, os achados de Freud sobre a sexualidade infantil perverso-polimorfa, na etiologia das neuroses, marcaram uma oposição às formulações da teoria da degenerescência e da hereditariedade.

Em “A moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno” (1908b), podemos constatar uma discussão direta de Freud com a obra “*Ética sexual*”, publicada por Christian Von Ehrenfels, um ano antes. Freud apresenta a diferenciação feita por Ehrenfels entre moral sexual “natural” e “civilizada”; sendo a primeira um domínio sob o qual um povo se conservaria sadio e capaz, enquanto a cultural estimularia os homens a um trabalho cultural, que demandaria mais intensidade e produção. A melhor ilustração desta oposição seria a comparação entre patrimônio constitutivo e um patrimônio cultural, que é aprofundado por Freud ao apresentar, para o leitor, as ideias centrais de Ehrenfels:

É plausível supor que, sob o domínio de uma moral sexual cultural, a saúde e a capacidade vital dos indivíduos estariam sujeitas a danos, e que essa injúria das pessoas, causadas pelos sacrifícios a elas impostos, alcançaria um grau tão elevado que, por essa via indireta, também o objetivo cultural final estaria comprometido. Von Ehrenfels realmente atribui à moral sexual que governa a sociedade ocidental de hoje uma série de males pelos quais não pode deixar de responsabilizá-la, e, embora reconheça que ela se presta otimamente para promover a civilização, conclui por julgá-la necessitada de reforma (Freud, 1908b, p. 252).

Ehrenfels propõe uma reforma na moral sexual, que, ao glorificar a monogamia, inutilizaria a “seleção viril”, que, segundo ele, era o único poder que poderia proporcionar a melhora da constituição humana. Em oposição, Freud levanta a discussão sobre o “nervosismo moderno”, um dos efeitos nocivos que Ehrenfels atribuía à moral sexual, como contra-argumento à ideia de uma “moral sexual natural”. O psicanalista afirma que a influência danosa da civilização, devido à moral sexual “cultural” nela vigente, se reduz, essencialmente, à repressão nociva da vida sexual das populações civilizadas. Ou seja, Freud propõe que toda moral sexual é, necessariamente, cultural:

Em termos bem gerais, nossa civilização está baseada na repressão dos instintos. Cada indivíduo renunciou a um quê do que possuía, à plenitude de seu poder, às tendências

agressivas e vingadoras de sua personalidade; dessas contribuições originou-se o patrimônio cultural comum de bens materiais e ideais. Além das necessidades da vida, foram provavelmente os sentimentos ligados à família, derivados do erotismo, que levaram os indivíduos a essa renúncia. Ela foi progressiva no curso da evolução cultural; seus avanços graduais foram sancionados pela religião; a parcela de satisfação instintual a que cada um renunciara foi oferecida à divindade como sacrifício; o bem comum assim adquirido foi declarado “sagrado”. Aquele que, devido à sua constituição inflexível, não pode acompanhar essa repressão de instintos, torna-se um “criminoso”, um *outlaw* [fora da lei] perante a sociedade, a menos que sua posição social e suas capacidades extraordinárias lhe permitam se impor como um grande homem, um “herói”. É provável que o instinto sexual — ou, melhor dizendo, os instintos (Freud, 1908b, p. 256-257).

Ao se contrapor às proposições de Ehrenfels sobre os danos gerados pela moral sexual cultural, Freud indica o fator sexual como essencial na causação das neuroses. Nesse debate, sua contribuição se mostra combativa à ideia de uma “moral sexual natural” ou de uma “seleção viril”, firmando uma posição declaradamente antieugênica, a partir da etiologia sexual:

Certamente não cabe a um médico apresentar-se com propostas de reforma; mas achei que podia enfatizar a urgência de tais reformas, complementando a exposição de Ehrenfels sobre os danos gerados por nossa moral sexual “cultural” com esta indicação do seu significado na difusão do nervosismo moderno (Freud, 1908b, p. 270).

Apesar dos avanços das formulações de Freud diante dos debates aos quais era contemporâneo, recaía sobre alguns aspectos normativos que deixaram em aberto o caminho para produção de patologização, a partir das ideias da psicanálise.

Podemos ler em Freud um esforço de se desvencilhar dos embaraços que a ideia de “normalidade” sexual lhe impunha. Apesar de sua posição crítica em relação à moral sexual moderna, ele foi atravessado por suas prescrições normalizantes. Freud fala em “perigos do pré-prazer”; advoga a ideia de que a perversidade polimorfa pela via educativa poderia manter a pulsão em rumos coerentes com os ideais civilizatórios; demonstra ambiguidade em relação ao poder normativo da heterossexualidade; prescreve destinos subjetivos possíveis para a feminilidade, tomando a maternidade como seu desfecho mais adequado. Além disso, a despeito de sua posição crítica em relação à degenerescência, o discurso freudiano fez reverberar a fustigação moderna em torno da questão sexual, enunciada por Foucault [...], razão pela qual fora acusado por seus detratores de pansexualista. Foi o risco que correu quando tentou pensar o aparelho psíquico de maneira indissociável do mal-estar produzido na modernidade (Oliveira, C., 2010, p. 172)

A visão normativa de Freud, acerca do que a autora comenta sobre a heterossexualidade, nos chamou atenção, a partir da discussão de Freud sobre a *inversão* não se tratar de uma degeneração. Ao responder à carta de uma mãe de um jovem homossexual, que solicitou tratamento para seu filho, Freud respondeu:

Minha querida Senhora, Lendo a sua carta, deduzo que seu filho é homossexual. Chamou fortemente a minha atenção o fato de a senhora não mencionar este termo na informação que acerca dele me enviou. Poderia lhe perguntar por que razão? Não tenho dúvidas que a homossexualidade não representa uma vantagem, no entanto, também não existem motivos para se envergonhar dela, já que isso não supõe vício nem *degradação* alguma. Não pode ser qualificada como uma doença e nós a consideramos como uma variante da função sexual, produto de certa *interrupção no desenvolvimento sexual* (Freud, 1935/1967, p. 43, grifo nosso).

A homossexualidade ser apontada como uma *variante*, fruto de uma *interrupção no desenvolvimento sexual* — que teria um curso “normal”, mas que não foi atingido — implica uma visão de Freud que, em vez de reconhecê-la como uma orientação sexual legítima e igualmente válida, a descreve como um desvio de um padrão considerado “normal”.

Estando explicitada a relevância e alguns limites de Freud, na sua oposição com a teoria da degeneração, chamamos a atenção para a indissociabilidade entre as discussões de sexualidade e de raça dentro desse debate. Foi, a partir das considerações de Freud a respeito da teoria da degeneração e da forma como a própria psicanálise foi construindo sua teoria, a partir da sexualidade, que podemos encontrar sua posição antirracista. Essa posição não passou despercebida pelo próprio Freud que, ao escrever sobre as resistências que se levantavam à psicanálise, comentava da sua posição como judeu:

Finalizando, podemos perguntar, com toda a discrição, se a própria personalidade do autor, de judeu que jamais ocultou sua condição, não teria colaborado para a antipatia do meio ambiente em relação à psicanálise. É raro que um argumento desse tipo seja expresso em voz alta, mas infelizmente nos tornamos tão desconfiados que não podemos deixar de supor que esse dado teve algum efeito. E talvez não tenha sido puro acaso que o primeiro defensor da psicanálise fosse um judeu. Para abraçá-la era preciso estar disposto a aceitar o destino do isolamento na oposição, destino esse mais familiar ao judeu que a qualquer outro (Freud, 1925[1924], p. 239).

As questões políticas desse posicionamento podem nos auxiliar na compreensão das assimilações e marginalidades das ideias da psicanálise, no discurso eugênico. Edward Said propõe que Freud seja lido a partir do seu contexto, mas em um contraponto que permita lê-lo como um antecipador de uma “história posterior”, proporcionando o desenvolvimento de outros trabalhos, aos quais ele não poderia prever, um modo de leitura que possa servir para revelar movimentos e interpretações alternativas de sua obra que tomaram caminhos trágicos ou que rastreiem resistências a tais ideias.

Assim, a história posterior reabre e questiona o que parece ter sido a finalidade de uma figura de pensamento anterior, colocando-a em contato com formações culturais, políticas e epistemológicas com as quais jamais sonhou o autor, não obstante filiada a ele pelas circunstâncias históricas (Said, 2004, p. 55-56).

Nesse sentido, a afirmação de Freud, acerca do seu lugar de judeu e da sua posição antirracista, no debate sobre a degeneração e a hereditariedade, nos coloca diante de reflexões acerca do contato de Freud com o antissemitismo, na Universidade que o serviu, como motivação pessoal para questionar as relações de agressão entre indivíduo e sociedade (DANTO, 2020). No fim de sua obra, em uma tentativa de reconstruir sua história, Freud realizou uma arqueologia da identidade judaica e mostrou uma outra história não judaica, não europeia, que foi apagada e que não configurava o que dizia respeito a uma identidade judaica oficial. Isso se deu a partir da tese de que Moisés não era judeu, e sim egípcio. Nesse sentido, Freud apresentou uma crítica à noção de identidade:

Em outras palavras, a identidade não pode ser pensada nem trabalhada em si mesma; ela não pode se constituir nem sequer se imaginar sem aquela quebra ou falha original racial que não será reprimida, porque Moisés era egípcio e, portanto, sempre esteve fora da identidade dentro da qual tantos se posicionaram e sofreram — e depois talvez até triunfaram. A força desse pensamento, acredito, é que ele pode ser articulado dentro e dirigir-se a outras identidades sitiadas; não por meio de paliativos como a tolerância e a compaixão, mas sim as tratando como feridas seculares, perturbadoras, desabilitadoras, desestabilizadoras — a essência do cosmopolita da qual não há recuperação, nenhum estado de tranquilidade, resolvida ou estoica, e nenhuma reconciliação utópica, nem sequer consigo mesma (Said, 2004, p. 82).

Tal discussão coloca em questão a categoria de *identidade*. Birman (2023) lembra que o contexto em que “*Moisés e o Monoteísmo*” foi publicado era de disseminação do antissemitismo no mundo em conexão com os discursos fascistas e nazistas. A definição de Moisés, que colocava em questão a categoria de identidade, destacava, em contrapartida, a categoria de *identificação*, inscrevendo-a no registro inconsciente. Assim, o inconsciente não seria marcado como um registro de identidade e sim pelas frestas do campo da identidade, no qual o destaque vai para o registro do Outro, de identificações. A força dessas formulações aparece em um momento em que ideologias conservadoras, norteadas pelo particularismo, se disseminava na Europa. Birman alerta para a posição crítica de Freud, nesse momento:

Portanto, não existe qualquer dúvida de que a problemática da identidade desde o século XIX, na Europa, se inscreve genealógicamente de forma decidida nos campos político, social e ideológico da extrema direita, com os discursos sobre o nacionalismo, o fascismo e o nazismo, assim como nas suas derivações franquista (Espanha) e salazarista (Portugal). Em contrapartida, o discurso freudiano assumia uma posição universalista, criticando de forma sistemática o identitarismo e o nacionalismo, se norteadas assim de forma correlata pela perspectiva teórica da identificação (Birman, 2023, p. 7).

Em contrapartida, o que constatamos, na historiografia oficial da psicanálise, é que o movimento psicanalítico liderado por Freud procurou se afastar de ser visto como uma ciência

judaica, que como é de se imaginar, produziu seus diversos efeitos. Com o aumento do fascismo e o avanço do nazismo, buscaram tornar a psicanálise mais “razoável” e deslocar seu centro para um eixo anglo-saxão. Isso significou que a psicanálise deveria ser discreta e continuar seu funcionamento, apesar do Terceiro Reich, ao tempo em que ocorriam tentativas de eliminar analistas que eram abertamente contra esses regimes. Essa perspectiva foi levada a cabo por Ernest Jones, que será o representante desse novo centro de gravitação da psicanálise, que agora deveria se tornar apolítica. Defendemos que, como possível efeito, os debates raciais ficaram precariamente debatidos no campo psicanalítico. É, a partir desse entendimento, que enquadramos a recepção das ideias freudianas no Brasil.

A história progressista de nossa disciplina é apagada e o psicanalismo pode assim eclipsar a multidão dos nomes daqueles que compartilhavam a mesma luta. Adotar tal estratégia revisionista é privar a disciplina de sua história. Mas o tempo quimérico e mortífero de uma psicanálise pretensamente purificada certamente ficou para trás (Gabarron-Garcia, 2023, p. 208).

As relações entre o campo psicanalítico europeu e sua tentativa de se afastar da política podem ser pensadas, a partir dos embates desse campo com Reich, expulso secretamente da Associação Psicanalítica Internacional em 1933, sendo um momento de certa proclamação do fim de engajamento político dos analistas.

Tendo em vista o poder cada vez maior dos nazistas, as atividades de Reich promoveram uma crise no mundo analítico. Em 1932, ele enviou um artigo — “The Masochistic Character”/O caráter masoquista, no qual argumentava que a repressão sexual transformava o impulso neutro de controle de agressividade — ao *international Journal of Psychoanalysis*. Freud concordou em publicá-lo, mas criticou sua “afirmação absurda de que isso que chamamos de pulsão de morte seja produto do sistema capitalista”. E queria acrescentar um comentário editorial dissociando a psicanálise de qualquer interesse político e identificando Reich como bolchevique, mas os outros editores o impediram, argumentando que uma declaração assim “equivaleria a uma declaração de guerra contra os soviéticos. Para apaziguar Freud, foi preciso que Siegfried Bernfeld escrevesse a recusa (Zaretsky, 2012, p. 212).

Acreditamos que essa tentativa de “salvar” a psicanálise e sustentar uma suposta neutralidade política acabou por minar o debate das questões sobre raça, “dando um branco” na sua história que recentemente começou a ser recuperada e contrasta com a perspectiva de uma psicanálise apolítica.

É, a partir desse entendimento, que enquadramos a recepção das ideias freudianas no Brasil, situando-a em uma correlação de forças, em que a ideia da construção da identidade nacional significava a construção de um povo que fosse branco e civilizado. A discussão proposta por Birman (2023), acerca da crítica de Freud à ideia de civilidade, nos interessa na

medida em que se marca o fundamento freudiano diante do debate colonial. Segundo o autor, há uma discussão ética e política crítica a qualquer concepção linear de construção de civilização. Isso quer dizer que existiria uma tensão permanente entre o que seria entendido como “arcaico” e “civilizado”, que estaria no fundamento das suas formulações entre inconsciente e recalque, nas quais o que é recalcado insistirá sob a forma do retorno do recalcado.

Vale dizer, o discurso freudiano na sua estrutura ética, política e teórica respaldaria o desafio pós-colonial, justamente pela ênfase colocada na categoria de identificação e pela crítica conexas à categoria de identidade, pela oposição dialética estabelecida entre civilização e barbárie, marcada pela reversibilidade e norteadas pelo processo do recalque. No enunciado de que Moisés seria egípcio e não judeu, apesar de ser o criador da tradição judaica, Freud enunciou a pertinência da categoria de identificação e a crítica à categoria substancial e essencial de identidade (Birman, 2023, p. 8).

Propomos tomar a posição dialética entre civilização e barbárie, que nos serve para pensar a posição das ideias freudianas, diante das pessoas marginalizadas, na história brasileira, quando era debatida a construção da identidade nacional. Assim, a ideia acerca do projeto civilizatório para uma identidade brasileira se sustentava na inscrição de sua soberania, em relação aos corpos marginalizados e exterminados nesse processo político de dominação. Apesar da honra e importância política, acerca das descobertas de Freud, suas considerações sobre um desenvolvimento sexual normal, no Brasil, foram utilizadas, a partir do crivo da higiene, tomando as discussões sobre sexualidade em consonância com as formulações acerca da degeneração. Como consequência, as ideias da psicanálise não aparecem como uma saída que rompesse com ideais deterministas, mas as renovava como dispositivo de aniquilação do outro (Russo, 2002; Torquato, 2014).

Contrastando com a honra política, apontada por Foucault, diante do cenário europeu, gostaríamos de apontar que a emergência da psicanálise no Brasil deve ser compreendida a partir do seu funcionamento na imbricação do dispositivo do sexo e da raça.

4.2 A desonra política da psicanálise: Brasil

Quando Foucault afirmou a honra política da psicanálise, pela sua oposição teórica e prática ao fascismo, fez a ressalva de que suas análises se situavam em um recorte europeu. Afirmou que a investigação da posição da psicanálise, em relação ao discurso da degenerescência e hereditariedade, em outros contextos, deveria considerar as especificidades contemporâneas à sua emergência:

Mas essa posição da psicanálise esteve ligada a uma conjuntura política precisa. E nada pode impedir que pensar a ordem do sexual de acordo com a instância da lei, da morte, do sangue e da Soberania [...] seja, afinal de contas, uma “retroversão” histórica. O dispositivo da sexualidade deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas (Foucault, 1976, p. 164).

Ao questionar os motivos da busca de uma verdade sobre o sexo, desejos e fantasias, Foucault encontra uma história acerca da sexualidade como uma transferência de poder, na qual regimes sociais e disciplinares penetram no íntimo da família moderna. Se partirmos, porém, para uma compreensão dessas relações em outros contextos, suas análises devem ser situadas em uma “*paisagem imperial, onde os adereços culturais de distinção burguesa foram parcialmente formados através dos contrastes construídos na linguagem e política da raça*” (Stoler; Maia; Viana, 2022, p. 232).

De fato, ao analisarmos as práticas discursivas presentes nos *Archivos*, o debate sobre a melhoria racial aparece como ordenador de um sistema de enunciabilidade. Nessa perspectiva, se faz necessário pensar a normalização da sexualidade, no Brasil, a partir de formações discursivas que operam para fazer funcionar um regime de hierarquias raciais (Carneiro, 2023), na qual a rede de significações sobre o negro se dará, a partir das formulações acerca do anormal a ser civilizado, disciplinado, exterminado. Assim, um esforço para situar as especificidades do dispositivo da sexualidade e levar em conta as técnicas de poder que lhe são contemporâneas requer a consideração de quenos situamos em uma realidade colonial, que coloca questões para pensar na posição política da recepção das ideias de Freud, no Brasil.

Ao tomarmos os *Archivos* como material de análise, chamamos a atenção para a supressão do termo *eugenia*, na denominação da própria instituição. Ainda que conste, na própria ata da reunião de sua fundação, em 1923, que buscavam fornecer divulgação das noções da eugenia mental, com vistas à defesa da mentalidade da raça, a proposta do título da Liga foi que “*a mesma se denomine simplesmente ‘LIGA DE HIGIENE MENTAL’*” (Ata, da Fundação, 1941, p. 92, grifo nosso).

Já em 1933, com as notícias de que a Liga Allemã de Hygiene Psychica passava a se denominar *Liga Allemã de Hygiene Psychica e Hygiene Racial*, ressaltavam que a LBHM tinha, desde sua criação, propostas eugênicas como uma de suas finalidades e que sempre fizeram esforços para cumprir tal cronograma:

A Liga Brasileira de Hygiene Mental sente-se verdadeiramente desvanecida por vêr que a sua sabia congênere da culta Germania tamanha importância concede às directrizes eugênicas que chega a modificar a sua própria denominação. E sentimo-

nos desvanecidos porque, desde a primeira hora, nós soubemos assinalar as vantagens de se conjugarem do modo mais íntimo a Higiene Mental e a Eugenia (Factos e Commentarios, 1933d, p. 335).

Assim, vemos como as condições sociais, históricas e políticas fazem aparecer o que antes tinha sido intencionalmente suprimido e que, de acordo com nossas análises, informa sobre a pretensão do uso da psicanálise como ferramenta científica e política, com finalidades racistas, no Brasil — diferentemente dos debates iniciais de Freud com a teoria da degeneração. No momento da reformulação do estatuto da liga, a psicanálise aparece como uma nova área que contribuiria para a consecução dos seus objetivos: “Art. 2º- [...] 1) *promover o estudo e desenvolvimento dos novos processos da psychologia aplicada e da psychanalyse.*” (Estatutos, 1929, p. 40). Com efeito, questionamos a aplicabilidade direta das análises de Foucault sem a consideração de que aqui estamos lidando com uma realidade de história colonial:

O que aconteceria com as cronologias de Foucault se as tecnologias de sexualidade fossem reconfiguradas num campo imperial? Seria a busca obsessiva da “verdade sobre o sexo”, no século dezoito ou dezenove, um refúgio saído dos modelos confessionais anteriores, como Foucault defende; ou seria a “verdade sobre o sexo” remodelada ao redor de outras asserções de verdade, especificamente aquelas que são trabalhadas através da linguagem da raça? (Stoler; Maia; Viana, 2022, p. 233).

Ainda que a afirmação foucaultiana de que o discurso sobre a sexualidade, incitado como instrumento de poder, seja pertinente, as autoras questionam se seus objetos — a criança masturbadora, a mulher histórica, o casal malthusiano e o adulto perverso — poderiam existir sem um contraponto erótico racial (Stoler; Maia; Viana, 2022).

Profundamente sedimentados na moralidade sexual, estes discursos puderam redesenhar as “fronteiras internas” das comunidades nacionais, fronteiras estas que foram asseguradas através — e às vezes de forma contraditória — dos contornos da raça. Tais discursos nacionalistas foram determinados por princípios culturais excludentes que, além de separarem classe média da pobre, marcaram aqueles cujas reivindicações sobre direitos de propriedade, cidadania e assistência pública eram merecedores de reconhecimento e aqueles que não o eram. Discursos nacionalistas emergiram a partir de, ao mesmo tempo em que reforçam, uma política de exclusão mais ampla (Stoler; Maia; Viana, 2022, p. 234).

Foucault (1975) já havia constatado, a partir da sua genealogia da anormalidade, que o instinto sexual operou uma descontinuidade na psiquiatria que não mais partiria de um saber sobre a loucura, mas de um saber acerca da conduta do anormal. O campo da anomalia passaria a ser atravessado pela “ciência sexual”, centrada na herança-degeneração-instinto (Santos, 2010). Essa ciência sexual se desenvolveu para dizer a verdade sobre o sexo em uma função de saber-poder que encontrou, nos dispositivos da sexualidade, um modo de regulação dos corpos

e das populações. Se, na Europa, a figura do anormal se constituiu, a partir das figuras do monstro sexual, do indivíduo monstruoso e do desviante sexual, no Brasil, observamos que, progressivamente, os que não se enquadravam no padrão normativo da branquitude também eram vistos como anormais e incivilizados (De Cassia Catoia, 2018). Assim, a partir do discurso da degeneração e as proposições eugênicas, a elite intelectual alçava-nos como grupo a ter seus instintos civilizados e oferecia ferramentas de controle à elite brasileira escravocrata.

Isso nos faz considerar que a genealogia da identidade burguesa e a biopolítica pensada por Foucault devem ser delineadas, a partir da indissociabilidade entre sexualidade e raça, se buscamos pensar aspectos de um país explorado pela lógica imperialista, pois, o poder disciplinar, funcionando como processo de normalização, define as condições de desenvolvimento de uma sociedade, a partir da exclusão:

Assim, à pergunta sobre o que há de novo no desvio podemos responder: a normalidade, pois esses termos relacionais surgiram a partir da consolidação da ordem social assentada numa tecnologia de poder que estabeleceu normas, as naturalizou e fez com que todos os que não se enquadrassem nelas passassem a ser classificados como desviantes. O poder disciplinar é o fundamento de um processo sem fim de normalização social, o qual se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa (Miskolci, 2005, p. 12).

Se para Foucault (1975) a inscrição da psiquiatria, na patologia evolucionista, se deu a partir da noção de instinto, sendo a eugenia e a psicanálise as duas grandes tecnologias do instinto, que emergiram no fim do século XIX, no caso brasileiro, a leitura de um dispositivo da sexualidade requer seu enquadramento histórico em tecnologias de poder, que funcionaram para perpetuar os privilégios brancos. Assim, o uso da psicanálise como ferramenta de civilização social deve ser compreendido como uma tentativa de regulação das tensões sociais e raciais, fazendo parte do que Sueli Carneiro definiu como *dispositivo de racialidade*.

Partindo dos pressupostos de Foucault (1976), em que o dispositivo da sexualidade serve como uma autoafirmação da burguesia, Carneiro sistematiza uma noção correlata na qual o dispositivo de racialidade funciona pela afirmação da branca como sinônimo de humanidade, marcando sua posição de superioridade em uma relação hierárquica.

Inspirada pelo filósofo francês, procuro mostrar a existência de um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira de tal modo que, pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades. Pode-se dizer que o dispositivo de racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras. Ou, dito de outro modo, a superioridade do Eu hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, negro (Carneiro, 2023, p. 13).

O dispositivo de racialidade opera em conjunto com o biopoder que o instrumentaliza, combinando um racismo que busca garantir a vida de apenas uma raça, tomada como sadia e superior. É disso que “*derivam também as teses racialistas da biologia, que tratam a mistura como um problema e a mestiçagem como fator corruptor de povos e nações.*” (Carneiro, 2023, p. 32) As ideias freudianas no Brasil foram aplicadas como ferramenta eugênica para construção de práticas, saberes e poderes, que buscavam instituir uma “fundamentação do ser” (Carneiro, 2023), a partir do não ser do outro. Isto quer dizer que, no caso brasileiro, o crivo da raça determinava os discursos científicos produzidos na LBHM, de modo que, quando acompanhamos as ideias de Freud sendo elaboradas nos *Archivos*, o que encontramos é uma aproximação de suas ideias ao determinismo biológico racista da época. O crivo de uma raça civilizada será o da raça branca, tomada como paradigma da humanidade e ideal de ser para outras classes (Carneiro, 2023).

O dispositivo da racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão. Desse modo, o branco torna-se ideal de Ser para os Outros, e a mulher branca, uma mística para os não brancos. Essa forma de afirmação da burguesia instituiu para todos o padrão estético desejável, a forma de amor e de sexualidade, a moral correspondente, sendo o corpo a expressão da autoafirmação, afinal, ‘o corpo funciona como marca dos valores sociais, nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. Socialmente, o corpo é um signo’ (Carneiro, 2023, p. 31-32).

Em “*Sexo e cultura*”, Porto-Carrero (1930e, p. 155) fazia algumas considerações, a partir de Freud,³⁶ para falar do impulso de agressão. Segundo ele, tal impulso de agressão traduziria um fundo “*analerotico*” que compõe o autoritarismo dos chefes e “*o primado do macho*”, enquanto a mulher “*ordinariamente regrida, graças à fixação clitoridiana (castração do pênis ideal)*”. Argumenta que, segundo Freud, diante de uma sociedade primitiva, caberia ao chefe o direito de libertar o impulso de agressão. Entretanto, afirmava que a evolução social fazia com que esse privilégio diminuísse e, como efeito, aos poucos as mulheres libertavam seus impulsos de agressão. A partir disso, questiona: “*Conseguilo-á? Encontrará no seu analerotismo parco e no seu clitoridismo insuficientemente phallico, impulso bastante para contravir á repressão masculina?*” (Porto-Carrero 1930e, p. 155). A partir desse questionamento, considera que a luta por emancipação feminina é:

³⁶ No início da sua exposição, que faz parte de uma apresentação para o 1º Congresso Internacional de Higiene Mental em Washington, cita “*Das Unbehagen in der kultur*”, o “*Mal-estar na civilização*” que havia sido publicado em 1929.

[...] nada mais será do que o fructo do >>Penisneid<< da inveja do pênis; e a atitude de revolta contra o homem, o desejo de igualar os sexos (homossexualidade), a ansia de agredir e dirigir são enconradiços nas doentes hystericas, como symptoma de regressão clitoridiana (Porto-Carrero, 1930e, p. 158).

Ao argumentar que a agressividade masculina se sublimava pelas guerras, apontava que isso tornava mais fácil para as mulheres liberarem seus impulsos agressivos, o que provocava uma transformação dos lares, nas grandes cidades. Nesse ponto, assevera que não se deveria esquecer o componente sexual que norteava a ânsia pela emancipação: “*o desejo de atingir a uma promiscuidade contraria á natureza humana.*” (Porto-Carrero, 1930e, p. 159). Sua sugestão é que, a partir de um conhecimento científico, poderia ser resolvido o problema social e econômico, retardando o advento de guerras. O primeiro passo dessa teoria, uma “doutrina heroica”, seria a prevenção da dessexualização da mulher, de modo a orientá-la para a maternidade:

Urge manter á mulher o seu sexo: orienta-la para profissões que correspondam devidamente ao impulso sexual; dar-lhe posição social que lhe torne desnecessária a aspiração ao mando; educar os dois sexos para o amor, de modo a prevenir o desejo da prostituição e da promiscuidade; tornar a maternidade pouco penosa, pela hygiene physica e mental. É preciso, principalmente, não perder de vista que a função sexual da mulher não está completa sem a maternidade. [...] Só o filho realiza o pênis ideal sonhado na infância; e até as habituadas á contracepção revelam na Analyse aquelle desejo inconsciente de serem mães. Esse desejo poderia ser universalmente satisfeito na Edade de Outro em que a boa hygiene tornasse aptas todas as mulheres para mães sadias e tirasse á gravidez, pelo menos nos sete primeiros mezes, o seu caracter de entrave para o trabalho e para a vida ordinária. Entre os proprios *selvagens* do nosso paíz, a gravidez não impede á mulher o seu labor diário (Porto-Carrero, 1930e, p. 164).

Tomando a crise da civilização como sendo de natureza “profundamente sexual”, com a psicanálise, poderiam “*tornar mais raros os conflitos íntimos que causam as paixões amorosas, as aversões para o casamento, a timidez ante o sexo oposto, as tendencias para o deboche e para a prostituição*” (Porto-Carrero, 1930e, p. 165). Chamamos atenção para — além da indigesta elaboração sobre emancipação feminina — a construção de uma esposa-mãe, orientada pela psicanálise, em relação ao que ele chama de ‘selvagens’, criando a ideia de uma mãe selvagem, que parece remeter aos não brancos da sociedade:

Entre os próprios selvagens do nosso paiz, a gravidez mão impede á mulher o seu labor diário; e o parto, que se acompanha do banho imediato de mãe e filho, no rio proximo, leva ao repouso da rêde, pelo costume da >>couvade<<, apenas o marido (Porto-Carrero, 1930e, p. 164).

Vemos a construção de uma norma, na qual se criam ideais de civilizados x selvagens, que podem ser mais bem compreendidos, a partir das elaborações de Porto-Carrero sobre o tema da miscigenação. O autor interpretava a miscigenação como responsável pela transmissão de características negativas associadas a negros e indígenas.

Guarda o inconsciente profundo representações transmitidas pelo germe, desde as gerações anteriores. Os fatos de hereditariedade não se passam apenas no domínio somático, senão que também na esfera psíquica. Os filhos reproduzem, não sómente a morfologia dos ascendentes, mas também a dinâmica dos gestos, das atitudes, das tendências, das vocações, dos traços de caráter dos ancestrais. Essa herança psicológica é notável no que toca à afetividade. E assim se explica a conservação desses tabús milenares em que se fundam a organização da família, a idéia de pátria, as concepções míticas. As três raças que constituem a nossa ente contribuíram fartamente com preconceitos tais. E notadamente *as duas raças coloridas deixaram-nos herança pesada e fértil de tabús, na mítica lendária e religiosa* (Porto-Carrero, 1929, p. 101, grifo nosso).

Esse exemplo nos permite compreender a lógica interna de dominação racial no campo do saber-poder, na recepção da psicanálise, e nos possibilita recolocar em debate as considerações foucaultianas da multiplicidade de elementos, que constituem um dispositivo de poder, estando informados da necessidade de consideração do debate de uma história não europeia.

A partir da teoria do *contrato racial*³⁷ de Charles Mills, Carneiro (2023, p. 33) afirma que “o contrato racial é o que estrutura o dispositivo da racialidade”. Para a autora, os processos identificados por Mills podem ser entendidos na chave foucaultiana, a partir de uma tríade poder-saber-subjetividade informada pela racialidade.

Se o sexo, conforme Foucault mostra em *História da sexualidade*, é o demarcador de uma verdade sobre o sujeito que define a sua normalidade ou anormalidade, a raça é, em meu entendimento, outro demarcador para a apreensão dessa verdade; por meio dela se evidencia o valor de cada agrupamento humano, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual. Assim, o saber sobre o negro é considerado como prática discursiva de diferenciação social segundo a racialidade, que permite a distinção social de cada indivíduo por discursos de raça produzidos no interior das relações de poder (Carneiro, 2023, p. 39).

Se os *Archivos* nos informam acerca da constância das discussões sobre a melhoria racial e a preocupação com um processo civilizacional, sua emergência guarda relações de

³⁷ Para Mills (2023), o contrato racial é localizado a partir da série de eventos que marcaram a criação do mundo moderno pelo colonialismo e pelas viagens da descoberta, em que a raça foi tomada como denominador conceitual que gradualmente passou a significar status de superioridade e inferioridade. Segundo o autor, essas dimensões e suas variações — europeus x não europeus, civilizado x incivilizado, cristão x pagãos — uniram-se na oposição de brancos x não brancos. Isso significa a formação de um sistema de dominação europeia para consolidação de um sistema político, uma supremacia branca.

poder que o produzem. Esses discursos delineiam, também, o próprio objeto sobre o qual tratam, no qual o critério de normalidade se dará a partir da sexualidade e da raça. São práticas discursivas que seguem regras específicas e que reafirmam relações de poder, no qual o não branco será tomado como objeto científico. O regime de verdade que se constrói, a partir disto, será utilizado para diferenciá-lo socialmente, dentro de relações de poder. Observamos uma repetição de relação de poder, um *arquivo* que mostra a atualização das normas que definiam os sujeitos como objetos de trabalho — ex-escravizados —, agora submetidos a um *discurso-objeto* que busca legitimar um poder de intervenção. Tomá-los a partir de um objeto atualiza os efeitos dos dispositivos da racialidade, estruturados pelo contrato racial (Foucault, 1969; Mills, 2023; Carneiro, 2023).

É esse o novo status que o dispositivo de racialidade, enquanto dispositivo de poder disciplinar emergente, haverá de demarcar em ações teóricas de assujeitamento [...]. É assim que o negro sai da história para entrar nas ciências, a passagem da escravidão para a libertação representou a passagem de objeto de trabalho para objeto de pesquisa (Carneiro, 2023, p. 44).

Essa é a tensão que constatamos durante a emergência da LBHM, nos pós-abolição, em que o negro se desloca dentro de uma nova ordem disciplinar, que se instaura no Brasil, durante a passagem de uma economia escravista para um trabalho livre. A equivalência anormais-negros-degenerados-incivilizados servia de sustentação para a definição de uma forma de sociabilidade em que os privilégios e acessos econômicos permanecessem restritos à elite, tendo como instrumento para essa operação os conhecimentos científicos considerados ‘modernos’ e que, sendo científicos, estariam livres de pretensões políticas.

Nesse sentido, o Brasil também assistirá, a partir do século XIX, à emergência de novos procedimentos de saúde pública, em que a racialidade intervirá introduzindo uma orientação eugenista corretora da presumida promiscuidade, sobretudo sexual, instaurada na escravidão. Articulam-se técnicas disciplinares a essa nova tecnologia de poder, com a originalidade de que elas exercem o poder de fazer viver e deixar morrer sem precisar institucionalizar a raça, mas dispendo de mecanismos capazes de alcançá-la de onde quer que ela se esconda, para distribuir vida e morte (Carneiro, 2023, p. 66-67).

O dispositivo de racialidade se beneficia das representações sobre o negro que foram produzidas e reproduzidas, durante o período colonial, e atualizadas nas teorias do século XIX, trazendo-nos implicações para pensar a relação da psicanálise com essa tomada de objeto. Nesse sentido, propomos que, na chave dos dispositivos da sexualidade e da racialidade, as ideias de Freud emergiram como ferramenta que contribuía para fazer funcionar uma prática

discursiva que atualizava um regime de poder de exploração racial. As discussões que se davam, a partir de suas contribuições — especialmente em relação à educação —, justificavam sua intervenção, a partir da busca de um ego civilizado a ser alcançado pela sublimação dos instintos.

[...] continuando com o paralelo com o pensamento de Foucault, se a racialidade se constitui como domínio a conhecer, veio a sê-lo a partir das relações de poder que a instituíram como objeto possível. Em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre a racialidade por meio de técnicas de saber e de procedimentos discursivos a serviço da colonização, domesticação, eugenia ou repressão, como outras disciplinas científicas fizeram (medicina legal, psiquiátrica, antropologia, criminologia, craniologia etc.). Cada qual se constitui como um domínio em que a racialidade foi estudada em desfavor da racialidade negra e de não brancos em geral. O caso da racialidade negra no Brasil não foi exceção (Carneiro, 2023, p. 49).

Assim, a medicina social, na qual o higienismo, o eugenismo e a psicanálise se assentaram, buscava fundamentar a produção do insubmisso a ser civilizado, definindo as técnicas de poder e a instrumentalização necessárias para fazer operar uma estrutura opressora, baseada na exploração dos não brancos pelos brancos. A discussão sobre a medicalização do anormal, no Brasil, deve tomar como referência as consequências de uma história colonial. De modo que devemos levar em consideração a imbricação do dispositivo da sexualidade e de racialidade, não consideradas por Foucault na sua análise em cenário Europeu:

Em sua análise do racismo, Foucault tinha em mente a experiência alemã do Holocausto. Não considerou, no entanto, o racismo enquanto dispositivo de poder de sociedades multirraciais de passado escravocrata, nas quais o racismo opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais e nas quais se amalgamam as contradições de classe e raça (Carneiro, 2023, p. 58).

Nesse sentido, concordamos com Russo (1998), ao afirmar que, quando o Brasil foi sacudido por revoltas e crises econômicas, os intelectuais se colocaram na tarefa de pensar a criação de uma república em uma sociedade hierarquizada e anti-igualitária, na qual a hierarquia social deveria se corporificar na hierarquia racial. Afinal, a definição de uma massa a ser civilizada pressupõe a existência de uma massa incivilizada a ser disciplinada, tendo em seu interior, ainda, uma parcela de indivíduos incorrigíveis.

Considerando a descartabilidade social que caracteriza a situação no negro no período pós-abolição, fundada na convicção de sua inaptidão para a sociedade disciplinar, a condição do incorrigível aparece como inerte ao negro, determinando as formas de controle e punição que sobre ele se exercerão, bem como o estado de suspeição permanente em que será socialmente apreendido, e as formas de normalização que lhe

corresponderão a partir da atribuição de suspeição e incorrigibilidade (Carneiro, 2023, p. 124).

Propomos pensar a utilização das ideias de Freud a partir do dispositivo de racialidade, tomando, como análise, a rede discursiva da qual fazia parte. Na inauguração da “Clínica de Euphrenia”, que tinha como finalidade [...] *acompanhar os pequeninos seres, auxiliando e orientando a formação do seu psychismo, de tal modo que este possa, praticamente se aproximar o máximo do padrão psicologico normal* (CALDAS, 1932b, p. 36), vemos a afirmação de que se valiam das contribuições da psicanálise sobre os “*processos de evolução de personalidade*”³⁸. O termo “evolução” nos chama atenção porque abre para a interpretação de que, dado que as finalidades visadas diziam respeito à educação dos instintos, sobretudo na infância, parece também se referir a um dos meios de regeneração e superação dos entraves responsáveis pelo fracasso da nação (Facchinetti et. al., 2022). Nessa operação, os não brancos são identificados como inadequados e relegados a um degrau inferior de escala moral; portanto, as discussões, apontadas sobre a evolução de um “id” para um “ego civilizado”, pressupunham uma evolução de escala, na qual o lugar de superioridade de um sistema político de supremacia branca já estava dado pelo contrato racial (Mills, 2023).

Quando entrevistado e perguntado sobre o que se alcançaria com as Clínicas de Euphrenia, Porto-Carrero respondeu a partir das experiências já obtidas com as campanhas antialcoólicas, momento em que fica explícita a forma como esses discursos tinham seus efeitos práticos:

Essa é a questão magna. Mas, meu amigo, a tarefa da Liga de Hygiene Mental é tambem educar a massa. O seu trabalho surdo, que pouca gente conhece, vae produzindo os seus fructos. Veja o que acontece com a campanha anti-alcoolica: as grandes companhias de cervejeiros, os importadores de vinhos, os fabricantes de aguardente fazem a campanha contraria. Mas a semente fica; dia após dia, anno após anno, a Liga, por seus cartazes, pelas suas publicações, pelas suas conferencias, clama e proclama que o álcool bebido é veneno do corpo, da alma e da *raça*. O povo que ouve esse aviso e sorri; ao virar o cálice de Paraty, diz o viciado: ‘Que a Liga de Hygiene Mental não veja!’ e sorri, irônico. Ficou-lhe na alma a semente daquele aviso, já não bebe inteiramente tranquilo (A Clinica, 1932b, p. 92-93, grifo nosso).

³⁸ A ideia de processos de evolução da personalidade já fazia parte do fornecido por Porto-Carrero, anunciado nos *Archivos*, em 1931, em que consta o seguinte cronograma: “I- Formação e evolução da personalidade. Princípio do prazer e princípio da repetição. Impulsos de vida e de morte. II – Evolução sexual. III- Destino dos impulsos. A censura. O tríplice aspecto metapsicologico. IV- Complexo de castração e complexo de Edipo. V- Estudo dos actos fallhados. Linguagem e Gracejo, Symbologia. VI – Theoria do Sonho. VII- Methodo de analse. VIII- Theoria das neuroses. IX- Psychanalyse do estado social. X- Mythos, lendas e contos de fadas. XI- Psychanalyse e Direito penal. XII- Educação sexual e Psychanalyse.” (Noticiários, 1931b, p.155). Ainda assim, gostaríamos de achar atenção para a ideia de que uma evolução aqui está ligada com um processo de “euphrenização” mental.

Questionado sobre os métodos a serem empregados, aponta a psicanálise como um deles e afirma que o papel da euphrenia seria ir longe, atingindo o social: “*É obra do patriotismo dirigir às clínicas de euphrenia os pequenos deficitários, que podem vir a transformar-se em homens normaes, em brasileiros uteis ao seu paiz.*” (A clinica, 1932b, p. 93, grifo nosso).

Retomando o contraste entre a honra política de Freud, na Europa, e a possibilidade ou não desta posição, no Brasil, gostaríamos ainda de comentar sobre a definição acerca da “normalidade”. Para Freud, a normalidade havia sido definida como “*fruto do recalçamento de certas pulsões parciais e certos componentes das disposições infantis*” (Freud, 1906a [1905], p. 264). Já nos *Archivos*, o entendimento geral era de que a normalidade dizia respeito à adaptação social:

É são mentalmente o que melhor se adapta às circunstancias perenemente modificadas do ambiente, o que mais eficazmente reage a essas mutações, conseguindo vencer momento a momento os conflitos e impasses da vida, que, além do aspecto meramente biológico, de nutrição e reprodução, no homem, as formas complexas de problemas sociais e morais (Bittencourt, 1941, p. 32).

Se, nos discursos dos *Archivos*, vemos uma explícita preocupação com o aprimoramento da raça, a partir da sua melhoria pela eugenia ou pela via da educação, Porto-Carrero sempre salientou a urgência em fazer a educação sexual como modo de prevenção de delitos diversos:

E’ fácil compreender que esses delinquentes encontram na ignorância das cousas do sexo a matéria prima do seu delicto. A prostituição não reconhece outra origem. Faz do sexo sua idea fixa ou mesmo fonte de proventos, quem não se habituou a encara a função procreadora com a mesma simplicidade com que são encaradas as demais funções [...] A cousa prohibida é mais appeticida, diz o adagio. E o mysterio de que se costuma crear o aparelho genital e a sua physiologia incrementa a curiosidade, desenvolve a fantasia, encaminha o espirito para a preocupação mórbida dos assumptos sexuaes (Porto-Carrero, 1929c, p. 124).

Logo, se encontramos uma honra política da psicanálise na Europa, a partir da sua posição singular em relação ao debate sobre o discurso da degeneração, principalmente no que se refere à sexualidade infantil perverso-polimorfa, no caso brasileiro, encontramos uma experiência distinta, a partir das suas apreensões.

Freud já havia feito suas considerações sobre a etiologia da histeria, deixando de lado preconceitos e carga moral que lhe eram atribuídos na época. Apontou para a influência psíquica como um fator determinante, procurando livrá-la de determinações biológicas e afastando as explicações baseadas na anatomopatologia; porém, nos *Archivos*, observamos uma operação contrária.

No texto “Histeria”, o Dr. Rocha Filho trazia sua conceitualização desde a idade antiga, passando pelas considerações de Janet e afirmando que ele havia se aproximado da verdade, mas que coube a Freud o mérito de descobrir o mecanismo criador dos sintomas histéricos, a saber, um conflito, que tinha como expressão o sintoma, a substituição da ideia recalçada:

Segundo Freud, haveria nesses enfermos um conflito de forças mentais. Desejos violentos, aspirações mais ou menos interditas pela moral e pela religião, seriam recalçados, enviados para o inconsciente. Essas aspirações, esses desejos, recalçados pelas forças morais (o super-ego), tenderiam a voltar à consciência. Mas, encontrando nesse retorno uma resistência, disfarçavam-se, transformavam-se em verdadeiros substitutos (Filho, R., 1940, p. 72).

Continua suas exposições, a partir das considerações de Freud, Charcot, Bernheim e Babinsky. Afirmava que Charcot tinha uma concepção fisio-patológica da histeria, na qual os sintomas orgânicos estariam na dependência da psiquê enferma. Bernheim pensava de maneira diferente, entendendo a histeria como um fenômeno da sugestão determinado pela ideia que o indivíduo tem do próprio acidente ou pelas ideias que o médico fornecia ao seu cérebro. Já Babinsky afirmava que um fenômeno era histérico quando podia ser exatamente reproduzido por sugestão. Essa exposição aparece como um levantamento de um debate, na psicanálise, sobre a etiologia da histeria. Prossegue trazendo o seguinte argumento:

Emilio Mira informa-nos do seguinte: Freud afirma em seu último trabalho de recapitulação sobre a angústia e a vida instintiva (*Angst und Triebleben*; veja-se bibliografia) que o perigo promotor de tal angústia é o da perda da satisfação sexual (complexo de castração). Quando tem lugar uma projeção simbólica do objeto da angústia sobre um conteúdo ideológico neutro, surge a fobia característica desta forma clínica (com a correspondente conduta expiatória ou cerimonial); e si a projeção de localiza no território vivencial do soma (eu físico), engendrar-se-á a psico-neurose de angústia, que logo estudaremos (Filho, R., 1940, p. 73).

O que o autor parece querer construir é o argumento de que a discussão de uma predisposição histérica não estava fora das considerações no campo da psicanálise, reinserindo-a nos debates de caráter biológico:

Desse jeito, diante das investigações psicanalíticas, tornou-se a antiga enfermidade histeria uma simples forma de reação psicopática. Segundo Freud, para que essa reação psicopática se dê, torna-se necessário a existência de um terreno predisposto. Já Dupré, em 1905, havia falado numa tendência patológica à mentira e à fabulação, própria das creanças e dos histéricos, que denominou mitomania. Para alguns autores, no entanto, existiria um verdadeiro carácter histérico, o chamado ‘carácter parasitario’ de Klages e Kretschmer. Bumkle é de opinião que há realmente uma constituição histérica, ‘uma forma especial de psicopatia congetnica’ [...] Seja como for, a concepção psicogenética da histeria, com pequenas divergências, é hoje admitida por quase todos os psiquiatras do mundo (Filho, R. 1940, p. 73).

Assim, mesmo com os apontamentos realizados por Freud, nas suas críticas à ideia de *famille névropathique* — que carregavam postulados das teorias da hereditariedade e da degenerescência — aqui, vemos a noção “herança histórica” operando em outros termos, nos quais encontram uma forma atenuada de expressar o desaconselhamento ou proibição de casamento entre históricos, denotando uma “sutil” violência eugênica.

Na possibilidade de haver constituição e herança histórica, como querem alguns eugenistas, *não será recomendável* o casamento dos indivíduos portadores da mencionada constituição. Sendo, no entanto, uma doença recessiva, o casamento *não será contra-indicado*, desde que um dos cônjuges seja normal e possua ascendência normal (Filho, R., 1940, p. 73, grifo nosso).

Assim, entendemos que, quando se falava em modernização/civilização, isso deve ser compreendido a partir da exploração de uma elite sobre uma classe historicamente explorada, pois, as formulações que são feitas, a partir da ideia da educação dos instintos para a modernização da nação são indissociáveis das questões de raça e gênero.

Como comentamos anteriormente, foi, a partir da produção do discurso de que era urgente uma melhoria da raça, seja pela eugenia ou pela educação, que um regime de verdade circulou com vistas a controlar uma população que até então estava submetida ao regime de escravização e que tensionava os modos de relação pelas suas demonstrações de poder. Seja pela força das revoltas, que ocorriam por todo o território e se tornavam cada vez mais sangrentas, seja pela forma de organização coletiva que não deixavam as opressões sem respostas (Azevedo, 2004; Santos, 2015). Tomar esses sujeitos como objetos de estudo permitiu à elite construir argumentos que procurassem justificar novos modos de opressão.

É nessa perspectiva, que situamos a recepção das ideias freudianas, no interior da LBHM, a saber, como uma ferramenta científica de controle dos instintos que poderia ser utilizada como arma institucional contra quem quer que estivesse fora das normas, sobretudo, a grande massa de libertos, funcionando, portanto, como dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023).

Nesse sentido, ainda temos muito a recuperar, na própria história da psicanálise. Na experiência brasileira, constatamos sua desonra política, a partir da ligação entre as formulações freudianas e as políticas eugênicas. No entanto, é interessante observar que, ao adentrar as discussões sobre controle dos instintos, ainda que no âmbito da eugenia, o debate racial não é realizado com a profundidade que esperávamos. O que encontramos é um discurso deslocado: há preocupação com o adulto futuro, com sua adaptação às demandas sociais e com a prevenção

da degeneração, comumente atribuída aos não brancos, principalmente sobre as discussões sobre hiperestesia sexual. Objetivamente, porém, não encontramos, nos *Archivos*, formulações teóricas — ou em vias informais, tais como as atas de reuniões — que debatam a fundo sobre a questão racial pela via da psicanálise, o que é, no mínimo, contraditório para uma instituição com finalidades eugênicas, que, ambigualmente, suprime “eugenia” do seu próprio nome. Aparece, na verdade, um debate em branco, igualmente ambíguo e que carece de interpretação.

Por fim, apostamos que, para compreender a entrada das ideias freudianas na LBHM, devemos estar atentos à história política, na qual a psicanálise não ocupa uma posição neutra. Assim, como vem ocorrendo na historiografia da psicanálise mundial, aqui também devemos refletir sobre nossa historiografia oficial e questioná-la, constantemente, sobre quais experiências políticas podemos estar suprimindo. Cabe a nós reivindicarmos, das nossas margens, uma descentralização discursiva para fazer aparecer outros modos de discursos e outras histórias possíveis que nos permita romper com formas de opressões ainda atuantes na psicanálise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para rastrear a emergência da psicanálise, na LBHM, a partir de uma técnica de investigação com arquivos, compreendemos nosso objeto como um conjunto heterogêneo de ideias que guardava uma organização específica a ser identificada pelas regularidades que regiam as formações dos discursos (Foucault, 1969). É certo que uma hipótese de trabalho e um interesse de pesquisa guiavam a leitura deste material, mas a escuta flutuante e a associação livre, no horizonte, nos ofereceram parâmetros mínimos de ação para a produção da pesquisa (Coelho; Cunha, 2021).

Assim, durante a leitura do material, a repetição discursiva, acerca da melhoria racial, nos chamou atenção e se mostrou como uma “lei do dito”, que definia sobre o que apareceria nos discursos, como também operava sobre o que não estaria presente nas formulações. Logo, o debate de que era necessário melhorar a raça brasileira oferece uma organização aos discursos, que não se acumulam de forma amorfa, mas mostra linearidades e rupturas que definem as práticas discursivas (Foucault, 1969). Ao mesmo tempo, sua presença marca um não dito a ser considerado, a partir das nossas análises. O próprio corpus documental dos Arquivos nos coloca possibilidades e limites, pois, para compreensão da emergência das ideias freudianas no discurso eugênico, em que a melhoria da raça aparece como organizadora discursiva, faz-se necessário o entendimento de como o elemento racial era uma preocupação anterior ao início do século XX, e, portanto, inapreensível a partir destas publicações.

Em vista disso, diante da possibilidade de não tratar dos *Arquivos* como documentos e fatos (Foucault, 1969), mas como efeito de um regime de verdade que o produz, todo o debate da melhoria racial fez aparecer relações de forças que puderam ser analisadas, a partir da imbricação dos dispositivos da sexualidade e de racialidade, de modo que pudemos situar a emergência da psicanálise, a partir de um pano de fundo racista, que conferia certos critérios de verdade a algumas de suas formulações, ainda que Freud já tivesse rompido com o discurso da degeneração à época da fundação da psicanálise.

Demonstramos que os psiquiatras da LBHM compreendiam os instintos sexuais como algo que estava à espreita, buscando sua satisfação, e adotavam uma atitude preventiva, que permitisse sua condução para um caminho compatível com as exigências sociais. Nos seus discursos, a psicanálise aparecia como ferramenta civilizatória que ajustaria os instintos sexuais de acordo com o comportamento social esperado, o que possibilitaria uma “civilização” dos instintos, a partir da educação. A sexualidade das crianças era levantada e colocada a serviço

da profilaxia como um campo no qual seria possível prevenir um desenvolvimento sexual anormal e extinguir a possibilidade de um futuro de desajustados sociais. Tudo demandava a atenção dos psiquiatras, médicos e pedagogos, inclusive as crianças de ‘aparente normalidade’, pois até mesmo o recalque era entendido como perigo em que as tendências sexuais poderiam continuar a arder, segundo Porto-Carrero, como ‘brasas sob cinzas’.

A partir do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023), produziram uma norma na qual o que não era identificado como um ideário branco nacional era compreendido como o primitivo que carecia de intervenção, perpetuando as relações de exploração, nas quais a economia da época se baseava. É neste feixe de relações que podemos reconstituir o que determinou a emergência dos postulados freudianos, no interior do saber psiquiátrico da LBHM. No contexto do debate sobre a identidade nacional e do combate ao anormal-degenerado-negro, as ideias de Freud foram assimiladas como ferramenta eugênica, refletindo os efeitos de um debate precariamente realizado, acerca das questões raciais, no próprio campo da psicanálise internacional. Dessa maneira, a emergência das ideias da psicanálise no Brasil é suscitada pelo discurso higiênico e eugênico da época que, por meio das discussões sobre a melhoria da raça e modernização da nação, buscava a construção de uma identidade nacional branca. Essa assimilação produziu um discurso sobre a educação dos instintos, que fez as ideias freudianas funcionarem na intersecção do dispositivo da sexualidade e da racialidade.

A honra política, encontrada na psicanálise no cenário europeu, diante do discurso da degeneração (Foucault, 1976) não se verifica na sua história brasileira, sendo necessária uma operação em que se considerem os efeitos de uma história colonial e que ofereça contrastes que desvelem a política da raça e os modos de produzir uma normalização da sexualidade, que operaram para o funcionamento de regimes de hierarquias raciais e sociais. Levando em conta os elementos sociais, históricos, políticos e intelectuais, aqui considerados, questionamos a narrativa de uma possível honra, ou de uma psicanálise apolítica, diante do discurso eugênico. O que observamos, na verdade, foi uma instrumentalização dos seus conceitos como reguladores de tensões sociais e raciais, que podem ser analisados a partir das formulações de Sueli Carneiro, acerca do dispositivo de racialidade. Nesse sentido, buscamos ter oferecido reflexões e implicações que tomem a história da psicanálise no Brasil como ferramenta que, fazendo parte de um funcionamento discursivo, produziu uma *descrição sistemática de um discurso-objeto* (Foucault, 1969, p. 171), que reforçava o discurso racista da época.

Identificar a psicanálise, operando na imbricação do dispositivo da sexualidade e de racialidade, nos ofereceu condições de compreender que foram as ideias de Freud, e não qualquer outra, que puderam emergir naqueles discursos daquele determinado modo, sobretudo

no que se refere à discussão sobre os instintos sexuais. Embora não possamos esgotar as condições dessa emergência, podemos situá-la como parte de um movimento político e interrogar o que está dito no nível da sua existência.

Ainda que tenhamos identificado afirmações que aproximam a psicanálise de um debate acerca da melhoria racial — como as afirmações de Porto-Carrero, sobre a miscigenação; as formulações do Dr. Rocha Filho, sobre histeria; a perspectiva de uma evolução da personalidade na Clínica de Euphrenia etc. — não constatamos a realização de um debate consistente sobre psicanálise e raça. Como demonstramos, essa relação aparece deslocada, tal como um sintoma, pela via do debate da educação, e, aí sim, podemos atestar sua instrumentalização para a construção de um discurso-objeto com fins de perpetuação de um regime de poder. O que constatamos é que as ideias da psicanálise pareciam proporcionar uma virada, finalmente possível, a partir de uma leitura sobre o sexual. Estava dada a possibilidade de produção de um novo modo de subjetivação, no qual a intervenção, em nível do dispositivo da sexualidade, tornou as ideias da psicanálise úteis, a partir da sua mesclagem com a ideia ‘adaptação’.

Este “deslocamento” não anula as pretensões eugênicas e racistas que encontramos, mas expõe que os usos da psicanálise como ferramenta da eugenia só podem ser constatados pelos vestígios presentes nas discussões sobre melhoria racial, o que nos parece, no mínimo, ambíguo, tratando-se de uma instituição com finalidades eugênicas.

Observamos que, neste contexto, ganham força as vozes dissidentes que denunciavam o racismo da instituição. As contribuições de Roquette-Pinto sobre miscigenação e antropologia negavam que a raça fosse um elemento de deficiência; Juliano Moreira afirmava que a degeneração não deveria ser atribuída às características étnicas ou à miscigenação; Arthur Ramos apontava para o avanço do racismo e assinou, à época, um manifesto contra o preconceito racial e Manoel Bomfim criticava a tomada de explicação do atraso do país por fatores raciais e encaminhava o debate para a exploração colonial. É certo que nem todos os nomes possuem uma ligação direta com a psicanálise, mas essa linha também não deve ser tratada de forma rígida, já que apontamos que encontramos a articulação entre eugenia e psicanálise, no campo da educação, trabalhando, portanto, com limites difusos. Nessas vozes, encontramos uma *história dos possíveis* (Gabarrón-Garcia, 2023), que podem interrogar narrativas da história da psicanálise à luz dos momentos decisivos da sua história. Elas nos permitem recuperar, ainda, vestígios da marginalidade da psicanálise em sua articulação aqui demonstrada com a eugenia.

Logo, trabalhamos com uma liga eugênica, que suprimia o termo ‘eugenia’ do seu nome e utilizava a psicanálise como ferramenta eugênica, mas sem debater raça. Assim, a todo tempo,

nos deparávamos com vestígios que, às vezes, pelo próprio poder do arquivo (Foucault, 1969), limitava o avanço de mais análises, mas que denunciavam a marca da violência eugênica. Foi neste ponto que, mesmo passado ao menos 100 anos, o contato com esses discursos provocou um mal-estar, na relação entre pesquisadora-*Archivos*, que estabeleceu um silêncio como forma de enunciação inconsciente (Coelho; Cunha, 2021). Por um lado, tivemos um limite para a pesquisa, dado que as análises já não avançavam e o trabalho de elaboração da pesquisa não prosseguia como esperado. Por outro, houve a possibilidade de identificação dos estranhamentos causados, que poderiam fornecer-nos interpretações para nossas análises.

O sofrimento provocado diante da leitura desse material nos informa que os discursos contidos nos *Archivos* fazem parte de um regime de verdade que continua moldando nossos modos de relações políticas, econômicas, sociais, raciais, jurídicas etc., causando diferentes modos de violência, sofrimentos e silenciamentos. Portanto, fazemos a aposta de que devemos resgatar — considerando que o trabalho deve restituir a palavra, possibilitando novas elaborações e superando as resistências a fazer lembrar e associar (Freud, 1937) — as violências (sutis, ou nem tanto) com as quais a psicanálise contribuiu para poder validar também a força das vozes dissidentes da época.

Podemos questionar sobre os efeitos desses usos das ideias de Freud, sobre o processo de institucionalização da psicanálise no Brasil, ocorridas anos mais tarde. A partir disso, pode ser possível refletir sobre as formas políticas de dominação, na história da psicanálise brasileira, de modo a compreender os rastros do seu funcionamento político, em favor de uma supremacia política e branca no Brasil (Mills, 2023; Carneiro, 2023; Foucault; 1976); bem como os efeitos que podem ter sido produzidos no campo psicanalítico, durante a Ditadura Militar, momento histórico de autoritarismo político. Isto nos parece condição para se pensar na construção de uma prática antirracista na psicanálise brasileira.

Algumas questões podem ser ainda colocadas: Quais efeitos são produzidos quando operamos uma distinção entre a recepção e a institucionalização da psicanálise na historiografia brasileira? Se instituída essa divisão, de que modo poderemos identificar as continuidades e as descontinuidades das marcas racistas, na história da psicanálise brasileira, que aqui explicitamos, no momento da sua institucionalização? Foram questões que animaram alguns debates nas bancas de avaliação deste trabalho, causando incerteza e certo desconforto sobre como situaríamos esta pesquisa. Aqui, estamos diante de uma das limitações da própria pesquisa, entretanto, a partir dos nossos achados, nos parece uma questão que permanece aberta para debates, podendo ser revisitada em momentos futuros.

Ao mesmo tempo, podemos considerar que se as questões raciais tensionaram Freud pelo temor da psicanálise ser identificada como ciência judaica, não seria necessário, no caso brasileiro, um tensionamento necessário para discutirmos, desde o princípio, nossas imbricações eugênicas e o reconhecimento de uma psicanálise racista, para enfrentarmos a “*weltanschauung*’ imantada pela cosmovisão de brancura?” (Filho, I. 2002, p. 39).

A “história não festejada” (Russo, 2002b) segue sob uma grande camada de terra, pois as discussões sobre raça e psicanálise parecem negligenciadas, na historiografia oficial da psicanálise mundial e nacional. Devemos problematizar todo o pano de fundo cultural, histórico e político, no qual as ideias da psicanálise emergiram, para compreender como a raça, a partir da psicanálise, continuou sendo elemento de diferenciação e hierarquização, característica, vale lembrar, também presente na história da psicologia no Brasil (Hilário, 2023).

Com isso, acreditamos que interrogar a psicanálise, nas suas relações com a eugenia, na qual ela é assimilada/marginalizada, é manter uma postura ética que possibilite pensar de forma implicada acerca de formas políticas de dominação, posição necessária ao próprio fazer psicanalítico de modo a não o engessar e mantê-lo crítico às questões, que lhe são contemporâneas.

Freud (1930, p. 15) utiliza a imagem de Roma para pensar o inconsciente ao afirmar que “*muita coisa antiga se acha enterrada no solo da cidade ou sob as construções modernas. É assim que para nós se preserva o passado, em sítios históricos como Roma*”. No Brasil, nossa realidade é o Cais do Valongo. Remexer o passado histórico é se deparar com heranças da escravização que podemos equivaler a um retorno do recalçado, na medida em que seu esquecimento permite sua perpetuação e produz sofrimentos que dizem da nossa história. Aqui, não temos Roma, temos nossas próprias histórias, nosso passado, nossos sítios, nossas vitórias e nossos saberes.

A partir deste chão, podemos propor uma das formas de pensar a história da psicanálise, a fim de enxergar os racismos, sexismos, homofobias, transfobias e todas as formas de violência que nos são contemporâneas. Um caminho dolorido e desafiador. Uma história não festejada (Russo, 2002). Cortante, especialmente, por ser produzida, também, a partir de uma marginalidade, mas que permitiu a passagem de um silenciamento para a produção de sentido.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CAMPANHA pro-higiene mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano VII, nº 1, 1934.

A CLINICA de euphrenia. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano V, nº 2, 1932b.

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. As influências da psicanálise na educação brasileira no início do século XX. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 2006, 22: 233-239.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano I, nº 1, 1925.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano I, nº 2, 1925b.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano II, nº 1, 1929.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano III, nº 3, 1930c.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano III, nº 6, 1930f.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano IV, nº 3, 1931c.

ACTAS e trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano XIII, nº 1, 1941.

AGUIAR, Ronaldo Conde. (2000). Manuel Bonfim. In: *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro* Brasília/São Paulo: Paralelo/Marco Zero, p. 153-161.

ARCHIVOS, Hygiene mental para todos. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VI, nº1, 1933.

ATA, da Fundação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano XIII, n.1, 1941.

AZEVEDO, Célia MM; NEGRA, Onda; BRANCO, Medo. o negro no imaginário das elites – século XIX. *Rio de Janeiro: Paz e Terra*, 1987, 1950-1980.

AYROSA, Jose Carneiro. O alcoolismo – suas raízes psicologicas segundo a psychanalyse. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VII, nº 1, 1934.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; DOS SANTOS MACHADO, Charliton José. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 45, p. 89-100, 2012.

BICUDO, Virginia. Higiene Mental das Crianças em Tempo de Guerra. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano XV, nº 1, 1944.

BIRMAN, Joel. Moisés, o egípcio: problematizações sobre a identidade, a identificação e a decolonialidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 2023, 26: e280734.

BITTENCOURT, Raul. Psiquiatria infantil e Saúde Escolar. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano XIII, n.1, 1941.

BOARINI, Maria Lucia. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003, 19-43.

BOARINI, Maria Lucia. Gustavo Kohler Riedel. Médicos que atuaram no Hospital Nacional de Alienados (blog). In: *Biblioteca Virtual em História do Patrimônio Cultural da Saúde*, 2018. <http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-psi/medicos/>

BRASIL. Decreto n. 4.778 de 27 de dezembro de 1923. *Considera de utilidade publica a Liga Brasileira de Hygiene Mental, com séde nesta Capital*. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 05/09/2023.

CALDAS, Mirandolino. Euphrenia – A sciencia da bôa cerebração. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano V, nº 2, 1932b.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

CANGUILHEM, George. *Estudos de História e de Filosofia das Ciências: concernentes aos vivos e à vida*, trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro. Forense, 2012.

CAPONI, Sandra. *Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2012.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 2012. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.

CASTRO, Rafael Dias de. *A sublimação do “id primitivo” em “ego civilizado”*: o projeto dos psiquiatras-psicanalistas para civilizar o Brasil. Tese (Doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2014.

CASTRO, Rafael Dias de. Correspondência de Julio Porto-Carrero a Arthur Ramos: a Sociedade Brasileira de Psicanálise e a preocupação com a tradução dos termos psicanalíticos, décadas de 1920 e 1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2015, 22: 1451-1465.

CASTRO, Rafael Dias de. A recepção da psicanálise no Rio de Janeiro: subsídios para os debates sobre histeria, nervosismo e sexualidade, 1908-1919. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2017, 24: 171-177.

CASTRO, Rafael Dias de. Por uma identidade nacional “moderna” e “regenerada”: a teoria psicanalítica na Liga Brasileira de Higiene Mental (1926). *Tempo*, v. 27, p. 585-604, 2021.

CAVALCANTE, Adalberto de Lira. Crianças anormais. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano XIV, nº 1, 1943.

COELHO, Daniel; CUNHA, Eduardo Leal. Quatro condições para a pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, 2021, 32: e190162.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*, v. 2, p. 105-131, 2002.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989

COSTA, Jurandir. Freire. *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

DA SILVA PANIAGUA, Cleiseano Emanuel, *et al.* Proposta de uma intervenção pedagógica para promover uma educação antirracista: da escravidão ao racismo institucional e estrutural no Brasil do século XXI. IN 21st century Brazil. *Brazilian Journal of Development*, 2022, 8.1: 5511-5530.

DACOME, Ocimar Aparecido. Higienismo e psicanálise. In: BOARINI, Maria Lúcia. *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003. p.97-132.

DANTO, Elizabeth Ann. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*. Editora Perspectiva SA, 2020.

DE CASSIA CATOIA, Cinthia. A produção discursiva do racismo: Da escravidão à criminologia positivista. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2018, 11.2: 259-278.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, Luiz F. D. 1999. Arthur Ramos, antropologia e psicanálise no Brasil. In: BIBLIOTECA NACIONAL (org.). Seminário Diários de Campo: Arthur Ramos, os antropólogos e as antropologia. *Anais da Biblioteca Nacional*, 119:11-28. Disponível em: https://www.academia.edu/21321072/Arthur_Ramos_antropologia_e_psican%C3%A1lise_no_Brasil. Acesso em 10/02/2024.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Notas sobre a Primeira Tese em Psicanálise no Brasil “Da Psicoanalise”(1914) de Genserico Aragão. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 2014, 3.4: 25-39.

EDITORIAL. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano I, nº 1, 1925.

EDITORIAL. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano II, nº 1, 1929.

EDITORIAL. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano II, nº 2, 1929b.

EDITORIAL. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano III, nº 1-9, 1930.

EDITORIAL. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano III, nº 3, 1930c.

EDITORIAL. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano IV, nº 1, 1931.

EDITORIAL. Nova phase. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano V, nº 1, 1932.

EDITORIAL. Um momento decisivo na vida da Liga de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VI, nº 4, 1933d.

EDITORIAL. As Ligas de Hygiene Mental não devem ser oficializadas. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VII, nº 3, 1934c.

EDITORIAL. Nota aos leitores. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano XI-XVII, nº unico, 1946.

EDITORIAL. Nota aos leitores. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VXIII, nº 1, 1947.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Editora Fiocruz, 2001.

ESTATUTOS da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano I, nº 1, 1925 [1923].

ESTATUTOS da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano II, nº 1, 1929

FACCHINETTI, Cristiana. *Deglutindo Freud: história da digestão do discurso psicanalítico no Brasil, 1920-1940*. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.

FACCHINETTI, Cristiana. Psicanálise modernista no Brasil: Um recorte histórico. *Physis: revista de saúde coletiva*, 2003, 13: 115-137.

FACCHINETTI, Cristiana; PONTE, Carlos. De barulhos e silêncios: contribuições para a história da psicanálise no Brasil. *Psychê*, v. 7, n. 11, p. 59-83, 2003.

FACCHINETTI, Cristiana, et al. Psicanálise para brasileiros: história de sua circulação e apropriação no entre-guerras. *Culturas Psi*, 1: 45-62, 2012.

FACCHINETTI, CRISTIANA; ANDRÉ, MOTA; PEDRO, FELIPE NEVES de MUÑOZ. A Higiene Mental no Brasil: Racismo, Eugenia e Infância no Rio de Janeiro (Anos 1920 a 1960). IN: CAMPOS, Roberto; RUPERTHUS, Mariano (Org). *Higiene mental, psiquiatria y sociedade em Iberoamérica (1920-1960)*. Madrid: La Catarata, 2022 p.2030.

FACTOS e commentarios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano V, nº 2, 1932b.

FACTOS e commentarios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VI, nº 4, 1933d.

FACTOS e commentarios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VII, nº 2, 1934.

FACTOS e commentarios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VII, nº 2, 1934b.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo, Global Editora, 2007.

FILHO, Dr. Rocha. Histeria. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano XII, nº 3 e 4, 1940.

FILHO, Ignácio A. Paim. Racializando a Psicanálise: Rompendo as Fronteiras Alienantes da Branquitude. *Expediente*, 2022, 9.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, DF, 2006.

FONTENELLE, J.P. Hygiene mental e educação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano I, nº 1, 1925.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (1976) 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. (1969) 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. E Org. Roberto Machado: Graal, 1982.

FREUD, Sigmund. Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e históricas (1893). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume I, 1996.

FREUD, Sigmund. Relatório sobre meus Estudos em Paris e Berlim. (1885[1886]). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume I, 1996.

FREUD, Sigmund. Prefácio à tradução de *De La Suggestion, de Bernheim* (1888b[1889]). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume I, 1996.

FREUD, Sigmund. Extratos das notas de rodapé de Freud à sua tradução das conferências das terças-feiras, de Charcot (1892-1894). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume I, 1996.

FREUD, Sigmund. A sexualidade na etiologia das neuroses (1898). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume III, 1996.

FREUD, Sigmund. Sobre o mecanismo psíquicos dos fenômenos histéricos (1893b). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume II, 1996.

FREUD, Sigmund. As neuropsicoses de defesa (1894). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume III, 1996.

FREUD, Sigmund. A hereditariedade e a etiologia das neuroses (1896). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume III, 1996.

FREUD, Sigmund. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade (1905). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume VII, 1996.

FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais das crianças (1908). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume IX, 1996.

FREUD, Sigmund. Moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. (1908b) *Obras completas*, v. 8: 1906-1909. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREUD, Sigmund. Sobre o início do tratamento: Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise. (1914). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume XII, 1996.

FREUD, Sigmund. Um estudo autobiográfico. (1925 [1924]) In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume XII, 1996.

FREUD, Sigmund. As resistências à psicanálise. (1925) *Obras completas*, v. 16: 1923-1925. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Carta a Arthur Ramos dizendo que os resultados, aos quais ele chegou, estão em conformidade com os trabalhos psicanalíticos até agora conhecidos. Viena, 11/3/1928. 1 p. Orig. Em alemão.

FREUD, Sigmund. Cartão a Arthur Ramos agradecendo a remessa de sua tese *Primitivo e loucura* e desculpando-se por não dominar a língua portuguesa. Viena, 20/5/1927. 2 docs. Orig. Em inglês. Trad. em português

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. (1930) *Obras completas*, v. 18: 1923-1925. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund. Carta a uma mãe preocupada com a homossexualidade de seu filho. (1935) In *Obras incompletas de Sigmund Freud: Amor, sexualidade, feminilidade* (Vol. 7, pp. 349-352). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2018.

FREUD, Sigmund. Construções em análise. (1937]) In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume XXIII, 1996.

FREUD, S. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950[1892-1899]). In FREUD, Sigmund. *Edições Standard Brasileiras das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996, volume VII, 1996.

FREUD, Sigmund. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887/1904* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1986

GABARRON-GARCIA, Florent. *Uma história da psicanálise popular*. Ubu Editora, 2022.

GÓES, WEBER. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: Liber Ars, 2018.

GOMES, Roger Marcelo Martins. A Arqueologia do Saber: uma proposta metodológica para a análise do discurso em História. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, v. 6, n. 3, p. 19-26, 2018.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim: "pensador da história" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, 2003, 23: 129-154.

GOULD, Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda, 2014.

GUTMAN, Guilherme. Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2007, 10: 711-728.

HACKING, Ian. *Ontologia Histórica*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos. 2009

HILARIO, Leomir. Psicologia, raça e sofrimento psíquico: Uma contribuição para a superação do racismo psicológico. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; MAGALHÃES, Justino. I Congresso Internacional de Pedagogia dos deficientes: o Brasil na terra de Pestalozzi. *Cadernos de História da Educação*, 2023, 22.

KEHL, Renato. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano I, nº 2, 1925b.

KEHL, Renato. A campanha da eugenia no Brasil. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano IV, nº 2, 1931b.

KEHL, Renato. Considerações em torno da plethora humana. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano V, nº 2, 1932b.

LEMOS, Jefferson de Lemos. Algumas palavras sobre a Liga de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VI, nº 4, 1933d.

Lima, Rafael Aves. *Por uma historiografia foucaultiana para a psicanálise: o poder como método* São Paulo, SP: Via Lettera, 2015.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios-Revista Latino-americana de arqueologia histórica*, 2013.

LOPES, Ernani. Os meios de acção na campanha pela Hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano I, nº 2, 1925b.

MACHADO, Roberto, et al. Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. In: *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal; 1978.

MAESTRI, M. *Demandas higienistas no século XX: aspectos histórico-educacionais*. Maringá: UEM. 2000. PhD Thesis. Dissertação de mestrado—Universidade Estadual de Maringá.

MAIO, Marcos Chor. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, 2010, 309-355.

MARCONDES, Durval. A higiene mental dos escolares. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano XIII, nº 1, 1941.

MARTINS, Maria silvinha Carraro. A participação da família na escola higienizada. In: Boarini, Maria Lúcia (Org.). *Raça, Higiene Social e Nação Forte: mitos de uma época*. Maringá: EDUEM, 2011.

MASIERO, André Luis; OLIVEIRA, André Luis Muniz de; RAGNOLI, Fabiano Amantéa; GOZZOLI, Larissa Canella. A crítica freudiana ao reducionismo biológico. *Psicologia: ciência e profissão*, 26, 58-69, 2006

MEDEIROS, Maurício de. O problema da imigração. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano XVIII, nº 1, 1947.

MEDEIROS, Nathássia Matias de; CARVALHO, Daniel Franco de. Inovações freudianas no campo de estudos sobre a sexualidade perversa. *Trivium-Estudos Interdisciplinares*, v. 10, n. 1, p. 74-86, 2018.

MENDONÇA, DAISY. *A higiene mental do escolar: o ardil da ordem*. 2006. PhD Thesis. Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil.

MILLS, Charles W. *O contrato racial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 2005.

MISKOLSCI, Richard. O Desejo da Nação – Masculinidade e Branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MOKREJS, Elisabete. Psicanálise e Educação: Arthur Ramos: Um episódio da história da educação no Brasil. *Rev. Fac. Educ*, 1987, 91-104.

MOKREJS, Elisabete. Psicanálise e educação: Julio Pires Porto Carrero e a Pedagogia Eugênica na década de trinta no Brasil. *Rev. Fac. Educ*, 1989, 05-15.

MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programma de hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano I, nº 1, 1925.

MORETZSOHN, Maria Angela G. Do alienista aos modernistas e psicanalistas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2018, 52.1: 160-177.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. DP&A Editora, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. *Revista do Instituto de Estudos brasileiros*, 2015, 20-31.

NASCIMENTO, Bárbara Santos Andrade. *A honra política da psicanálise: um estudo sobre a oposição de Freud ao reducionismo biológico*. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2022.

NASCIMENTO, Fernando Figueira; MANDELBAUM, Belinda Piltcher Haber. A psicanálise da norma: Arthur Ramos e a Liga Brasileira de Higiene Mental. *Memorandum: memória e história em psicologia*, 2019, 36.

NEGROMONTE, Fátima Bezerra; SOBRAL, Maria Neide. Uma breve arqueologia sobre o sergipano Manoel Bomfim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 2019, 1.49: 23-39.

NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. “Os higienistas estão voltando”: biopolítica, classes subalternizadas e ocupação do espaço urbano no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, 2018, 10.2: 596-619.

NOTICIÁRIOS. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano I, nº 2, 1925.

NOTICIÁRIOS. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano I, nº 2, 1925b.

NOTICIÁRIOS. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano IV, nº 2, 1931b.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 103-125, 2001.

NUNES, Silvia Alexim (1988). Da medicina social à psicanálise. In *Percurso na história da psicanálise* (pp. 61-122).

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 2000, 22: 178-179.

OLIVEIRA, Carmem Lucia Montechi Valladares de Oliveira. Os primeiros tempos da psicanálise no Brasil e as teses pansexualistas na educação. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 2002, 5: 133-154.

OLIVEIRA, Cristiane. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2008, 15: 169-181.

OLIVEIRA, Cristiane. O discurso do excesso sexual como marca da brasilidade: revisitando o pensamento social brasileiro das décadas de 1920 e 1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2014, 21: 1093-1112.

OLIVEIRA, Cristiane. Freud, a sexualidade perverso-polimorfa e a crítica ao discurso da degenerescência: revisitando tensões entre psicanálise e psiquiatria. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 19, p. 53-68, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo?. *Sociologia & Antropologia*, 2015, 5: 771-797.

OLIVEIRA, Xavier de. Da prophylaxia mental dos imigrantes. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano V, nº 1, 1932.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do séc. XIX. *Da raça à cultura: mestiçagem e o nacional. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.*

PARKER, Ian; PAVÓN-CUÉLLAR, David. *Psicanálise e revolução: Psicologia crítica para movimentos de liberação.* Autêntica Editora, 2022.

PERESTRELLO, Marialzira. Primeiros encontros com a psicanálise: os precursores no Brasil (1899-1937). *J. bras. psiquiatr*, p. 195-208, 1986.

PIMENTA, Tomás. Modernidade, raça e desumanização. *Coleção = decolonização e psicanálise. Volume = a psicanálise em eclipse decolonial.* 2ª ed. São Paulo: N-1, p. 23-46, 2022

PONTE, Carlos Fidelis da. *Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil.* 1999. PhD Thesis.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria.* Editora Fiocruz, 2002.

PORTO-CARRERO, Júlio Pires. Educação sexual. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano II, nº 3, 1929c.

PORTO-CARRERO, Júlio Pires. *Ensaio de psicanálise.* Rio de Janeiro: Flores e Mano, 1929.

PORTO-CARRERO, Júlio Pires. Sexo e cultura. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano III, nº 5, 1930e.

PORTO-CARRERO, Júlio Pires. Enfermagem no tratamento das neuroses. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano V, nº 1, 1932.

PORTO-CARRERO, Julio Pires. [1929] A contribuição brasileira á psychanalyse. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2002, 5: 154-157.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. O Haiti é aqui: ensaio sobre formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, século XIX). 2023.

RAMOS, Arthur. A technica da psychanalyse infantil. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VI, nº 3, 1933b.

Ramos, Arthur. O furto dos escolares. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VII, nº 3, 1934c.

RAMOS, Arthur. *Guerra e relações de raça*. [1935] Departamento editorial da União nacional dos estudantes, 1943.

RAMOS, Arthur. *A criança problema*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

RESENHAS e analyses. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano II, nº 2, 1929b.

RESENHAS e analyses. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano III, nº 1-9, 1930.

RESENHAS e analyses. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano III, nº 4, 1930d.

RESENHAS e analyses. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano III, nº 9, 1930i.

RESENHAS e analyses. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VIII, nº 1-3, 1935.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

ROQUETTE-Pinto, Edgard. *Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil*. Archivos do Museu Nacional, 30, pp. 301-31, 1929.

ROSA, Paulina. Nossa língua pretuguesa. *Coleção = decolonização e psicanálise. Volume = a psicanálise em elipse decolonial*. 2ª ed. São Paulo: N-1,. p.133-140. 2022

ROXO, Henrique. Higiene mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano I, nº 2, 1925b.

ROXO, Henrique. Problemas de higiene mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano XII, nº 3 e 4, 1940.

ROXO, Henrique. Problemas de higiene mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano XIII, nº 1, 1941.

ROXO, Henrique. Problemas de higiene mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano XVIII, nº 1, 1947.

RUSSO, Jane. Araujo. Raça, psiquiatria e medicina-legal: notas sobre a “pré-história” da psicanálise no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, v. 4, p. 85–102, out. 1998.

RUSSO, Jane Araújo. A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX – da vanguarda modernista à radio-novela. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 2, n. 1, p. 51–61, 2002.

RUSSO, Jane. *O mundo psi no Brasil*. Zahar, 2002b.

RUSSO, Jane Araújo; CARRARA, Sérgio Luís. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2002, 9: 273-290.

SAID, Edward. *Freud e os não-europeus* São Paulo: Boitempo, 2004.

SALIM, Sebastião Abrão. A história da psicanálise no Brasil e em Minas Gerais. *Mental*, 2010, 8.14: x-xx.

SANTANA, Sônia Cristina Pimentel de. Manoel Bomfim e a história da psicologia educacional. *SindiproConhecer*. 2018. Disponível em: <http://sindiproconhecer.com.br/manoel-bomfim-e-a-historia-da-psicologia-educaional>. Acesso: 06/02/2024.

SANTOS, Cristiane de Oliveira. *A regulação política da sexualidade no âmbito da família por saberes e instituições médicas brasileiras: 1838-1940*. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. *Brasília: INCTI/UnB*, 2015, 89.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. *São paulo: companhia das Letras*, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. 2ª ed. São Paulo Companhia das Letras, 2018.

SEIXAS, André Augusto Anderson; MOTA, André; ZILBREMANN, Monica L. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 31, p. 82-82, 2009.

SERVIÇOS da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano V, nº 2, 1932b.

SHEFFER, Edith. *Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena nazista*. Editora Record, 2019.

SILVA, Luciana Lobão da (2008). *Heil Hitler: análise semiológica de pôsteres nazistas do período 1933-1945*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Publicidade e Propaganda)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, Fídias. As consequências da colonização e da escravidão e o contexto da decolonização. *Coleção = decolonização e psicanálise. Volume = a psicanálise em elipse decolonial*. 2ª ed. São Paulo: N-1, p.23-43, 2021.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). *Revista Brasileira de História*, 2022, 42: 93-115.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2005.

STOLER, Ann; MAIA, Suzana; VIANA, Irma. Estudos Coloniais e a História da Sexualidade. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 2022, 8.3: 227-245.

TENÓRIO, Fernando. Desmedicalizar e subjetivar: a especificidade da clínica da recepção. *Cadernos IPUB*, 2000, 6.17: 79-91.

TORQUATO, Luciane Cavalcante. *A recepção da psicanálise no Brasil: discurso freudiano e a questão da nacionalidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

TORQUATO, Luciana; ROCHA, Guilherme Massara. A peste no Brasil: a introdução das ideias freudianas no Brasil a partir da medicina e do modernismo. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 2016, 19: 425-440.

VAN HAUTE, Philippe; GEYSKENS, Tomas. *Psicanálise sem Édipo?: Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*. Autêntica, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im) possibilidades. *Cadernos de educação*, n. 34, 2009.

VENANCIO, Ana Teresa A.; FACCHINETTI, Cristiana. Gentes provindas de outras terras— ciência psiquiátrica, imigração e nação brasileira. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2005, 8: 356-363.

VENANCIO, Ana Teresa A. e CARVALHAL, Lazara. Juliano Moreira: a psiquiatria científica no processo civilizador brasileiro. In: Duarte, Luiz Fenando D.; Russo, Jane; Venancio, Ana Teresa A. (org). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2005. p.65 – 83

YAZBECK, André Constantino. *10 lições sobre Foucault*. Editora Vozes, 2021.

ZARETSKY, Eli. *Segredos da alma: uma história sociocultural da psicanálise*. Tradução de Marta Rosas, 2006.